



PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL

LISBOA E VALE DO TEJO

Capítulo D - DOCUMENTO ESTRATÉGICO



Ficha Técnica

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

IPI CONSULTING NETWORK 

Coordenador

PROF	Miguel Serrão
-------------	---------------

Equipa Técnica

	André Alves
	Andrea Igreja
	Carlos Alexandre
	Carlos Pinto Gomes
	Cláudia Viliotis
	Fernando Malha
	Luís Rochartre Álvares
	Mauro Raposo
	Nuno Oliveira
	Nuno Ribeiro
	Rita Crespo
	Susana Saraiva Dias

ÍNDICE

D - ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1. Análise Prospetiva	1
1.1. Introdução	1
1.2. Abordagem metodológica	1
1.3. Cenários	7
1.3.1. Cenário A	7
1.3.2. Cenário B	8
1.3.3. Cenário C.....	8
1.3.4. Análise comparativa de cenários.....	8
1.3.5. Potenciais impactes sobre as principais espécies florestais.....	12
1.3.5.1. Recursos florestais.....	12
1.3.5.2. Incêndios florestais.....	22
1.3.5.3. Serviços ambientais	23
1.3.5.4. Agentes bióticos nocivos	24
1.3.5.5. Socioeconomia.....	24
1.3.5.6. Mitigação	25
2. Objetivos, Medidas e Ações	26
2.1. Visão	26
2.2. Objetivos Estratégicos da Estratégia Nacional para as Florestas	26
2.3. Objetivos transversais do PROF-LVT.....	27
2.4. Objetivos específicos por SRH	27
2.5. Análise SWOT.....	43
2.5.1. Pressões e concorrências de uso.....	43
2.5.2. Análise SWOT dos Cenários preconizados.....	44
2.6. Medidas	47
2.7. Ações	49
2.8. Fomento da gestão florestal – Planos de Gestão Florestal	54
2.9. Rede de matas modelo.....	56
3. Espécies a Privilegiar	57

3.1.	Identificação de sistemas e espécies a privilegiar em cada SRH	58
3.2.	Espécies a privilegiar na SRH Alto Nabão	60
3.3.	Espécies a privilegiar na SRH Arribas.....	61
3.4.	Espécies a privilegiar na SRH Arribas-Arrábida.....	62
3.5.	Espécies a privilegiar na SRH Bairro	63
3.6.	Espécies a privilegiar na SRH Charneca	64
3.7.	Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo	65
3.8.	Espécies a privilegiar na SRH Charneca Margem Direita.....	66
3.9.	Espécies a privilegiar na SRH Dunas Litoral	67
3.10.	Espécies a privilegiar na SRH Estuário	68
3.11.	Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Sado	69
3.12.	Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Tejo	70
3.13.	Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Meio.....	71
3.14.	Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Interior.....	72
3.15.	Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Litoral.....	73
3.16.	Espécies a privilegiar na SRH Floresta dos Templários.....	74
3.17.	Espécies a privilegiar na SRH Gândaras Sul	75
3.18.	Espécies a privilegiar na SRH Grande Lisboa	76
3.19.	Espécies a privilegiar na SRH Lezíria.....	77
3.20.	Espécies a privilegiar na SRH Península de Setúbal.....	78
3.21.	Espécies a privilegiar na SRH Região Oeste Sul	79
3.22.	Espécies a privilegiar na SRH Região Saloia.....	80
3.23.	Espécies a privilegiar na SRH Serras de Aires e Candeeiros	81
3.24.	Espécies a privilegiar na SRH Serra de Montejunto	83
3.25.	Espécies a privilegiar na SRH Sicó - Alvaiázere Sul	84
3.26.	Espécies a privilegiar na SRH Sintra.....	86
	Bibliografia	87
	Anexos	91
	Anexo I – Cenários de aptidão produtiva da região para as restantes espécies.....	92
	Anexo II – Dimensão média das propriedades.....	105
	Anexo III – Espécies Arbóreas a utilizar em Portugal Continental	110
	Anexo IV – Vegetação ripícola.....	120

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	13
Figura 2. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	14
Figura 3. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C).....	14
Figura 4. Aptidão potencial para o Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	15
Figura 5. Aptidão potencial para o Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	15
Figura 6. Aptidão potencial para o Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C).....	16
Figura 7. Aptidão potencial para o Sobreiro (<i>Quercus suber</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	17
Figura 8. Aptidão potencial para o Sobreiro (<i>Quercus suber</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	17
Figura 9. Aptidão potencial para o Sobreiro (<i>Quercus suber</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C).....	18
Figura 10. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	18
Figura 11. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	19
Figura 12. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)	19
Figura 13. Aptidão potencial para a Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	20
Figura 14. Aptidão potencial para a Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	20
Figura 15. Aptidão potencial para a Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C) ..	21
Figura 16. Índice meteorológico de risco de incêndio florestal do sistema canadiano (Fire Weather Index) ..	22
Figura 17. Efeitos das alterações climáticas sobre os principais elementos do regime de fogo em sistemas dominados por ignição antropogénica.....	23
Figura 18. Matas Modelo na região PROF-LVT	56
Figura 19. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Alto Nabão	60
Figura 20. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Arribas.....	61
Figura 21. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Arribas – Arrábida	62
Figura 22. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Bairro	63
Figura 23. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca	64
Figura 24. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca do Tejo	65
Figura 25. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca Margem Direita.....	66
Figura 26. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Dunas litoral.....	67
Figura 27. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário	68
Figura 28. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário do Sado	69
Figura 29. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário do Tejo	70
Figura 30. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta do Meio	71
Figura 31. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta do Oeste interior.....	72

Figura 32. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta do Oeste Litoral.....	73
Figura 33. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta dos Templários.....	74
Figura 34. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Gândaras Sul	75
Figura 35. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Grande Lisboa	76
Figura 36. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Lezíria	77
Figura 37. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Península de Setúbal.....	78
Figura 38. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Região Oeste Sul	79
Figura 39. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Região Saloia	80
Figura 40. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serras de Aire e Candeeiros.....	82
Figura 41. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra de Montejunto	83
Figura 42. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Sicó - Alvaiázere sul.....	85
Figura 43. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Sintra	86

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Forças Motrizes consideradas para os Cenários preconizados	3
Quadro 2. Variáveis florestais consideradas para os Cenários preconizados	5
Quadro 3. Análise comparativa das Forças Motrizes para os Cenários preconizados	9
Quadro 4. Análise comparativa das variáveis florestais para os Cenários preconizados.....	10
Quadro 5. Pontos Fortes e Fracos por SRH da região PROF-LVT.....	28
Quadro 6. Objetivos específicos por SRH da região PROF-LVT e sua relação com os objetivos específicos da ENF.....	34
Quadro 7. Síntese dos objetivos específicos por SRH	41
Quadro 8. Matriz SWOT.....	43
Quadro 9. Matriz SWOT / Estratégias	43
Quadro 10. Pressões e concorrências de uso.....	43
Quadro 11. Pontos fortes e fracos do Cenário A.....	44
Quadro 12. Pontos fortes e fracos do Cenário B.....	45
Quadro 13. Pontos fortes e fracos do Cenário C.....	46
Quadro 14. Medidas relativas à prossecução dos objetivos transversais.....	47
Quadro 15. Objetivos e ações relativos à atividade cinegética.....	49
Quadro 16. Objetivos e ações relativos a pragas e doenças florestais	49
Quadro 17. Objetivos e ações relativos à pesca nas águas interiores	50
Quadro 18. Objetivos e ações relativos ao enquadramento de espaços de recreio, monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas	50
Quadro 19. Objetivos e ações relativos à Conservação	50
Quadro 20. Objetivos e ações relativos a DFCI.....	51
Quadro 21. Objetivos e ações relativos ao controlo da erosão e à preservação dos valores do solo e da água	51
Quadro 22. Objetivos e ações relativos Diversificação da composição das áreas florestais	51
Quadro 23. Objetivos e ações relativos à silvopastorícia.....	52
Quadro 24. Objetivos e ações relativos ao aproveitamento de biomassa para energia	52
Quadro 25. Objetivos e ações relativos à produção silvícola	52
Quadro 26. Objetivos e ações relativos à recuperação das galerias ripícolas.....	52
Quadro 27. Objetivos e ações relativos à recuperação do montado de sobre.....	53
Quadro 28. Objetivos e ações relativos à redução do impacte de invasoras lenhosas	53
Quadro 29. Objetivos e ações relativos à revitalização da atividade apícola	53

Quadro 30. Área das explorações florestais e agroflorestais privadas com obrigatoriedade de apresentação de PGF por concelho ou freguesia.....	55
Quadro 31. Espécies a privilegiar na SRH Alto Nabão	60
Quadro 32. Espécies a privilegiar na SRH Arribas.....	61
Quadro 33. Espécies a privilegiar na SRH Arribas – Arrábida	62
Quadro 34. Espécies a privilegiar na SRH Bairro	63
Quadro 35. Espécies a privilegiar na SRH Charneca	64
Quadro 36. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo	65
Quadro 37. Espécies a privilegiar na SRH Charneca Direita	66
Quadro 38. Espécies a privilegiar na SRH Dunas litoral.....	67
Quadro 39. Espécies a privilegiar na SRH Estuário	68
Quadro 40. Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Sado	69
Quadro 41. Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Tejo	70
Quadro 42. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Meio.....	71
Quadro 43. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Interior.....	72
Quadro 44. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Litoral.....	73
Quadro 45. Espécies a privilegiar na SRH Floresta dos Templários.....	74
Quadro 46. Espécies a privilegiar na SRH Gândaras Sul	75
Quadro 47. Espécies a privilegiar na SRH Grande Lisboa	77
Quadro 48. Espécies a privilegiar na SRH Lezíria.....	78
Quadro 49. Espécies a privilegiar na SRH Península de Setúbal	79
Quadro 50. Espécies a privilegiar na SRH Região Oeste Sul	80
Quadro 51. Espécies a privilegiar na SRH Região Saloia.....	81
Quadro 52. Espécies a privilegiar na SRH Serras de Aire e Candeeiros.....	82
Quadro 53. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Montejunto	84
Quadro 54. Espécies a privilegiar na SRH Sicó- Alvaiázere Sul	85
Quadro 55. Espécies a privilegiar na SRH Sintra.....	86

ÍNDICE DE FIGURAS EM ANEXO

ANEXO I

Figura I-1. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B) .	92
Figura I-2. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C) .	92
Figura I-3. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B) .	93
Figura I-4. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C) .	93
Figura I-5. Aptidão potencial estimada para o Lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	94
Figura I-6. Aptidão potencial estimada para o Lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	94
Figura I-7. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	95
Figura I-8. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	95
Figura I-9. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	96
Figura I-10. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	96
Figura I-11. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	97
Figura I-12. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	97
Figura I-13. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (<i>Juglans regia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	98
Figura I-14. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (<i>Juglans regia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	98
Figura I-15. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	99
Figura I-16. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	99
Figura I-17. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (<i>Prunus avium</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	100
Figura I-18. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (<i>Prunus avium</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	100
Figura I-19. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	101
Figura I-20. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	101
Figura I-21. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	102
Figura I-22. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	102

Figura I-23. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-roble (<i>Quercus robur</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	103
Figura I-24. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-roble (<i>Quercus robur</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	103
Figura I-25. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	104
Figura I-26. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	104

ÍNDICE DE QUADROS EM ANEXO

ANEXO II

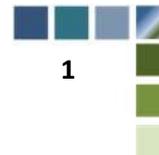
Quadro II-1. Dimensão média (ha) da propriedade por concelho e SRH em 2009	105
--	-----

ANEXO III

Quadro III-1. Espécies indígenas – Resinosas	111
Quadro III-2. Espécies indígenas - Folhosas	111
Quadro III-3. Espécies não indígenas – Resinosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)	115
Quadro III-4. Espécies não indígenas – Folhosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)	117

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- BAU** – BUSINESS AS USUAL
- CMIP5** – COUPLED MODEL INTERCOMPARISON PROJECT - PHASE 5
- DFCI** – DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- DSR** – DAILY SEVERITY RATING
- ENAAC** – ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- ENF** – ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS
- FGEF** – FUNÇÕES GERAIS DO ESPAÇOS FLORESTAIS
- FWI** – FIRE WEATHER INDEX
- GEE** – GASES DE EFEITO ESTUFA
- HT** – HIGH TEMPERATURE TREATMENT
- ICNF** – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS
- IPCC** – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- NMP** – NEMÁTODO-DA-MADEIRA-DO-PINHEIRO
- ONU** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
- PGF** – PLANO DE GESTÃO FLORESTAL
- PROF** – PLANO OU PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
- PROF-LVT** – PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
- RCP** – REPRESENTATIVE CONCENTRATION PATHWAYS
- SIAM** – AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS IMPACTOS E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM PORTUGAL CONTINENTAL
- SNAC** – SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS
- SRH** – SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA
- SWOT** – STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS
- ZIF** – ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL



D – ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1. ANÁLISE PROSPETIVA

1.1. Introdução

Neste capítulo procede-se à análise de tendências quanto à evolução dos espaços florestais e ao eventual desempenho das suas funções, identificando as Forças Motrizes em função das quais se desenvolve o exercício prospetivo.

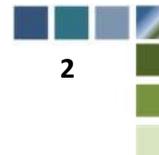
Pretende-se estruturar e objetivar, procedendo-se à avaliação dos cenários de desenvolvimento sem que seja realizada uma descrição exaustiva da situação de referência e das respetivas perspetivas de desenvolvimento, centrando-se antes na avaliação dos aspetos considerados críticos e determinantes nos eventuais efeitos florestais/ambientais e socioeconómicos, que os cenários e as opções de desenvolvimento, possam provocar no território.

A definição dos Cenários de Desenvolvimento Florestal para o ano horizonte deste Programa – 2050, teve por base o inventário florestal e o diagnóstico ambiental, social e económico realizado nos Capítulos A, B e C do Documento Estratégico. Além do diagnóstico da situação atual foram identificadas as respetivas visões, oportunidades, constrangimentos e perspetivas de desenvolvimento, sendo adotados os eixos de desenvolvimento setorial preconizados pela Estratégia Nacional para as Florestas (ENF). A consistência dos cenários elaborados teve em conta a Matriz de Consistência definida na ENF e que será desenvolvida no Capítulo G - “Programa de Execução e Atribuições”.

No caso particular do Cenário de Referência (“*Business as usual*” - BAU) pesou sobretudo a definição exposta para a “Situação atual de referência”. Introduziram-se ainda alguns ajustamentos em função de critérios de consistência e de forma a integrar algumas das expetativas descritas ao nível das “Perspetivas de desenvolvimento”. Este cenário foi delineado ainda de forma a contemplar uma lógica de desenvolvimento desprovido de grandes expetativas multissetoriais otimistas, ainda que incorporando todas as medidas em avançado estado processual/político de concretização.

1.2. Abordagem metodológica

Com o advento do crescente recurso ao uso de combustíveis fósseis, o clima e as alterações e origem antrópica causadas ao mesmo tem constituído um fator de crescente preocupação. Cada vez mais têm vindo a ser realizados estudos dos impactos da ação antrópica sobre o sistema climático, e assim identificar as causas das mudanças que já são notadas. Nesse sentido, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, sigla em inglês), ou o painel do clima da Organização das Nações Unidas (ONU) foi criado e com o intuito de melhor perceber e prever a possibilidade e a eventualidade de ocorrência de alterações climáticas. No presente trabalho, são abordadas as análises e projeções das simulações climáticas dos Modelos de Circulação Geral do “*Coupled Model Intercomparison Project - Phase 5*” (CMIP5).



Existe atualmente um consenso alargado quanto à inevitabilidade das alterações climáticas decorrente do aumento das emissões globais de gases com efeito de estufa. Todas as projeções realizadas pelo IPCC apontam no sentido do aumento da temperatura terrestre e na alteração dos padrões climáticos.

A metodologia utilizada consiste na definição de diretrizes, forças motrizes, variáveis sujeitas a impactos e análise de cenários prospetivos.

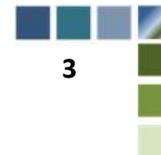
O IPCC criou quatro projeções diferentes para mostrar o que ocorreria com o Planeta em diferentes cenários, que variam entre o otimista e o pessimista. Cada cenário considera o histórico evolutivo de diversos fatores, como a emissão de gases, a concentração de gases de efeito estufa e informações de tipo de cobertura terrestre, para as projeções.

Os modelos climáticos usados pelo IPCC projetam diferentes variações de temperatura de acordo com a concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Estes cenários denominam-se RCP, sigla em inglês para “trajetórias representativas de concentração” (*Representative Concentration Pathways*), e medem a variação de radiação do planeta, em *watts* por metro quadrado. Variam entre 2,6 W/m² – o cenário compatível com a manutenção do aquecimento na meta de 2°C, considerada pela ONU o limite “seguro” – e 8,5 w/m², valor expectável caso se mantenha o atual ritmo de acréscimo de emissões.

As RCP disponibilizam os fundamentos comuns para a modelação das alterações climáticas. Existem 4 RCP: RCP8.5, RCP6, RCP4.5, e RCP2.6 (ou RCP3PD). Os números referem-se a desequilíbrios energéticos globais, medidos no ano de 2100. Os RCP são calculados com base no número de reflexão de radiação, ou seja, a capacidade de dissipação de calor em cada um dos cenários. A escala de projeções vai de 2.6 (cenário otimista) a 8.5 (cenário pessimista). O cenário atual é de 2.2, logo, caso o pico atingisse os 2.6, tratar-se-ia de um futuro razoável (FGV, 2014). Outras variáveis para as RCP são: as taxas de emissão de gases de efeito de estufa para a atmosfera e a concentração de emissões (medida em partes por milhão) para cada um dos gases de efeito estufa - GEE (e.g., dióxido de carbono - CO₂, metano, óxidos de azoto, etc) (PROVIA, 2013).

- **RCP 2.6:** Neste cenário, o mais otimista, o crescimento da radiação atingiria seu pico no meio do século e depois recuará.
- **RCP 4.5 e 6.0:** Nestes dois casos haveria estabilidade. A diferença entre ambos é que no RCP 4.5 o aumento de radiação estabilizar-se-ia antes de 2100, enquanto que no segundo cenário essa estabilidade ocorreria apenas em 2100. Em ambos os casos a estabilidade seria provocada pela diminuição na emissão de gases de efeito estufa. O valor da radiação seria o dobro no cenário equilibrado melhor (RCP 4.5) e triplicaria no cenário equilibrado pior (RCP 6.0).
- **RCP 8.5:** No cenário pessimista, o aumento no valor de radiação seria quatro vezes maior. Mais preocupante de todos os casos, o mesmo caracterizar-se-ia pelo aumento constante na taxa de radiação provocada pelo crescimento na emissão de gases de efeito estufa e numa maior concentração de CO₂.

As diretrizes definidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) são a construção de três cenários prospetivos tendo como referência os anos de 2030 e 2050. Os cenários prospetivos considerados integram um cenário base (BAU), ou tendencial, e dois cenários alternativos que integrem na sua narrativa as variáveis mais relevantes para o desempenho do setor florestal da região (RCP 4.5 e RCP 8.5).



Foram produzidas previsões da aptidão para as 5 espécies florestais principais, considerando os cenários projetados pelo IPCC, RCP 4.5 e RCP 8.5, sendo realizada a previsão da aptidão para as restantes espécies definidas para cada PROF.

Para cada um dos cenários foram elaborados mapas bioclimáticos e calculados o índice ombrotérmico e índice de aridez obtidos no portal do Clima, com as projeções da Avaliação Integrada dos Impactos e Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas em Portugal Continental (SIAM) para 2030 e 2050 para: Precipitação média mensal; Temperatura média mensal; Temperatura média anual; Média das mínimas do mês mais frio; Média das máximas do mês mais frio; Temperatura média do mês mais quente; e Temperatura média do mês mais frio. Em ambos os cenários observam-se aumentos nas variáveis temperatura e diminuição nas variáveis relativas à precipitação. Importa acautelar que os efeitos naturais observados ultrapassam o horizonte temporal dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e será necessário precaver o período pós 2050.

O Quadro 1 apresenta as Forças Motrizes consideradas para cada cenário.

Quadro 1. Forças Motrizes consideradas para os Cenários preconizados

FORÇAS MOTRIZES	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
1) Alterações climáticas	Situação atual	Cenário intermédio de emissões de GEE - RCP 4.5	Cenário mais pessimista de emissões de GEE - RCP 8.5
2) Evolução socioeconómica	Envelhecimento populacional	Envelhecimento populacional	Envelhecimento populacional mais acentuado
3) Níveis de procura dos produtos florestais (internacional)	Evolução do mercado internacional do setor florestal e manutenção da atual procura de produtos florestais	Evolução do mercado internacional do setor florestal e um aumento da procura de produtos florestais (1%)	Evolução do mercado internacional do setor florestal e um aumento da procura de produtos florestais (1%)

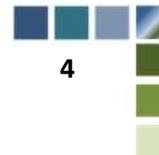
Para as Forças Motrizes apresentadas no Quadro 1, foram considerados os seguintes pressupostos:

1) ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Relativamente às alterações climáticas são utilizados os cenários climáticos RCP, referentes à porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes;

2) SOCIOECONOMIA

Foi considerada a estrutura etária da população e a forte possibilidade de envelhecimento populacional. Na Região do PROF-LVT não ocorre desertificação humana e, tal como referido no Capítulo C, predominam as pequenas propriedades (privadas) a norte do rio Tejo, sendo as grandes propriedades (privadas) comuns a sul do mesmo rio. Deste modo, a implementação e operacionalização do PROF e da ENF serão necessariamente executadas pelos agentes económicos do setor.



3) NÍVEIS DE PROCURA DOS PRODUTOS FLORESTAIS

Relativamente às tendências que vêm ocorrendo ao nível da procura e dos mercados de produtos florestais, convém referir:

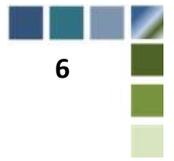
- Tecido empresarial florestal:
 - Fileira do Pinheiro - Caracteriza-se por um tecido empresarial numeroso, diverso, complexo e com uma elevada interdependência e influência mútua entre subsectores. Ocorre alguma dinâmica do tecido empresarial da Fileira do Pinho, tendo ocorrido quer a instalação de novas indústrias quer o encerramento de empresas. A competitividade de muitas das empresas que “sobreviveram” foi reforçada, nomeadamente por capacidade de adaptação à realidade existente. Na região do PROF-LVT, na componente industrial da Fileira do Pinho, em 2015, existem pelo menos 1.274 empresas com 4.569 pessoas ao serviço (INE, 2016 citado por Centro Pinus, 2016) Na região do PROF-LVT contabilizam-se, pelo menos, 41 empresas de serração ou, mais precisamente, agentes autorizados a realizar o procedimento de tratamento com temperatura elevada (HT, sigla em inglês). De acordo com o INE (2016), existem 85 empresas com o CAE 16101 (Serração de madeira) na região de LVT (Centro Pinus, 2016).
 - Fileira do Eucalipto – Manutenção da capacidade instalada com aumentos de eficiência no processo e diversificação essencialmente dos mercados dos produtos pasta. Existe um desequilíbrio entre a oferta e a procura, que tem conduzido à necessidade crescente de importação. Aumento da produção de papel *tissue* (duas novas unidades a iniciar produção em breve);
 - Fileira do Sobreiro – Consolidação do mercado da rolha natural; crescimento na rolha técnica, acompanhando o crescimento mundial da produção de vinho; Diversificação das aplicações de cortiça e desenvolvimento de novos produtos (monoproduto, compósitos e derivados);
 - Fileira Energia – Biomassa – Aumento da capacidade de produção elétrica com base em centrais termoelétricas a biomassa; *Pellets* – redução da capacidade instalada, para níveis compatíveis com a capacidade produtiva nacional;
 - Prestação de serviços de silvicultura e exploração florestal – Manutenção do número de empresas; aumento da certificação em cadeias de responsabilidade (exploração florestal); especialização por áreas de negócio;
 - Outras atividades florestais - resina, castanha, apicultura, micologia, pinha e pinhão, cinegética, silvopastorícia – Aumento da capacidade de preparação e valorização, reduzindo a atual exportação em bruto;
 - Aumento da oferta de empresas de animação turística ligadas ao meio rural/florestal e de observação da natureza.
- Mercado de produtos florestais (nacional e internacional):

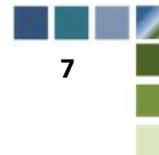
- Nacional: Aumento do preço do pinho por agravamento do desequilíbrio entre procura e oferta; estabilização do preço do eucalipto, por compensação entre pressão da procura e aumento de produtividade derivada da melhoria da gestão e qualidade genética dos povoamentos;
- Internacional: Procura crescente de produtos florestais, alinhado com a tendência para o aumento do consumo de produtos ambientalmente mais sustentáveis. A procura de madeira de pinho na região do PROF-LVT acompanha a tendência internacional e nacional: é elevada, diversificada e com tendência crescente. À procura de madeira de pinho há a acrescentar uma dinâmica crescente de procura de resina, decorrente de alterações no mercado internacional favoráveis ao crescimento do mercado nacional.

Na narrativa de cada cenário são integradas as variáveis mais relevantes para o desempenho do setor florestal na região, tendo como referência a abordagem efetuada no relatório relativo à 1.ª fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).

Quadro 2. Variáveis florestais consideradas para os Cenários preconizados

VARIÁVEIS FLORESTAIS		CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Riscos	Incêndios Florestais e outros agentes abióticos	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Agentes bióticos (invasoras, pragas e doenças)	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Desertificação	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
Recursos Florestais	Produção florestal	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa
	Pesca e recursos aquícolas de água interiores	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Silvopastorícia, Caça e Recursos cinegéticos	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Serviços ambientais: proteção do solo e da água e biodiversidade	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Recreio	Bom	Regular	Regular
Território	Ocupação (distribuição geográfica das espécies florestais estudadas no PROF)	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Aptidão produtiva da região para as espécies com maior expressão territorial.	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa





A Análise SWOT (Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades) terá por base a construção e análise de cenários prospetivos e será ponderada na elaboração dos objetivos, medidas e ações para os espaços florestais da região e para os bens e serviços a produzir.

De acordo com o referido, consideraram-se três cenários na análise prospetiva:

CENÁRIO A - Cenário de referência (*Business as usual*), consistindo na análise de tendências (atuais) do setor florestal na região, com destaque para a evolução dos recursos florestais.

CENÁRIO B - Cenário de evolução climática de acordo com o cenário intermédio (RCP 4.5) e socioeconomia que controla o aumento das emissões com gases de efeito de estufa, atingindo um máximo na concentração em meados do séc. XXI.

CENÁRIO C – Cenário de evolução climática de acordo com o cenário pessimista (RCP 8.5) e socioeconomia que representa um crescimento contínuo das emissões com gases de efeito de estufa durante séc. XXI.

1.3. Cenários

1.3.1. Cenário A

As alterações climáticas são uma das alterações de contexto mais relevantes para o setor florestal, com destaque para o aumento dos riscos bióticos e abióticos, os impactos sobre a distribuição potencial das principais espécies e as alterações na produtividade potencial lenhosa (ICNF, 2013).

Segundo APA (2013), o aumento da temperatura, a alteração do regime de precipitação e o aumento da frequência das secas e ondas de calor, tal como são projetados pelo cenários climáticos disponíveis, poderão afetar a capacidade dos espaços florestais para proporcionar bens e serviços de forma sustentável.

As projeções climáticas disponibilizadas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, sintetizando as conclusões dos trabalhos realizados no âmbito dos projetos SIAM I e II indicam os seguintes cenários climáticos para Portugal Continental:

- Todos os modelos, em todos os cenários, preveem um aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal até ao fim do século XXI;
- Os primeiros resultados gráficos dos estudos IPCC confirmam o aumento generalizado da temperatura média do ar. A anomalia da temperatura média anual varia entre +0,5°C a 1,5°C (período 2011-2040), aumentando do litoral para o interior e de sul para norte. A anomalia aumenta substancialmente no período entre 2041-2070 (+1,5 a 3°C em ambos os cenários) e agrava-se no período entre 2070-2100 com um aumento da temperatura média que pode atingir os 5°C;
- No que respeita a extremos de temperatura, os resultados dos estudos do IPCC apontam, para o final do séc. XXI, para o aumento do número anual de noites tropicais (noites com temperatura mínima de 20 °C) no Continente, entre 4 no noroeste a mais de 20 no sudeste;

- No continente, são estimados aumentos da temperatura máxima no Verão entre 3°C na zona costeira e 7°C no interior, acompanhados por um grande incremento da frequência e intensidade de ondas de calor;
- Nos cenários futuros os dias de geada tendem a desaparecer na maior parte do território, principalmente nas zonas litorais e do sul;
- No que se refere à precipitação, a incerteza do clima futuro é substancialmente maior. Quase todos os modelos preveem redução da precipitação em Portugal Continental durante a primavera, o verão e o outono.

Neste contexto, a adaptação às alterações climáticas deverá visar a redução da vulnerabilidade e/ou o aumento da resiliência às modificações de clima verificadas ou esperadas, sendo que se prevê a alteração de algumas áreas de aptidão, mas não se prevê a alteração das principais funções de uso do solo.

1.3.2. Cenário B

O Cenário B baseia-se no RCP4.5, sendo um cenário intermédio de emissões de GEE. Corresponde a uma trajetória intermédia na qual as concentrações atmosféricas de GEE se situam, aproximadamente, entre 580-720 ppm CO₂-eq. Este cenário prevê subidas da temperatura média global superiores a 2°C (elevada probabilidade) para o final do século XXI, relativamente às temperaturas que se registavam no período 1850-1900. Em comparação com os registos de 1986-2005, estima-se uma subida da temperatura média global, até ao final do século XXI, de aproximadamente 1,1°C a 2,6°C.

1.3.3. Cenário C

O Cenário C baseia-se no RCP8.5, sendo o cenário mais pessimista, prevendo uma trajetória na qual os valores de concentrações atmosféricas de GEE são superiores a 1000 ppm CO₂-eq, e uma subida da temperatura média global, até ao final do século XXI, de cerca de 2,6°C a 4,8°C, relativamente à temperatura média global dos registos de 1986-2005. Os riscos associados a este cenário incluem extinção substancial de espécies, insegurança alimentar regional e global, restrições massivas em atividades humanas e potencial limitado de adaptação em alguns casos (com elevada confiança).

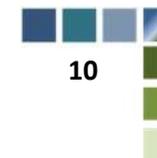
1.3.4. Análise comparativa de cenários

Apresenta-se no Quadro 3 uma comparação sumária de cada setor fundamental para cada um dos cenários multissetoriais desenvolvidos.

A análise dos cenários considerou a evolução tendo por referência dois “momentos no tempo”: 2030 e 2050.

Quadro 3. Análise comparativa das Forças Motrizes para os Cenários preconizados

FORÇAS MOTRIZES	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Alterações Climáticas	Necessidade de mitigação.	Necessidade de mitigação com relevância.	Grande necessidade de mitigação.
Socioeconomia-Planeamento territorial	Limitações relacionadas com restrições de financiamento e fragilidades de articulação entre entidades e outros setores.	Limitações relacionadas com restrições de financiamento e fragilidades de articulação entre entidades e outros setores.	Limitações relacionadas com restrições de financiamento e fragilidades de articulação entre entidades e outros setores.
Socioeconomia-Informação	Disponibilidade de informação atualizada que permita apoiar a tomada de decisão do empreendedor e gestor florestal.	Disponibilidade de informação atualizada que permita apoiar a tomada de decisão do empreendedor e gestor florestal.	Disponibilidade de informação atualizada que permita apoiar a tomada de decisão do empreendedor e gestor florestal.
Socioeconomia-Participação	Manutenção do atual envolvimento ativo e participativo dos <i>stakeholders</i> na resolução dos problemas do setor florestal.	Aumento do envolvimento ativo e participativo dos <i>stakeholders</i> na resolução dos problemas do setor florestal.	Maior envolvimento ativo e participativo dos <i>stakeholders</i> na resolução dos problemas do setor florestal.
Níveis de Procura	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Níveis de procura aumentam 1%. Desenvolvimento moderado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Níveis de procura aumentam 1%. Desenvolvimento reduzido para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.

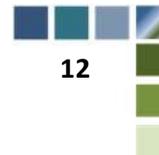
**Quadro 4. Análise comparativa das variáveis florestais para os Cenários preconizados**

VARIÁVEIS FLORESTAIS	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Incêndios florestais / Pragas e Doenças / Espécies invasoras	<p>Aumento do risco meteorológico de incêndio.</p> <p>Condições adequadas para ocorrência de danos significativos por agentes bióticos nocivos.</p>	<p>Aumento progressivo do risco meteorológico de incêndio.</p> <p>Condições adequadas para ocorrência de danos significativos por agentes bióticos nocivos.</p> <p>Degradação ecológica e correspondente perda de capital natural e aumento de riscos e de perda de rendimentos associados.</p>	<p>Aumento acentuado do risco meteorológico de incêndio.</p> <p>Condições adequadas para ocorrência de danos significativos por agentes bióticos nocivos.</p> <p>Degradação ecológica e correspondente perda de capital natural e aumento de riscos e de perda de rendimentos associados.</p>
Desertificação	<p>Perda progressiva de área e fertilidade do solo.</p>	<p>Perda progressiva de área e fertilidade do solo.</p> <p>Mudança do elenco de espécies de flora e da estrutura de habitats.</p>	<p>Perda acentuada de área e fertilidade do solo.</p> <p>Mudança significativa do elenco de espécies de flora e da estrutura de habitats.</p>
Produção florestal	<p>Perda de área e de produtividade.</p> <p>Redução da capacidade de sequestro de carbono.</p>	<p>Perda acentuada de área e de produtividade.</p> <p>Redução significativa da capacidade de sequestro de carbono.</p>	<p>Perda muito acentuada de área e de produtividade.</p> <p>Redução muito significativa da capacidade de sequestro de carbono.</p>
Serviços ambientais	<p>Ocorrência de cheias e inundações pouco relevante.</p>	<p>Ocorrência de cheias e inundações com impactes significativos</p> <p>Desregulação climática local e maior sensibilidade a eventos climáticos extremos.</p>	<p>Ocorrência de cheias e inundações com impactes muito significativos</p> <p>Desregulação climática local e maior sensibilidade a eventos climáticos extremos.</p>

VARIÁVEIS FLORESTAIS	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora	Manutenção na totalidade das áreas de conservação existentes, através da sua consolidação, conetividade e proteção.	Degradação ecológica dos ecossistemas leva à perda de valor do capital natural e menor capacidade dos serviços ecossistémicos de regulação.	Degradação ecológica dos ecossistemas leva à perda significativa de valor do capital natural e reduzida capacidade dos serviços ecossistémicos de regulação.
Silvopastorícia	Boa capacidade para atrair investimentos.	Média capacidade para atrair investimentos.	Reduzida capacidade para atrair investimentos.
Caça	Média capacidade para atrair investimentos, no setor do turismo cinegético.	Média capacidade para atrair investimentos, no setor do turismo cinegético.	Baixa capacidade para atrair investimentos, no setor do turismo cinegético.
Pesca	O desenvolvimento previsto irá contemplar uma lógica de exploração sustentável dos recursos pesqueiros.	O desenvolvimento previsto irá contemplar uma lógica de exploração sustentável dos recursos pesqueiros.	O desenvolvimento previsto irá contemplar uma lógica de exploração sustentável dos recursos pesqueiros.
Recreio	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.

Legenda:

Muito favorável	Favorável	Desfavorável	Muito desfavorável
-----------------	-----------	--------------	--------------------



1.3.5. Potenciais impactes sobre as principais espécies florestais

Os potenciais impactes das alterações climáticas sobre os espaços florestais incidem sobre a sua capacidade de continuar a proporcionar um conjunto vasto de bens e serviços. Os principais impactes esperados são a alteração da distribuição geográfica, a redução da produtividade, o aumento do risco meteorológico de incêndio (que provocará o aumento na dificuldade de controlo de incêndios florestais, especialmente em situação de eventos climáticos extremos), a redução da função proteção dos recursos naturais e mais condições para estabelecimento de agentes bióticos nocivos (ICNF, 2013).

Os resultados esperados são relativos a impactes potenciais e capacidade de resposta de:

1.3.5.1. Recursos florestais

a. Ocupação

A alteração dos valores da temperatura e precipitação podem determinar a alteração da “Aptidão” para as espécies florestais. Isto é, poderá ocorrer a contração de zonas que atualmente apresentam aptidão regular ou boa e/ou determinar o alargamento da área de distribuição potencial de outras espécies.

b. Produtividade

Os impactos potenciais das alterações climáticas na produtividade dependem dos parâmetros climáticos e da sua conjugação. Se por um lado, no verão o aumento da temperatura e a diminuição da precipitação criam as condições para a diminuição da produtividade, já o aumento das temperaturas no inverno é favorável, em princípio, ao aumento da produtividade. O aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, por outro lado, aumenta a fotossíntese e reduz a transpiração, sendo favorável à produtividade vegetal. Os fenómenos extremos, como a seca e as ondas de calor, produzem efeitos mais imediatos e drásticos sobre a produtividade e sobrevivência do que as alterações graduais do clima (Ciais *et al.*, 2005; ICNF, 2013).

- **Sobreiro** – Apesar dos previsíveis decréscimos na produtividade primária líquida do sobreiro não se dispõe, de um modelo que possibilite avaliar os decréscimos da produção de cortiça que daí resultam. A evolução da produtividade dos povoamentos de sobreiro entre 1995/98 e 2005/2006 registou uma quebra que pode ser em grande medida explicada pela redução de densidade média dos povoamentos. A perda de vitalidade dos povoamentos de sobreiro, com origem em múltiplos fatores, pode acentuar-se com o aumento do ataque por parte de agentes bióticos e consequente aumento da mortalidade. Por outro lado, a maior dificuldade na regeneração dos povoamentos devido às condições de *stress* hídrico, não permite a reposição de árvores, acentuando a diminuição das densidades (ICNF, 2013).
- **Pinheiro-mansó** – A produção de pinha, no caso do pinheiro-mansó poderá ser afetada pela diminuição da precipitação primaveril, sobretudo nos meses em que ocorre a polinização. Não se dispõe de um modelo que permita avaliar as alterações na produção de pinha decorrentes das alterações climáticas.

- **Azinheira** – Apesar de a azinheira ser uma espécie resistente a condições de *stress* hídrico, a sua frutificação é afetada pelo aumento da temperatura e diminuição da precipitação, diminuindo o tamanho das bolotas e a sua produção total (Humanes *et al.*, 2009 citado em ICNF, 2013).

c. Aptidão produtiva da região para as espécies florestais com maior expressão territorial

A distribuição potencial das 5 espécies principais, para o Cenário A, encontra-se representada no Capítulo B do Documento Estratégico (ponto 2.4 – “Potencial Produtivo das principais espécies”). De seguida, procede-se à apresentação dos cenários de aptidão produtiva da região para as 5 principais espécies consideradas (Pinheiro-bravo, Eucalipto, Sobreiro, Pinheiro-manso e Azinheira).

Pinheiro-bravo

Na Figura 1 e na Figura 2 representa-se a distribuição potencial de Pinheiro-bravo estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira e Gonçalves, 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é melhor no Cenário A com 70% da área da região PROF-LVT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C, embora apresentando valores inferiores ao cenário A, a situação é muito semelhante entre eles com cerca de 45% a 46% da área da região PROF-LVT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”.

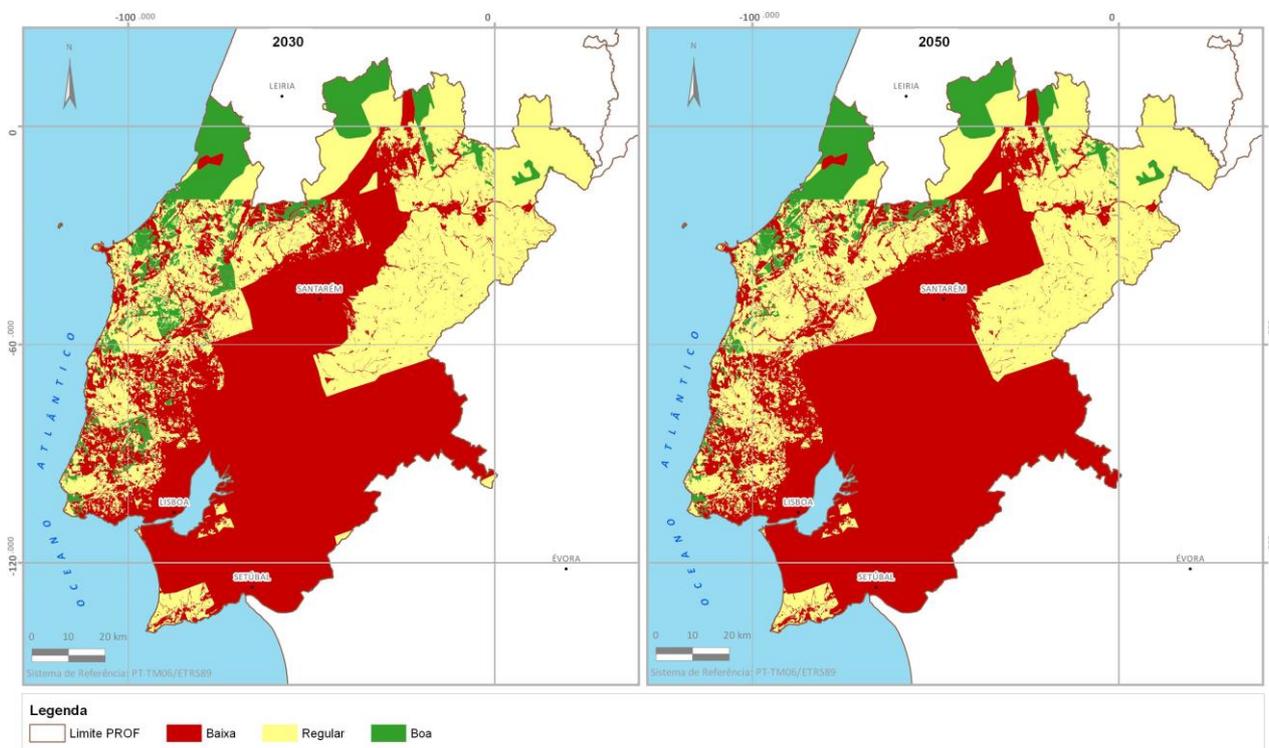


Figura 1. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

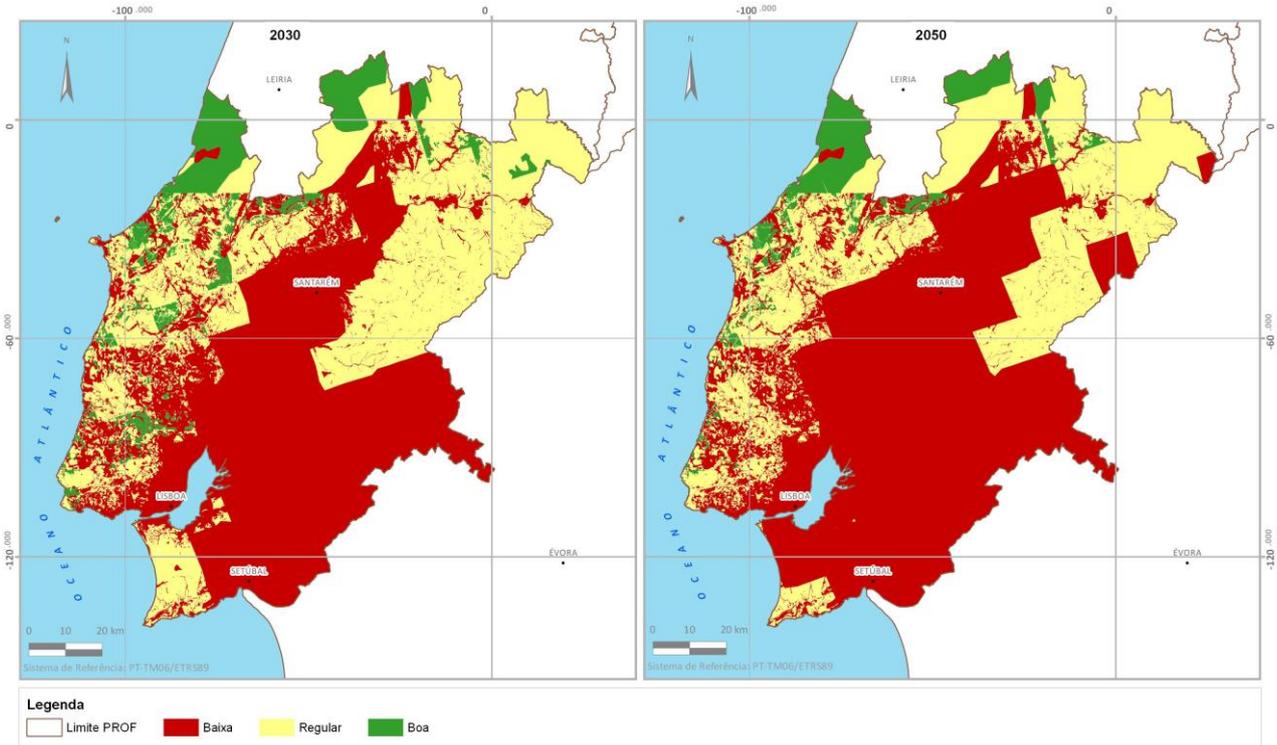


Figura 2. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 70% da área da região PROF-LVT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto que nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Baixa” são 57% e 62%, respetivamente. Na Figura 3 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o Pinheiro-bravo.

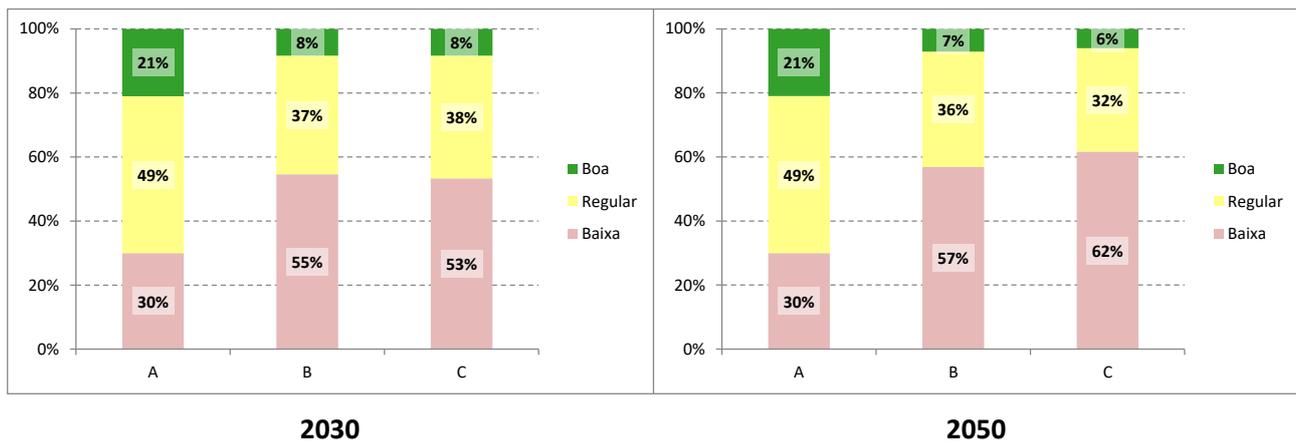
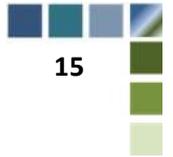


Figura 3. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)



Eucalipto

Na Figura 4 e na Figura 5 representa-se a distribuição potencial de Eucalipto estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

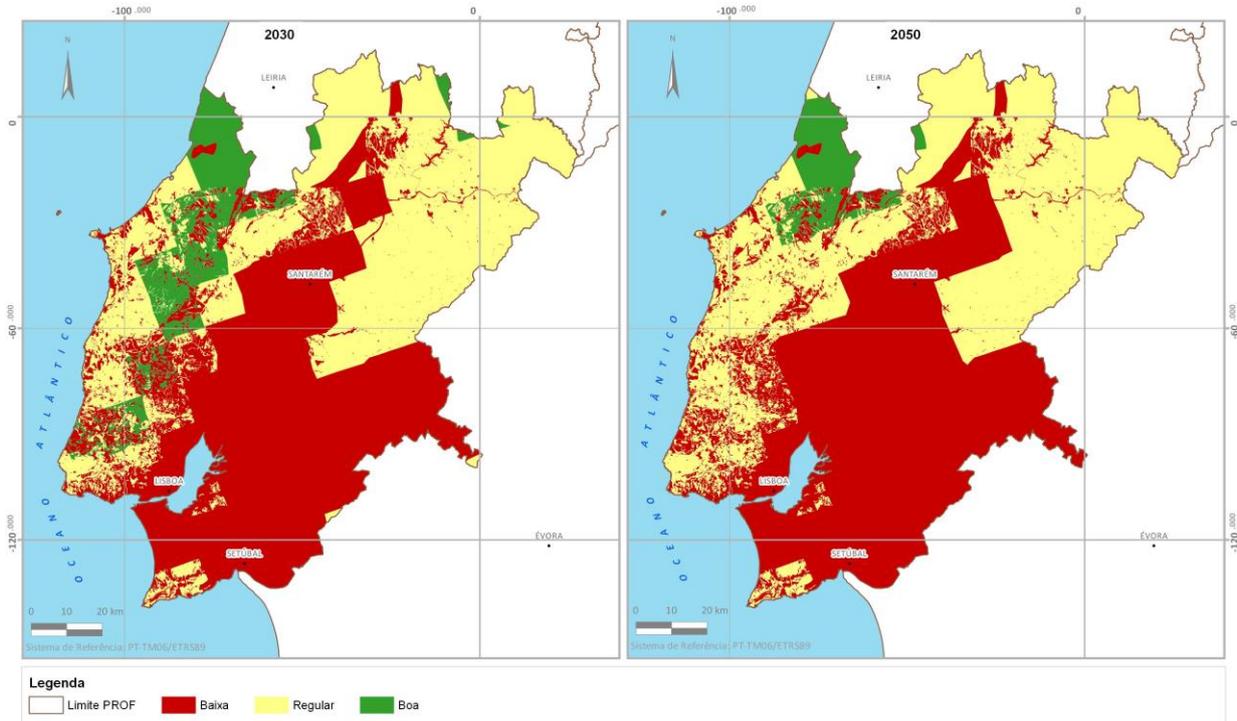


Figura 4. Aptidão potencial para o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

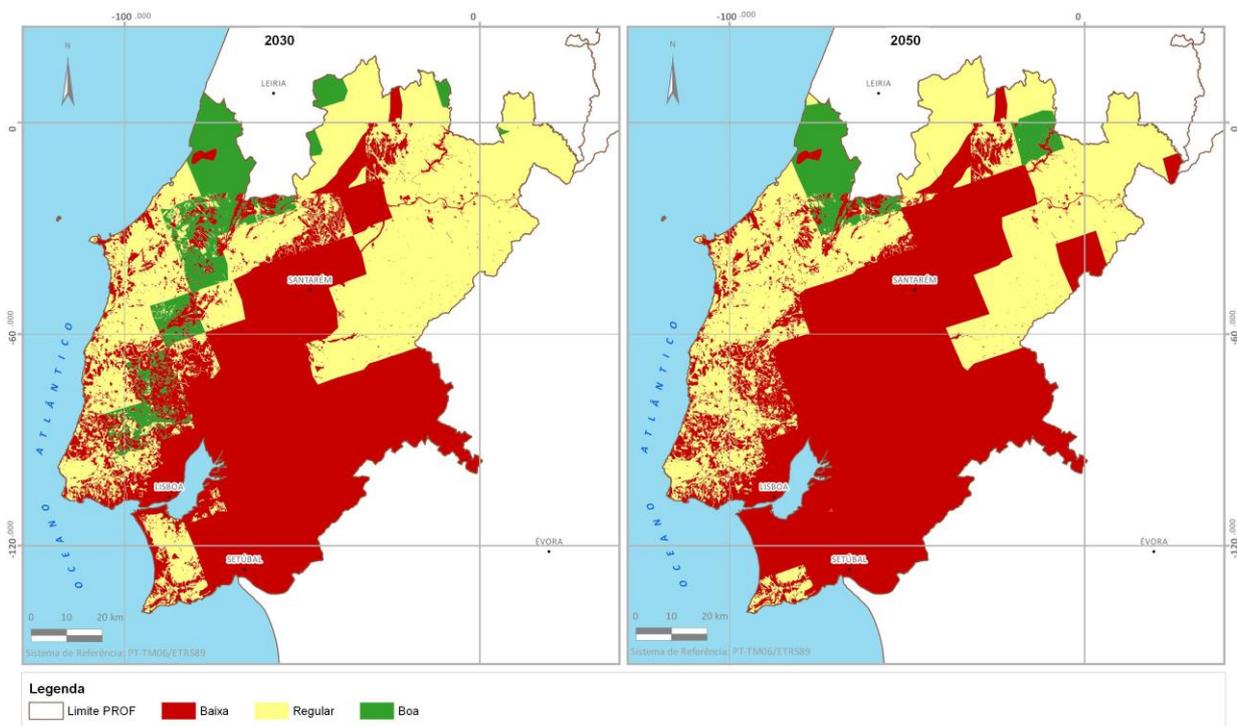
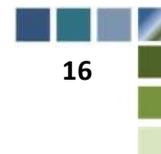


Figura 5. Aptidão potencial para o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira e Gonçalves, 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é melhor no Cenário A com 74% da área da região PROF-LVT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C, embora apresentando valores inferiores ao cenário A, a situação é idêntica entre eles com cerca de 49% da área da região PROF-LVT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 74% da área da região PROF-LVT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto que nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Baixa” são 54% e 59%, respetivamente. Na Figura 6 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o eucalipto.

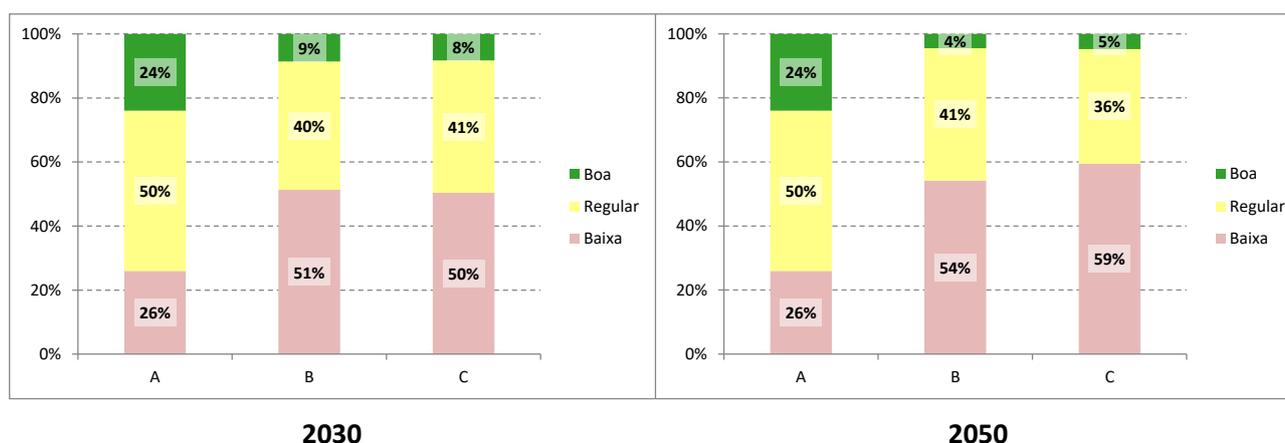


Figura 6. Aptidão potencial para o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Sobreiro

Na Figura 7 e na Figura 8 representa-se a distribuição potencial de Sobreiro estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira e Gonçalves, 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é semelhante entre o Cenário A (60%) e os cenários B (61%) e C (60%) para as áreas da região PROF-LVT contendo Aptidão “Boa” e “Regular”. No entanto, a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é superior no Cenário A com 41% da área da região PROF-LVT contendo áreas de Aptidão “Boa”.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é praticamente inexistente, sendo que 60% da área da região PROF-LVT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto que nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Boa” e “Regular” são ambas 59%.

A regressão da área de distribuição potencial do sobreiro nas regiões mais áridas poderá ser acompanhada pela sua substituição pela azinheira, nas situações mais favoráveis, ou por formações arbustivas dominadas por matos temperados xerófitos.

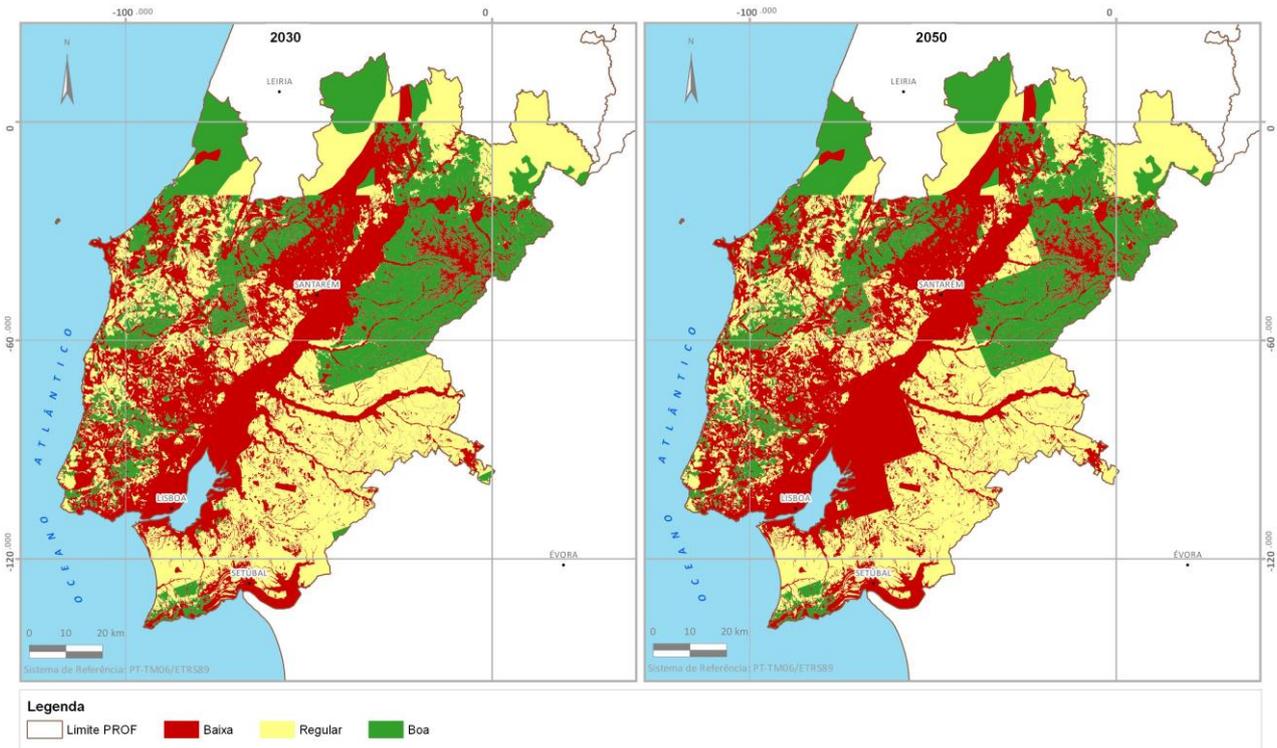
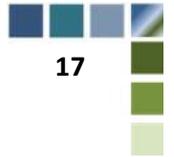


Figura 7. Aptidão potencial para o Sobreiro (*Quercus suber*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

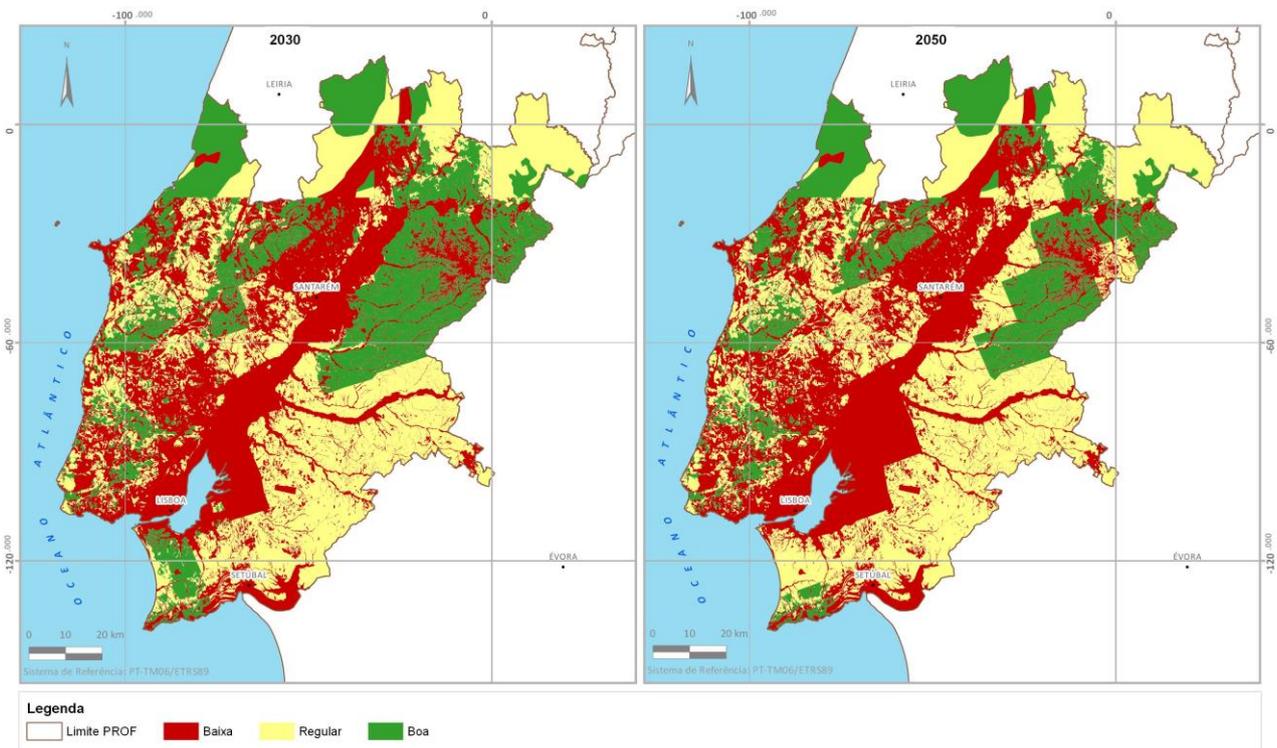


Figura 8. Aptidão potencial para o Sobreiro (*Quercus suber*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Na Figura 9 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o sobreiro.

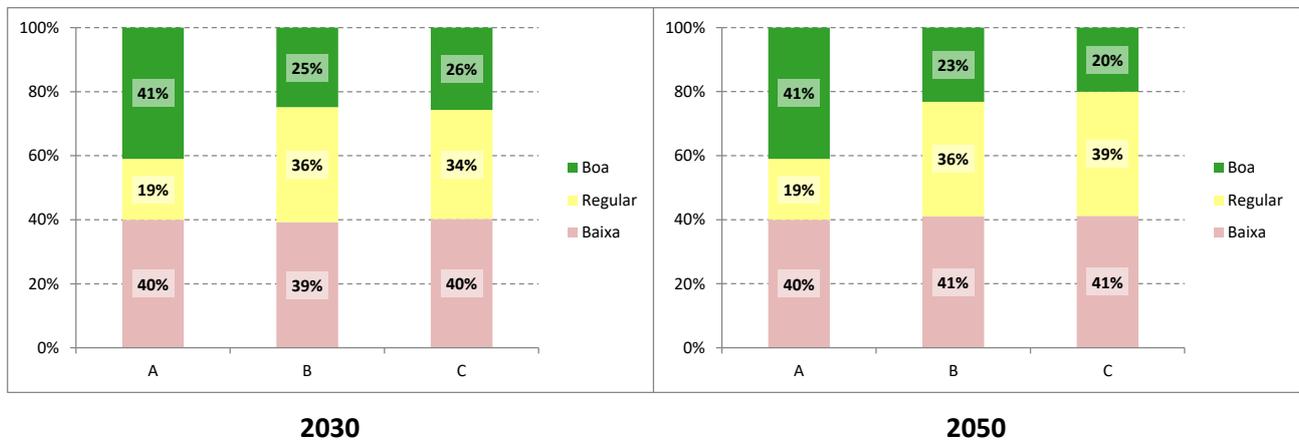


Figura 9. Aptidão potencial para o Sobreiro (*Quercus suber*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Pinheiro-manso

Na Figura 10 e na Figura 11 representa-se a distribuição potencial de Pinheiro-manso estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

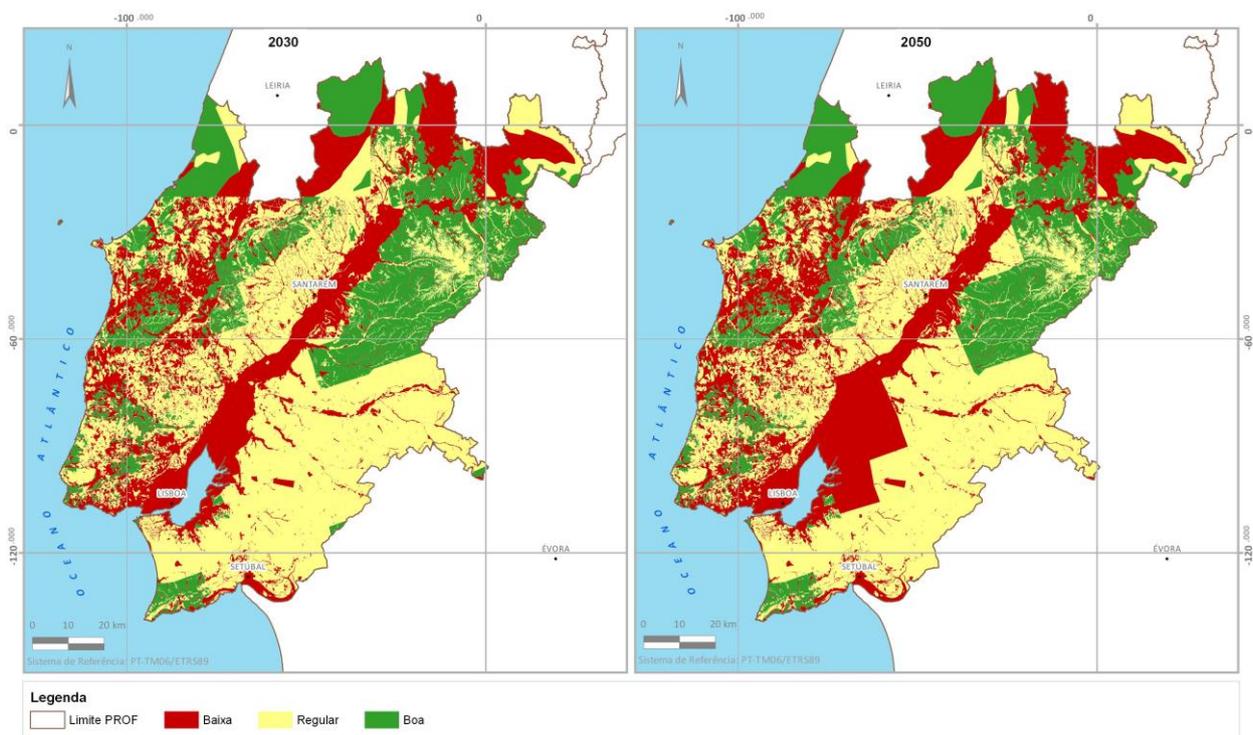


Figura 10. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

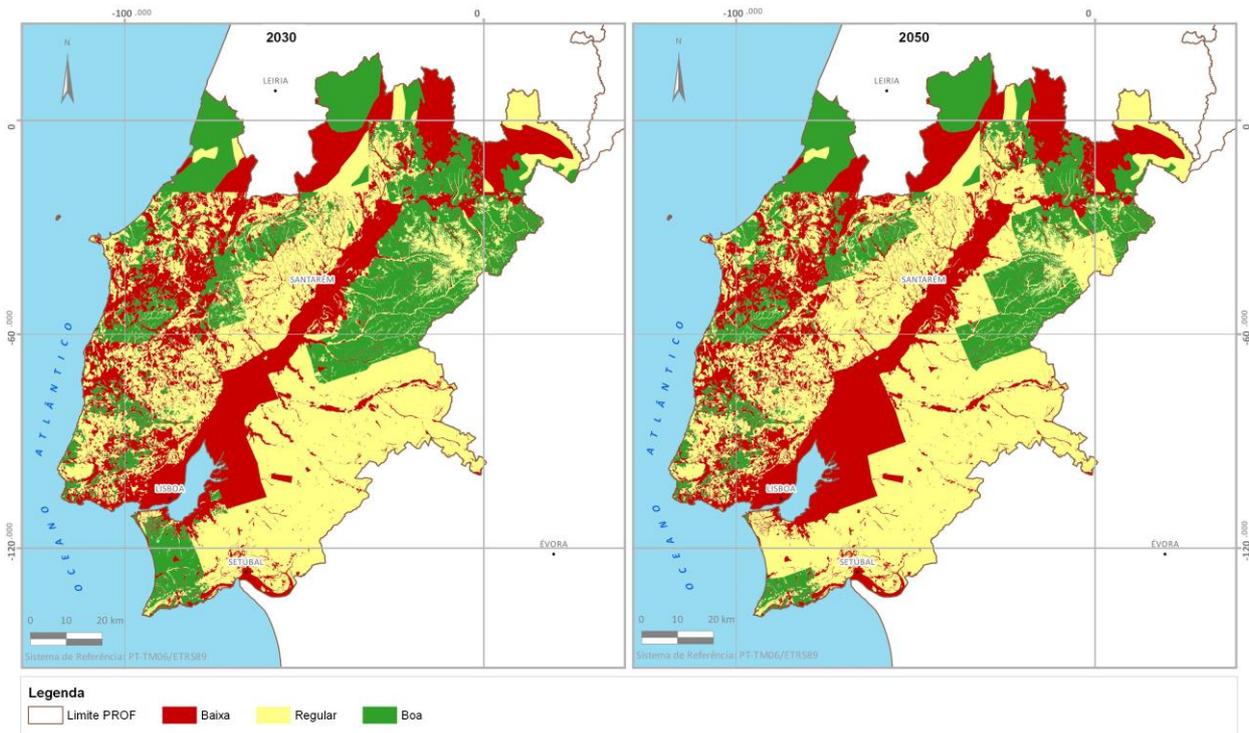


Figura 11. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira e Gonçalves, 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é idêntica para os cenários A e B com 69% da área da região PROF-LVT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. O cenário C apresenta valores ligeiramente inferiores uma vez que cerca de 68% da área da região PROF-LVT contém áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Em 2050, as diferenças entre os cenários também são praticamente inexistentes visto que 69% da área da região PROF-LVT contém áreas de Aptidão “Boa” e “Regular” no cenário A e esse valor diminui para 67% quer no cenário B quer no C.

Na Figura 12 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o Pinheiro-manso.



Figura 12. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Azinheira

Na Figura 13 e na Figura 14 representa-se a distribuição potencial de azinheira estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

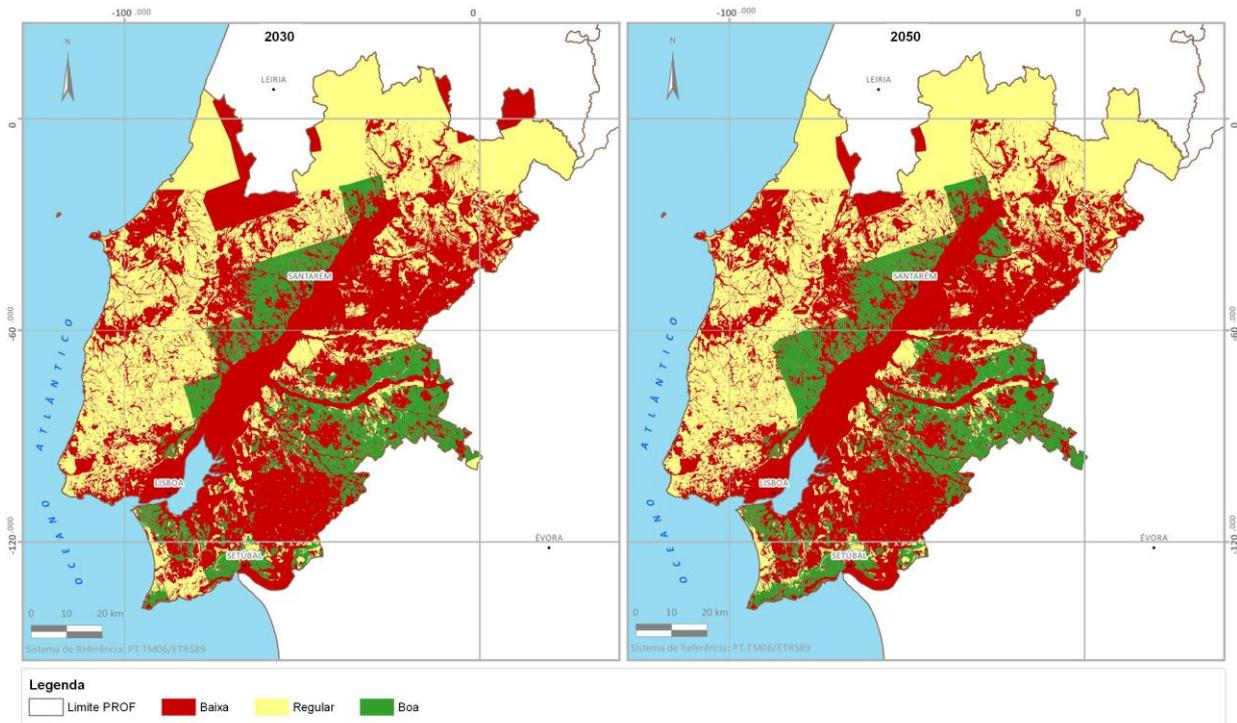


Figura 13. Aptidão potencial para a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

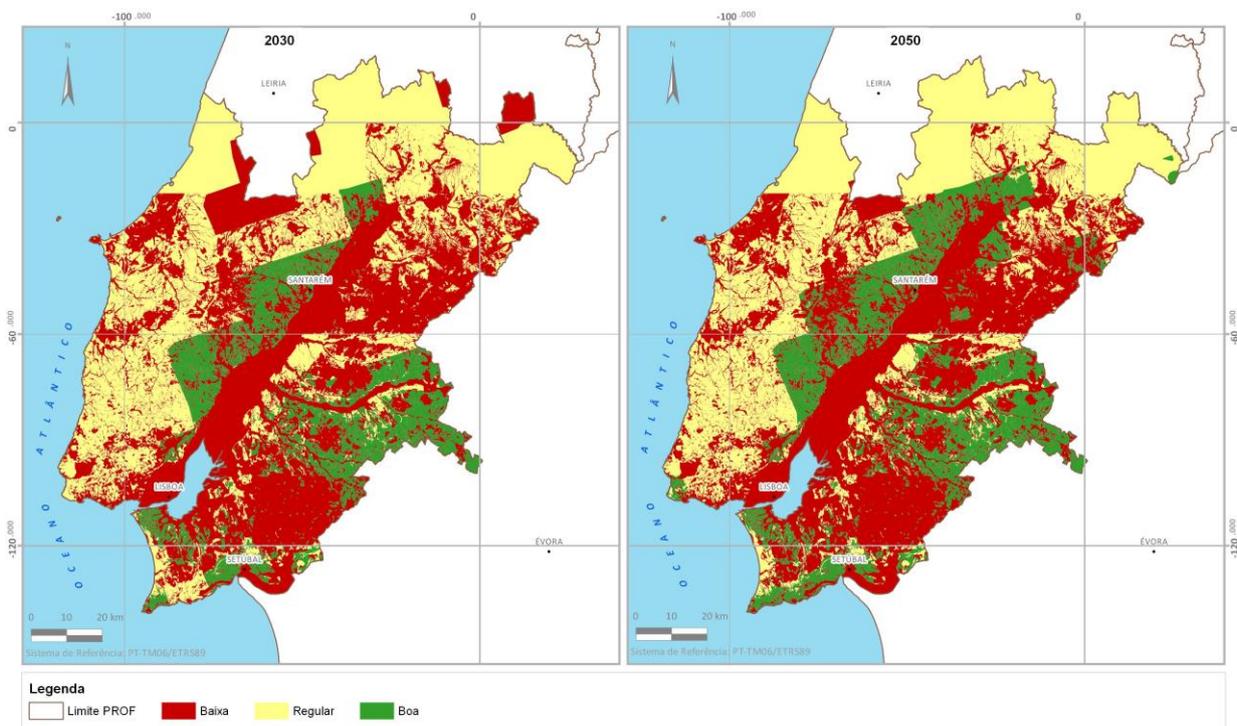
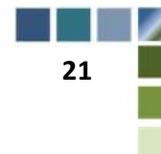


Figura 14. Aptidão potencial para a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira e Gonçalves, 2006) indicam que a aptidão potencial da região PROF-LVT, para esta espécie em 2030, é inferior no Cenário A (48%) em relação aos cenários B (50%) e C (51%) no que diz respeito às áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Em 2050, as diferenças entre o cenário A e os restantes são semelhantes ao referido anteriormente, sendo que as áreas com Aptidão “Boa” aumentam nos Cenários B e C comparativamente a 2030.

Na Figura 15 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para a azinheira.



Figura 15. Aptidão potencial para a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

d. Aptidão produtiva da região para as restantes espécies florestais

Os cenários de aptidão produtiva da região relativos às restantes espécies florestais analisadas no PROF-LVT encontra-se no Anexo I. Da análise efetuada, importa referir que o potencial de uso da alfarrobeira é crescente nos cenários B e C, comparativamente ao cenário A.

e. Funções

As alterações de aptidão previstas poderão pressupor a alteração da função de Produção, na medida em que a mesma foi definida em ordem à aptidão produtiva das 5 espécies principais. No caso do Pinheiro-bravo e do Eucalipto, na região PROF-LVT, é notório que as áreas com aptidão “Baixa” quase duplicam em 2030 e 2050 no caso dos Cenários B e C.

1.3.5.2. Incêndios florestais

Eventos climáticos extremos podem transformar-se em desastres naturais quando atingem comunidades vulneráveis que são incapazes de gerir o risco e não estão preparadas para lidar com o perigo.

O índice meteorológico de risco de incêndio florestal do sistema canadiano (Fire Weather Index - FWI) consiste em seis componentes que explicam os efeitos da humidade do combustível e do vento no comportamento do fogo (Figura 16).

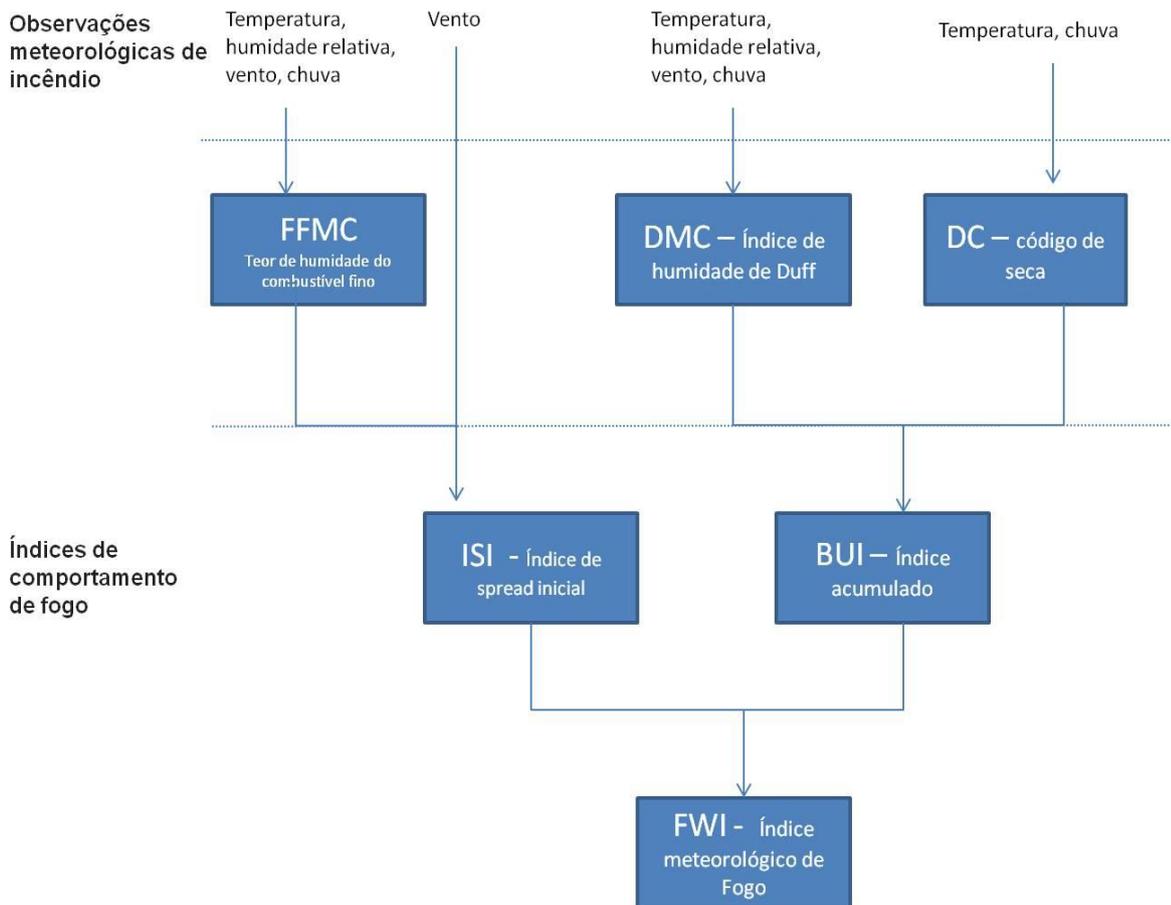


Figura 16. Índice meteorológico de risco de incêndio florestal do sistema canadiano (Fire Weather Index)

Fonte: Adaptado de Rego, 2016.

A Classificação de Gravidade Diária (Daily Severity Rating - DSR) é uma classificação numérica da dificuldade de controlar incêndios. Baseia-se no Índice de Climático de Fogo (FWI), e reflete com maior precisão os esforços esperados necessários para a supressão de incêndio.

$$DSR = 0,0272 \text{ FWI}^{1,77}$$

Rego (2016) no projeto ENHANCE para o Distrito de Santarém conclui que a média diária da área ardida e a área ardida, por classe de DSR, são maiores quando o DSR é mais elevada. Assim, pode inferir-se que o aumento das temperaturas, a diminuição da precipitação e o decréscimo da humidade relativa farão com que os esforços para a supressão dos incêndios que se desencadeiem venham a ter que ser aumentados.

A Figura 17 apresenta os efeitos das alterações climáticas sobre os principais elementos do regime de fogo em sistemas dominados por ignição antropogénica. As inter-relações são modificadas e expandidas de Fox e Fox (1987) citado por Fernandes (2013). As setas negras permitem denotar processos que levam a aumentos na frequência, extensão ou gravidade do fogo. As setas cinzentas são atribuídas a processos que podem aumentar ou diminuir a frequência, extensão ou gravidade do incêndio.



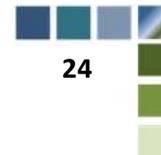
Figura 17. Efeitos das alterações climáticas sobre os principais elementos do regime de fogo em sistemas dominados por ignição antropogénica.

Fonte: Adaptado de Fernandes, 2013

1.3.5.3. Serviços ambientais

As florestas desempenham uma importante função protetora do solo e da água, que poderá ser afetada com as alterações climáticas. De facto, alguns dos impactos potenciais sobre as florestas, como a degradação do coberto arbóreo decorrente da ocorrência crescente de pragas e doenças ou da alteração do regime dos incêndios florestais, reduzem a sua função protetora, expondo os solos a um maior risco de erosão (ICNF, 2013).

Para além dos impactes potenciais sobre o coberto arbóreo são de considerar os impactes diretos das alterações climáticas sobre os solos em particular sobre a matéria orgânica, componente particularmente importante para o desempenho de funções ambientais e ecológica dos solos, como a fertilidade, sequestro do carbono e regulação hidrológica.



O risco de erosão potencial de um solo depende de diversos fatores, incluindo o tipo de coberto e as práticas culturais pelo que, com as alterações climáticas, a gestão do território e adoção de boas práticas que permitam a manutenção e mesmo a melhoria das condições do solo, ganha uma importância acrescida. A diminuição do teor em matéria orgânica, associada às condições atrás descritas, afetará a capacidade de retenção de água dos solos, dada a estreita e direta relação entre os dois fatores (ICNF, 2013).

O aumento do risco de incêndio meteorológico associado aos cenários climáticos futuros, caso se concretize o aumento da área ardida, acarreta impactos potenciais sobre o solo. A ação direta do fogo sobre o solo resulta na rápida mineralização da matéria orgânica do solo e subsequente perda de nutrientes em solução por arrastamento, em profundidade e, eventualmente, por escorrência superficial. Este arrastamento de nutrientes provoca, frequentemente, a degradação da qualidade da água em linhas de água e barragens a jusante das áreas ardidas (ICNF, 2013).

Será de considerar o resultado obtido com os cenários nas espécies a privilegiar. As alterações climáticas podem levar a que uma espécie considerada atualmente como a privilegiar venha no futuro a ser severamente afetada pelas consequências das alterações climáticas, bem como à necessidade de introdução da cultura da azinheira e da alfarrobeira em detrimento de outras espécies cujas aptidões são, de momento, “Boa” e “Regular”.

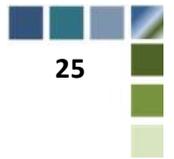
1.3.5.4. Agentes bióticos nocivos

As alterações climáticas poderão promover novas oportunidades para o estabelecimento de agentes bióticos nocivos, não só por favorecerem o desenvolvimento das suas populações como por criarem, muitas vezes, pressões ambientais que tornam as árvores e ecossistemas mais vulneráveis a determinados organismos e, em especial, àqueles que se poderão classificar como espécies exóticas invasoras.

O aumento da temperatura no inverno e na primavera é favorável à reprodução das espécies de insetos, assim como à diminuição da sua mortalidade, potenciando a ocorrência de elevados níveis populacionais e o aumento do risco de ocorrência de pragas. Um dos impactes observados ao nível das comunidades de insetos florestais é a alteração da sua distribuição geográfica, sobretudo nas espécies limitadas pela temperatura, sendo que, tendencialmente, os limites da sua distribuição geográfica se deslocam em direção a latitudes superiores e a maiores altitudes (ICNF, 2013).

1.3.5.5. Socioeconomia

Ao nível da socioeconomia importa referir que a sociedade terá que ser mais resiliente relativamente às situações causadas por fenómenos climáticos extremos, tais como cheias e inundações e incêndios florestais, desenvolvendo a capacidade de aproveitamento de salvados, assim como de recurso a alternativas nos períodos de carência subsequentes. É de referir que o desenvolvimento de atividades económicas nas áreas de maior risco de impactes das alterações climáticas, principalmente em zonas costeiras, poderá requerer a introdução de medidas de adaptação, com consequências no aumento do investimento (por exemplo diques,

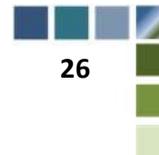


no caso de áreas de risco de cheias ou de aumento do nível do mar e açudes nas áreas com maior risco de seca).

Na implantação/reabilitação de infraestruturas, é essencial ter em consideração a sua adaptação aos efeitos das alterações climáticas, em especial a cheias e secas, adotando medidas, em relação à gestão de recursos hídricos, à defesa da floresta contra incêndios e às pragas florestais.

1.3.5.6. Mitigação e Adaptação

As medidas de adaptação nas florestas têm potencial para mitigar de forma significativa a vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas sobre este setor.



2. OBJETIVOS, MEDIDAS E AÇÕES

A definição dos objetivos e medidas para dar resposta aos constrangimentos e às potencialidades da região identificados na análise estratégica, teve em conta a necessidade de gerir os espaços florestais de forma sustentável, recuperar áreas afetadas por agentes bióticos e abióticos e áreas críticas do ponto de vista da conservação do solo, melhorar a produtividade dos povoamentos e responder às orientações de gestão das áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

2.1. Visão

A gestão sustentável das florestas tem subjacente a necessidade de um modelo de desenvolvimento para os territórios florestais nacionais que aborda as suas funções e vocações visando o crescimento sustentável e a competitividade económica, metas sociais como a inclusão e o emprego, assim como o aumento da sua contribuição para as metas ambientais (ENF, 2015).

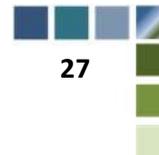
Neste sentido, a visão para a floresta nacional considera um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.

2.2. Objetivos Estratégicos da Estratégia Nacional para as Florestas

A ENF define um conjunto alargado de linhas de ação de âmbito nacional, nas quais se enquadram objetivos e medidas, preconizadas para o desenvolvimento da floresta portuguesa:

- A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- B. Especialização do território;
- C. Melhoria gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

São estes que definem o quadro de referência dos objetivos para a região PROF e subsequentemente para os objetivos a prosseguir em cada Sub-Região Homogénea (SRH). Os objetivos estratégicos da ENF (de A a F) e as suas subdivisões em objetivos específicos (e.g. A1, C2, F2, etc.) são usadas no estabelecimento da relação com os objetivos do PROF e das SRH.



2.3. Objetivos transversais do PROF-LVT

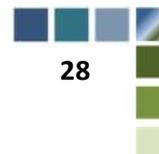
Os objetivos transversais dizem respeito às questões que pela sua importância estratégica para os espaços florestais devem ter um tratamento comum na região. Assim, os objetivos transversais para a região, comuns a todas as SRH, são os seguintes:

- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios - DFCI (A);
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos (A);
- Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema (B);
- Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação (B);
- Promover a conservação do regime hídrico (B);
- Promover a melhoria da gestão florestal (C e D);
- Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial (A e B);
- Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta (C e D);
- Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais (C);
- Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos (C);
- Promover a Certificação da Gestão florestal Sustentável (D);
- Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas (E);
- Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais (E);
- Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal (E).

2.4. Objetivos específicos por SRH

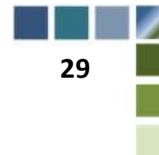
No Capítulo C do Documento Estratégico do PROF-LVT (ponto 2.2.1 - “Funções das Sub-Regiões Homogéneas”) definiu-se o conjunto de funções principais a desempenhar pelos espaços florestais em cada uma das SRH do território do PROF-LVT. As funções principais permitem, em conjunto com todos os fatores analisados e referidos no documento, proceder à identificação de sistemas, espécies, normas e objetivos específicos a privilegiar por SRH.

Para o cenário considerado mais favorável (Cenário A – BAU), procedeu-se à análise dos pontos fortes e fracos de cada SRH, tendo em consideração as respetivas funções principais, sendo os mesmos apresentados no Quadro 5.

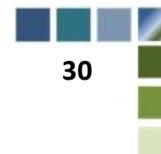


Quadro 5. Pontos Fortes e Fracos por SRH da região PROF-LVT

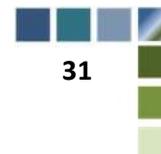
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
1	Alto Nabão (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Boa aptidão para o eucalipto, o Pinheiro-bravo e o sobreiro • Aptidão para outras espécies, possibilitando de diversificação da paisagem e de composição dos povoamentos • Proximidade de indústrias florestais 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade e dimensão das manchas de Pinheiro-bravo e de eucalipto • Risco de erosão elevado em grande parte da área • Perigosidade de incêndio alta e muito alta • Dimensão e dispersão da propriedade florestal • Baixo valor paisagístico dos espaços florestais dominando os povoamentos de Pinheiro-bravo e eucalipto • Baixa diversidade dos produtos obtidos a partir dos espaços florestais
2	Arribas (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Forte valor ecológico e paisagístico • Serviços ecossistémicos de proteção contra fenómenos climáticos extremos e mitigação do risco de inundação <p>Importante zona de habitat para espécies de aves (nidificação) e plantas (estabilizadoras das arribas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Forte influência marítima, que restringe o leque de espécies a aplicar (salsugem) • Forte pressão urbana • Zonas sensíveis do ponto de vista da erosão e do ponto de vista ecológico • Elevada procura por atividades de lazer e recreio
3	Arribas – Arrábida (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado valor ecológico e paisagístico • Reserva faunística e florística de elevado valor • Tradição de Silvopastorícia • Existência de património paisagístico e arquitetónico preservado inserido numa paisagem florestal • Serviços ecossistémicos de proteção contra fenómenos climáticos extremos e mitigação do risco de inundação 	<ul style="list-style-type: none"> • Zonas muito sensíveis do ponto de vista ecológico • Pressão humana • Especulação imobiliária • Perigosidade de incêndio alta • Elevada procura por atividades de lazer e recreio
4	Bairro (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada aptidão cinegética para espécies cinegéticas de caça menor • Elevado grau de cobertura pelo regime cinegético especial • Proximidade às indústrias • Áreas disponíveis para a arborização resultantes do abandono de áreas agrícolas marginais • Diversidade paisagística • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão média das explorações baixa com elevada dispersão • Baixa aptidão para as espécies que integram as fileiras de interesse nacional (sobreiro, Pinheiro-bravo e eucalipto) • Risco de erosão médio a alto nas vertentes das linhas de água



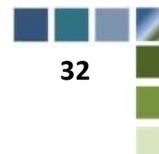
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
5	Charneca (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada aptidão para a produção florestal (Pinheiro-manso e sobreiro) • Potencialidade para a cinegética e silvopastorícia • Elevado valor paisagístico • Procura de turismo rural • Extensa área de montado em excelentes condições • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionantes para a produção florestal de ordem fitossanitária • Desaparecimento de manchas florestais a um ritmo elevado
6	Charneca do Tejo (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade às indústrias • Elevada aptidão para a produção florestal (Pinheiro-bravo, pinheiro-manso e sobreiro) 	<ul style="list-style-type: none"> • Perigosidade de incêndio alta e muito alta • Elevado índice de envelhecimento
7	Charneca Margem Direita (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aptidão elevada para a produção florestal (Pinheiro-manso e sobreiro) • Proximidade às indústrias 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo valor paisagístico dos espaços florestais dominando os povoamentos de eucalipto
8	Dunas litoral (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados valores ecológicos e paisagísticos • Serviços ecossistémicos de proteção contra fenómenos climáticos extremos e mitigação do risco de inundação 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte influência atlântica, que restringe o leque de espécies a aplicar (salsugem) • Forte procura pela proximidade ao litoral • Forte pressão urbana • Zonas sensíveis do ponto de vista da erosão e do ponto de vista ecológico • Elevada procura por atividades de recreio e lazer
9	Estuário (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Zona de elevado interesse para a conservação com elevada biodiversidade • Elevada percentagem de área florestal de sobreiro • Elevada percentagem de área com boa aptidão para o Pinheiro-manso • Diversidade paisagística elevada <p>Crescente procura por atividades de lazer, recreio e contemplação da paisagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços ecossistémicos de proteção contra fenómenos climáticos extremos e mitigação do risco de inundação • Áreas fundamentais para a conservação do capital genético de espécies marinhas (zonas de refúgio, reprodução e viveiro) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento incipiente das atividades de lazer e recreio • Envelhecimento e estado fitossanitário do montado • Elevada pressão urbanística com efeitos potenciais na gestão dos espaços florestais e na evolução da ocupação florestal • Poluição industrial, urbana e agrícola • Caça e pesca furtiva



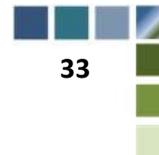
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
10	Estuário do Sado (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados valores ecológicos • Elevada percentagem de área florestal de Pinheiro-manso • Elevada percentagem de área com aptidão para o pinheiro-bravo e o pinheiro-manso • Serviços ecossistémicos de proteção contra fenómenos climáticos extremos e mitigação do risco de inundação • Áreas fundamentais para a conservação do capital genético de espécies marinhas (zonas de refúgio, reprodução e viveiro) 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada sensibilidade a fenómenos de poluição • Forte pressão urbanística • Elevada procura por atividades de recreio e lazer
11	Estuário do Tejo (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados valores ecológicos e paisagísticos • Procura de turismo rural • Serviços ecossistémicos de proteção contra fenómenos climáticos extremos e mitigação do risco de inundação • Áreas fundamentais para a conservação do capital genético de espécies marinhas (zonas de refúgio, reprodução e viveiro) 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso tipicamente agrícola com fraca apetência florestal • Pesca clandestina • Poluição do estuário provocado por descargas provenientes de unidades fabris • Abandono das atividades estuarinas • Elevada procura por atividades de lazer e recreio
12	Floresta do Meio (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para pesca • Bom potencial para a silvopastorícia • Potencial cinegético • Importante ponto de abastecimento de água no país. A albufeira de Castelo do Bode abastece de água potável zonas importantes como Lisboa • Aptidão para a <i>Quercus faginea</i>, preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i> • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada proporção de área queimada nos espaços florestais. • Perigosidade de incêndio alta e muito alta • Potencial cinegético e silvopastoril subaproveitado • Áreas com risco médio de erosão
13	Floresta do Oeste Interior (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada aptidão para a produção florestal (Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, sobreiro e eucalipto). • Tradição para a Silvopastorícia e caça • Forte associativismo cinegético • Proximidade das indústrias florestais • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão da propriedade rural • Manchas contínuas de monocultura de eucalipto • Afetada por processos erosivos
14	Floresta do Oeste Litoral (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada aptidão para a produção florestal (Pinheiro-bravo, sobreiro e eucalipto) • Tradição para a Silvopastorícia e caça • Proximidade das indústrias florestais • Boa aptidão para a <i>Quercus faginea</i>, preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i> • Valorização dos espaços florestais existentes pela população urbana • Forte presença de emparcelamento funcional 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão da propriedade rural • Manchas contínuas de monocultura de eucalipto • Presença de processos erosivos • Elevada pressão urbanística sobre os espaços florestais



Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
15	Floresta dos Templários (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Boas acessibilidades e proximidade de polos de atracção turística • Abundante regeneração natural de espécies autóctones (sobreiro), possibilitando a diversificação da composição dos espaços florestais • Possibilidade de diversificação da composição dos povoamentos • Boa aptidão para a <i>Quercus faginea</i>, preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i> • Forte presença de emparcelamento funcional 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de erosão médio a alto em grande parte da área, com presença de zonas sensíveis • Dispersão da propriedade florestal • Dispersão dos aglomerados populacionais nos espaços florestais • Perigosidade de incêndio alta e muito alta
16	Gândaras Sul (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade das indústrias florestais • Valorização dos espaços florestais existentes pela população urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão da propriedade rural • Elevada suscetibilidade à ocorrência de incêndios florestais • Manchas contínuas de monocultura de Pinheiro-bravo de dimensão assinalável.
17	Grande Lisboa (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos espaços florestais existentes pela população urbana • Forte procura de espaços florestais de recreio • Existência de corredores estruturantes para a conservação da natureza definidos no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de zonas florestais fragmentadas e escassas ou de carácter artificial • Elevada pressão urbanística sobre os espaços florestais • Existência de áreas sujeitas a processos erosivos intensos
18	Lezíria (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Zonas de elevada qualidade paisagística e ambiental • Forte tradição da pesca desportiva • Procura de espaços de recreio e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Tipicamente agrícola com apetência florestal condicionada • Existência da prática de pesca não controlada • Degradação das galerias ripícolas
19	Península de Setúbal (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada aptidão para a produção florestal (Pinheiro-bravo, pinheiro-manso e sobreiro) • Proximidade dos centros transformadores de produtos florestais • Desenvolvimento de atividades multifuncionais dos espaços florestais como a cinegética e Silvopastorícia • Forte procura turística 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionantes de ordem fitossanitária • Pressão humana intensa • Especulação imobiliária sobre os espaços florestais • Elevada procura por atividades de lazer e recreio
20	Região Oeste Sul (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Tradição de Silvopastorícia e caça 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragmentação da propriedade rural • Forte pressão urbana sobre os espaços florestais • Processos erosivos assinaláveis
21	Região Saloia (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Tradição para a Silvopastorícia e caça • Crescente procura por atividades de lazer, recreio e contemplação da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão da propriedade rural • Forte pressão urbana sobre os espaços florestais • Presença de processos erosivos assinaláveis



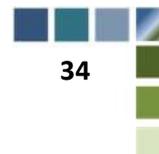
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
22	Serras de Aire e Candeeiros (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados valores ecológicos e paisagísticos • Reserva faunística e florística de elevado valor • Elevada aptidão para carvalhos e castanheiro • Desenvolvimento de atividades multifuncionais dos espaços florestais como a cinegética e Silvopastorícia • Crescente procura por atividades de lazer, recreio e contemplação da paisagem • Elevada procura dos espaços florestais para lazer/recreio • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Perigosidade de incêndio alta e muito alta • Assinaláveis riscos de erosão • Abandono crescente da pastorícia e de atividades tradicionais que contribuíram para a formação da paisagem e de alguns habitats classificados • Exploração de inertes • Caça furtiva • Forte presença do eucalipto • Baixa rentabilidade associada aos espaços florestais da sub-região
23	Serra de Montejunto (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades multifuncionais dos espaços florestais como a cinegética e Silvopastorícia • Crescente procura por atividades de lazer, recreio e contemplação da paisagem • Elevada procura dos espaços florestais para lazer/recreio • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Perigosidade de incêndio alta e muito alta • Áreas de monocultura de eucalipto de dimensão assinalável • Assinaláveis riscos de erosão
24	Sicó - Alvaiázere Sul (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada representatividade de habitats com importância para a conservação da natureza • Abundância de regeneração natural de espécies autóctones (carvalho-português, azinheira) • Qualidade biológica dos cursos de água • Elevada aptidão para a atividade cinegética • Grau de cobertura pelo regime cinegético (elevado) • Algumas galerias ripícolas bem conservadas • Diversidade genética de plantas com valor económico (plantas aromáticas e com valor gastronómico, medicinais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas de gestão florestal (ou a sua ausência) desadequadas aos objetivos de conservação • Risco de erosão elevado nas vertentes das linhas de água • Aptidão para as espécies florestais limitada devido à natureza dos solos • Perigosidade de incêndio elevada • Corte de vegetação (corte de carvalho-português para lenha e corte de vegetação ribeirinha) • Poluição dos cursos de água • Florestação com espécies alóctones



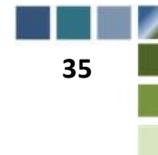
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
25	Sintra (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Sub-região com características muito favoráveis para o desenvolvimento florestal (Eucalipto, pinheiro-bravo e pinheiro-manso) • Sub-região de elevado valor biogenético • Multifuncionalidade da floresta - Componente florestal encontra-se fortemente associada à atividade turística • Elevado valor paisagístico • Possibilidade de aproveitamento da biomassa florestal residual • Existência de património paisagístico e arquitetónico preservado próximo de um grande centro populacional (Património UNESCO) inserido numa paisagem florestal • Crescente procura por atividades de lazer, recreio e contemplação da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada pressão humana • Perigosidade de incêndio alta e muito alta • Elevada pressão imobiliária • Elevada suscetibilidade a processos erosivos • Área florestal ocupada invasoras lenhosas

Legenda: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (c); Produção (pd); Proteção (pt); Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores (sp/c); Recreio e valorização da paisagem (re).

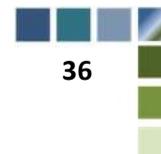
A análise dos pontos fortes e fracos das SRH permite proceder à definição dos objetivos específicos por SRH, elencados no Quadro 6, bem como estabelecer a sua relação com os objetivos definidos na ENF.

**Quadro 6. Objetivos específicos por SRH da região PROF-LVT e sua relação com os objetivos específicos da ENF**

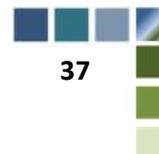
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
1	Alto Nabão (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitar o potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Diminuir a erosão dos solos • Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida • Reabilitar áreas ardidas • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>A5. Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas</p> <p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
2	Arribas (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado • Assegurar o controlo de pragas e doenças com impacte relevante nos ecossistemas florestais • Diminuir a erosão dos solos • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da infraestrutura verde</p> <p>A6. Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p>
3	Arribas – Arrábida (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados importantes para a conservação da natureza • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Diminuir a erosão dos solos • Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da infraestrutura verde</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>



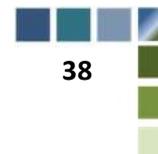
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
4	Bairro (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Diminuir a erosão dos solos • Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>
5	Charneca (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>
6	Charneca do Tejo (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Recuperação do montado de sobro e promoção da regeneração natural • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida • Assegurar o controlo de pragas e doenças com impacte relevante nos ecossistemas florestais 	<p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>A2. Reduzir a incidência dos incêndios</p>
7	Charneca Margem Direita (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio 	<p>A5. Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
8	Dunas litoral (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a erosão dos solos • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Aumentar a produtividade por unidade de área • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>



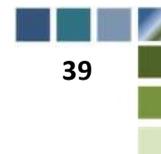
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
9	Estuário (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Recuperação do montado de sobro e promoção da regeneração natural • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Recuperação das galerias ripícolas 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p>
10	Estuário do Sado (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas • Recuperação do montado de sobro e promoção da regeneração natural 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p>
11	Estuário do Tejo (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação das galerias ripícolas • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
12	Floresta do Meio (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida • Reabilitar áreas ardidas. • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores. • Revitalizar a atividade apícola 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p> <p>A9. Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>



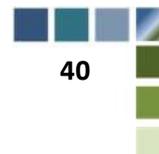
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
13	Floresta do Oeste Interior (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação das galerias ripícolas • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>
14	Floresta do Oeste Litoral (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação das galerias ripícolas • Melhorar a gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com os outros usos do solo • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p>
15	Floresta dos Templários (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Diminuir a erosão dos solos • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas • Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação • Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida • Reabilitar áreas ardidas 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p> <p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p>



Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
16	Gândaras Sul (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação das galerias ripícolas • Beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>A2. Reduzir a incidência dos incêndios</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
17	Grande Lisboa (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Preservar os valores fundamentais do solo e da água 	<p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p>
18	Lezíria (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação das galerias ripícolas • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
19	Península de Setúbal (pd-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Minimizar os efeitos de pragas e doenças • Beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
20	Região Oeste Sul (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Melhorar a gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com os outros usos do solo • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>



Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
21	Região Saloia (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo 	<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>
22	Serras de Aire e Candeeiros (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p>
23	Serra de Montejunto (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida • Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>A2. Reduzir a incidência dos incêndios</p> <p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p>
24	Sicó - Alvaiázere Sul (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Diminuir a erosão dos solos • Recuperação das galerias ripícolas • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Revitalizar a atividade apícola 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p>



Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
25	Sintra (c-pt-re)	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Reduzir o impacte de invasoras lenhosas • Beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação</p> <p>A8. Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>

Legenda: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (c); Produção (pd); Proteção (pt); Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores (sp/c); Recreio e valorização da paisagem (re).

A síntese dos objetivos específicos por SRH da região PROF-LVT é apresentada no Quadro 7. A relação entre os objetivos específicos da ENF e os objetivos por SRH definidos neste ponto permite proceder à definição do Capítulo G – “Programa de Execução”. A abordagem considerada consiste na “regionalização” da ENF, à região PROF e às SRH, tendo em atenção os objetivos estratégicos (da ENF) exequíveis ao nível regional, mas também a Visão para a floresta nacional (ver ponto 2.1).

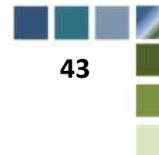
Quadro 7. Síntese dos objetivos específicos por SRH

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas			✓		✓	✓	✓					✓								✓	✓			✓	
Assegurar o controlo de pragas e doenças com impacte relevante nos ecossistemas florestais		✓			✓	✓	✓																		
Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores.											✓														
Aumentar a produtividade por unidade de área	✓			✓	✓	✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓				
Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio	✓		✓		✓	✓	✓	✓			✓						✓		✓						✓
Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações				✓																					
Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística		✓	✓						✓	✓	✓						✓	✓					✓	✓	✓
Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida	✓				✓	✓	✓									✓							✓		
Diminuir a erosão dos solos	✓	✓		✓				✓				✓			✓										✓
Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação														✓	✓								✓		
Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril					✓	✓	✓			✓				✓							✓				
Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo													✓	✓					✓	✓	✓	✓		✓	
Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados																						✓			
Minimizar os efeitos de pragas e doenças																				✓					
Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado		✓	✓																						

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Preservar os valores fundamentais do solo e da água			√	√	√	√	√			√	√		√	√	√	√	√	√		√	√	√	√		√
Promover o aproveitamento de biomassa para energia	√											√													
Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas								√		√					√		√	√	√						√
Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação	√	√		√				√	√			√	√		√				√	√	√	√			
Reabilitar áreas aridas.	√											√			√										
Recuperação das galerias ripícolas									√		√		√	√		√		√							√
Recuperação do montado de sobro e promoção da regeneração natural					√	√	√		√	√															
Reduzir o impacte de invasoras lenhosas																									√
Revitalizar a atividade apícola												√												√	

Legenda:

	c-pd-pt
	c-pt-re
	c-pt-sp/c
	pd-pt-re
	pd-pt-sp/c



2.5. Análise SWOT

O resultado da análise dos Pontos Fracos, Pontos Fortes, Oportunidades e Ameaças encontra-se sintetizado no Quadro 8 sendo que são estudados os Problemas, Constrangimentos, Fragilidades e Potencialidades associados a uma determinada situação, de modo a que a cada par de fatores (interno/externo) equivalha uma diferente estratégia e por conseguinte objetivos estratégicos distintos. No Quadro 9 são sintetizadas as diferentes estratégias possíveis.

Quadro 8. Matriz SWOT

	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	Problemas	Fragilidades
PONTOS FORTES	Constrangimentos	Potencialidades

Quadro 9. Matriz SWOT / Estratégias

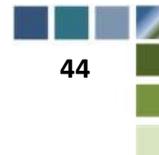
	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	Estratégias defensivas para minimizar os pontos fracos e evitar as ameaças	Procurar através das oportunidades mitigar os efeitos dos pontos fracos
PONTOS FORTES	Procurar os usar os pontos fortes para evitar as ameaças	Estratégia em que se procura usar os pontos fortes para desenvolver e potenciar as oportunidades

2.5.1. Pressões e concorrências de uso

Na região PROF-LVT há porções do território onde o potencial de conflito é elevado, quer pela presença em simultâneo de diferentes setores de atividade, quer pela sensibilidade ambiental dos ecossistemas e dos recursos naturais existentes, quer ainda pela eventual ocorrência de riscos naturais a prevenir/ mitigar. O Quadro 10 apresenta a relação entre as eventuais pressões de concorrências de uso. O critério priorizado neste PROF foi sempre o do desenvolvimento florestal.

Quadro 10. Pressões e concorrências de uso

PRESSÕES E CONCORRÊNCIAS DE USO	QUESTÕES QUE SE COLOCAM
Agricultura - Floresta	Zonas com elevada atividade agropecuária
População - Floresta	Desflorestação acentuada Zonas urbanas com forte pressão expansionista Zonas ribeirinhas potencialmente afetadas
Floresta - Mineração (Pedreiras)	Uso do solo e a movimentação de máquinas pesadas Recuperação do coberto em espaços sujeitos a mineração



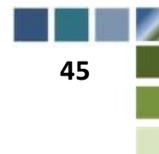
PRESSÕES E CONCORRÊNCIAS DE USO	QUESTÕES QUE SE COLOCAM
Floresta - Turismo	Condições favoráveis para a prática de turismo ecológico e cinegético e de turismo relacionado com a pesca recreativa A floresta é prejudicada pela prática de desportos com elevada intensidade de carga humana e motorizada.
Floresta - Proteção	Conservação do coberto das bacias hidrográficas e respetivas práticas de gestão na quantidade e qualidade da água da rede pública
Floresta - Conservação	Dimensão das áreas a gerir face à monocultura/áreas extensas
Agricultura/População/Turismo - Conservação	Ação prejudicial sobre a floresta dos desportos motorizados de todo-o-terreno Concorrência de uso do solo
Caça - Floresta	Compatibilização das atividades cinegéticas com os demais usos Danos provocados por espécies cinegéticas

2.5.2. Análise SWOT dos Cenários preconizados

A identificação dos Pontos Fortes e Fracos da região PROF-LVT permite reconhecer as Ameaças e as Oportunidades que contribuirão para a melhor definição dos objetivos, medidas e ações a estabelecer.

Quadro 11. Pontos fortes e fracos do Cenário A

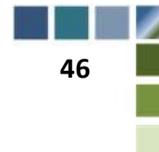
	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Setor com excessiva dependência de subsídição pública • Falta de informação rigorosa sobre os espaços florestais • Redução progressiva da área florestal • Crescente pressão das populações urbanas sobre os espaços florestais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse do proprietário florestal, em especial na produção de pinhal • Ausência de mecanismos de valoração económica ambiental que remunerem os serviços dos ecossistemas e consequentemente salvaguardem a biodiversidade dos sistemas. • Valorização crescente da Floresta como sumidouro de carbono providenciadora de serviços ecossistémicos de regulação e mitigação de riscos e reserva de capital natural • Pressão de procura de produtos florestais provenientes de florestas sob gestão florestal sustentável • Crescente procura de produtos florestais no mercado internacional • Procura de fontes de energia renovável, nomeadamente através da biomassa • Reconhecimento crescente da importância dos serviços do ecossistema, como a paisagem e os espaços de lazer e recreio.



	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial turístico devido à proximidade de Lisboa (paisagem, lazer, turismo, etc.). • Pragas e doenças • Competição ao nível dos mercados dos produtos florestais, concorrência de produtos alternativos. • Modificações no clima resultantes das alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas florestais. • Degradação dos ecossistemas florestais, em termos de biodiversidade e serviços de regulação, com o respetivo aumento de riscos bióticos e de perda de rendimentos associados 	<ul style="list-style-type: none"> • Área significativa de “Matos e Pastagens” – Existe uma área significativa (242.193 ha) de “Matos e Pastagens” que poderão ser, em parte, arborizados. • Localização privilegiada. Existência de importantes centros de saber e de decisão florestais, bem como das principais indústrias florestais.

Quadro 12. Pontos fortes e fracos do Cenário B

	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação rigorosa sobre os espaços florestais • Redução progressiva da área florestal • Crescente pressão das populações urbanas sobre os espaços florestais 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de mecanismos de valoração económica ambiental que remunerem os serviços dos ecossistemas e consequentemente salvaguardem a biodiversidade dos sistemas. • Valorização crescente da Floresta como sumidouro de carbono providenciadora de serviços ecossistémicos de regulação e mitigação de riscos e reserva de capital natural • Pressão de procura de produtos florestais provenientes de florestas sob gestão florestal sustentável • Crescente procura de produtos florestais no mercado internacional • Procura de fontes de energia renovável, nomeadamente através da biomassa • Reconhecimento crescente da importância dos serviços do ecossistema, como a paisagem e os espaços de lazer e recreio.
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial turístico devido à proximidade de Lisboa (paisagem, lazer, turismo, etc.). • Pragas e doenças • Competição ao nível dos mercados dos produtos florestais, concorrência de produtos alternativos. • Modificações acentuadas no clima resultantes das alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas florestais. • Degradação dos ecossistemas florestais, em termos de biodiversidade e serviços de regulação, com o respetivo aumento de riscos bióticos e de perda de rendimentos associados 	<ul style="list-style-type: none"> • Área significativa de “Matos e Pastagens” – Existe uma área significativa (242.193 ha) de “Matos e Pastagens” que poderão ser, em parte, arborizados. • Localização privilegiada. Existência de importantes centros de saber e de decisão florestais, bem como das principais indústrias florestais.

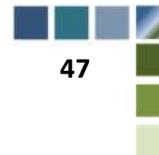


Quadro 13. Pontos fortes e fracos do Cenário C

	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Setor com excessiva dependência de subsídio pública • Falta de informação rigorosa sobre os espaços florestais • Redução progressiva da área florestal • Crescente pressão das populações urbanas sobre os espaços florestais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse do proprietário florestal, em especial na produção de pinhal • Ausência de mecanismos de valoração económica ambiental que remunerem os serviços dos ecossistemas e consequentemente salvaguardem a biodiversidade dos sistemas. • Valorização crescente da Floresta como sumidouro de carbono providenciadora de serviços ecossistémicos de regulação e mitigação de riscos e reserva de capital natural • Pressão de procura de produtos florestais provenientes de florestas sob gestão florestal sustentável • Crescente procura de produtos florestais no mercado internacional • Procura de fontes de energia renovável, nomeadamente através da biomassa • Reconhecimento crescente da importância dos serviços do ecossistema, como a paisagem e os espaços de lazer e recreio.
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial turístico devido à proximidade de Lisboa (paisagem, lazer, turismo, etc.). • Pragas e doenças • Competição ao nível dos mercados dos produtos florestais, concorrência de produtos alternativos. • Modificações no clima resultantes das alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas florestais. • Degradação dos ecossistemas florestais, em termos de biodiversidade e serviços de regulação, com o respetivo aumento de riscos bióticos e de perda de rendimentos associados 	<ul style="list-style-type: none"> • Área significativa de “Matos e Pastagens” – Existe uma área significativa (242.193 ha) de “Matos e Pastagens” que poderão ser, em parte, arborizados. • Localização privilegiada. Existência de importantes centros de saber e de decisão florestais, bem como das principais indústrias florestais.

A análise dos resultados obtidos permite dizer que o futuro da floresta do território PROF-LVT é importante para o desenvolvimento económico, para a sustentabilidade ambiental e para a coesão social. Prevê-se que o futuro deste setor seja fortemente influenciado pelas alterações climáticas, quer pela responsabilidade de mitigação, quer pela necessidade de se adaptar aos padrões climáticos futuros, uma vez que os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades se mantêm em todos os cenários, com a variante de as “Ameaças” (Incêndios Florestais, Pragas e Doenças e Alterações Climáticas) serem mais intensas do cenário B em relação ao Cenário A e do Cenário C em relação ao Cenário B.

Na região PROF-LVT terá que ser dedicada uma maior atenção à mitigação dos efeitos das alterações climáticas, porquanto as mesmas significam secas periódicas mais prolongadas e frequentes, menor precipitação, temperaturas máximas mais elevadas, maiores ondas de calor e maior imprevisibilidade. Tornar-se-á necessário investir em medidas de adaptação que promovam a mitigação e o sequestro de carbono.



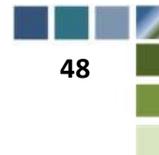
Sousa et al. (2011) citado em AIFF (2013) refere que noutros países em que o Nemátodo-da-Madeira-do-Pinheiro (NMP) foi detetado há mais tempo, exemplo do Japão ou da Coreia do Sul, e apesar dos elevados prejuízos provocados, as florestas nativas têm conseguido manter-se, reforçando que é possível coexistir com o agente. Em Portugal, fruto da experiência acumulada ao longo dos anos, tem-se verificado que, em locais severamente afetados (ex.: Península de Tróia), a aplicação conjunta de estratégias de luta cultural e de luta biotécnica têm diminuído drasticamente a mortalidade causada pelo NMP num intervalo de poucos anos e, simultaneamente, tem sido possível controlar os efeitos mais nefastos provocados por agentes secundários, nomeadamente os escolitídeos, que em consequência do declínio do pinhal têm vindo a aumentar as suas populações provocando elevada mortalidade.

2.6. Medidas

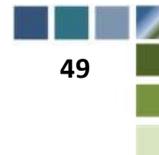
No Quadro 14 apresentam-se as medidas propostas por objetivos transversais para a região e que são comuns a todas as SRH.

Quadro 14. Medidas relativas à prossecução dos objetivos transversais

OBJETIVOS TRANSVERSAIS	MEDIDAS
Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios (DFCI)	<i>Promover a implementação e manutenção da rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)</i>
Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos	<i>Promover o controlo de espécies invasoras</i>
	<i>Fomentar a diversidade da composição dos povoamentos florestais</i>
	<i>Promover a implementação de ações de monitorização e controlo de pragas florestais</i>
Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema	<i>Fomentar a gestão ativa dos espaços florestais que constituem habitat de espécies protegidas</i>
	<i>Apoiar financeiramente ações de gestão sustentável nos espaços florestais localizados nas cabeceiras das bacias hidrográficas</i>
	<i>Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas.</i>
	<i>Promover a criação de um sistema de compensação financeira para os espaços florestais dotados de PGF que proporcionem serviços de ecossistemas não remunerados pelo mercado.</i>
Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação	<i>Condicionar ações que potenciem a erosão dos solos</i>
	<i>Promover boas práticas silvícolas e silvopastoris que visem os valores fundamentais do solo e da água</i>
	<i>Promover a reabilitação de áreas ardidas</i>
Promover a conservação do regime hídrico	<i>Discriminar positivamente o apoio financeiro para ações de restauro e consolidação de galerias ripícolas</i>
	<i>Promover a conservação e a recuperação das galerias ripícolas</i>



OBJETIVOS TRANSVERSAIS	MEDIDAS
Promover a melhoria da gestão florestal	<i>Promover a área florestal com planos de gestão florestal elaborados e implementados</i>
	<i>Promover a constituição de zonas florestais de dimensão suficiente que permitam uma gestão florestal eficiente</i>
	<i>Fomentar o aumento de áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada</i>
	<i>Promover a resiliência dos povoamentos florestais</i>
	<i>Promover a diminuição de áreas florestais sem gestão silvícola mínima</i>
Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial	<i>Fomentar a reconversão de povoamentos instalados em condições ecológicas desajustadas</i>
	<i>Proceder a operações de rejuvenescimento e melhoria do montado de sobreiro</i>
	<i>Aumentar a área de pinheiro-bravo sujeita a redução da densidade excessiva/condução regeneração natural</i>
Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta	<i>Fomentar o emparcelamento funcional e o aproveitamento da multifuncionalidade dos espaços florestais</i>
	<i>Promover a gestão dos terrenos silvopastoris e os outros usos do solo, compatibilizando-os com a salvaguarda do uso florestal</i>
Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais	<i>Divulgar normas e modelos de silvicultura</i>
	<i>Divulgar os modelos de gestão das Matas Modelo</i>
	<i>Intercâmbio de informação e troca de conhecimento</i>
Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos	<i>Fomentar a compatibilização entre a floresta e as atividades de recreio e lazer</i>
	<i>Reforçar a implementação do controlo da deposição de resíduos em áreas florestais</i>
Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável	<i>Fomentar o aumento de áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada</i>
	<i>Promover a valorização dos produtos certificados para gestão florestal sustentável</i>
Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas	<i>Promover o aumento do nível de qualificação técnica dos agentes da fileira florestal</i>
	<i>Promover a credenciação e responsabilização de técnicos habilitados para elaboração e execução de projetos florestais</i>
Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais	<i>Promover a avaliação dos resultados do Inventário Florestal Nacional</i>
	<i>Garantir a elaboração de relatórios bienais da monitorização do PROF-LVT</i>
Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal	<i>Desenvolver um programa de formação dirigido aos vários agentes do setor produtivo e às necessidades de formação mais prementes</i>



2.7. Ações

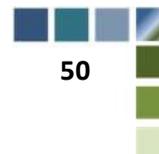
Os Quadro 15 a Quadro 29 contêm a síntese dos objetivos específicos das SRH referidos no Quadro 6, bem como as ações necessárias para que os mesmos sejam alcançados. Uma vez que há objetivos que dizem respeito a mais do que uma SRH, agruparam-se as ações por objetivos específicos das SRH.

Quadro 15. Objetivos e ações relativos à atividade cinegética

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas	Promover modelos de gestão cinegética sustentável que sejam compatíveis com outras funções dos espaços florestais
	Promover modelos de gestão cinegética que visem a obtenção de resultados económicos para as explorações
Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à gestão de espécies cinegéticas
	Proceder ao ordenamento dos terrenos com potencial cinegético
	Divulgar as boas práticas da gestão cinegética sustentável

Quadro 16. Objetivos e ações relativos a pragas e doenças florestais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Assegurar o controlo de pragas e doenças com impacte relevante nos ecossistemas florestais	Proceder ao levantamento periódico e regular do estado de vitalidade da floresta portuguesa
	Proceder à inventariação e monitorização periódica e regular das pragas mais relevantes
	Promover os tratamentos preventivos e atempados contra pragas e doenças, garantindo celeridade de resposta nos pedidos de autorização, quando aplicável
Minimizar os efeitos de pragas e doenças	Promover as técnicas de controlo biológico, biotécnico e de luta integrada contra pragas e doenças
	Divulgar informação técnico-científica para prevenção da disseminação de pragas e doenças

**Quadro 17. Objetivos e ações relativos à pesca nas águas interiores**

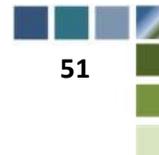
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores	Promover a gestão e melhoria das condições para desenvolvimento da fauna piscícola
	Proceder à avaliação do potencial das águas interiores, naturais e artificiais
	Promover o desenvolvimento da prática da pesca desportiva
	Proceder ao ordenamento dos recursos piscícolas das águas interiores
	Incentivar a implementação de infraestruturas de apoio
	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à preservação dos recursos piscícolas

Quadro 18. Objetivos e ações relativos ao enquadramento de espaços de recreio, monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio	Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais arborizadas
Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas	Promover a valorização cénica da paisagem

Quadro 19. Objetivos e ações relativos à Conservação

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística	Promover a gestão dos valores ambientais e cénicos dos habitats
	Promover a requalificação dos espaços florestais classificados
Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados	Promover a gestão e o ordenamento das matas de folhosas autóctones
Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar a perpetuidade dos valores em presença	Promover a visitação regulada de áreas florestas de conservação e seu enquadramento económico

**Quadro 20. Objetivos e ações relativos a DFCI**

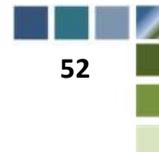
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Diminuição do n.º de incêndios e da área ardida	Implementar a rede primária do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	Discriminar positivamente as iniciativas de implementação e manutenção da funcionalidade das infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios
Reabilitar áreas ardidas.	Promover a manutenção e reforço de meios de primeira intervenção contra incêndios
	Divulgar informação relativa às boas práticas de exploração de áreas percorridas por incêndios
	Proceder ao levantamento e monitorização das áreas mais suscetíveis de ocorrência de fenómenos erosivos e torrenciais
	Promover a reabilitação de terrenos degradados, contribuindo para a diminuição dos efeitos da desertificação

Quadro 21. Objetivos e ações relativos ao controlo da erosão e à preservação dos valores do solo e da água

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Diminuir a erosão dos solos	Promover a gestão do coberto com vista a assegurar a qualidade da água
	Divulgar informação relativa às boas práticas de proteção do solo contra a erosão
Preservar os valores fundamentais do solo e da água	Divulgar informação relativa às boas práticas de proteção contra cheias e melhoria das condições de drenagem dos solos
	Contribuir para a promoção da fertilidade dos solos e para a regularização dos recursos hidrológicos
Reabilitar áreas ardidas.	Proceder ao levantamento e monitorização das áreas mais suscetíveis de ocorrência de fenómenos erosivos e torrenciais
	Promover a reabilitação de terrenos degradados, contribuindo para a diminuição dos efeitos da desertificação

Quadro 22. Objetivos e ações relativos Diversificação da composição das áreas florestais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação	Promover a diversificação economicamente viável das espécies, no âmbito dos projetos de arborização
	Promover o emparcelamento funcional e a multifuncionalidade dos espaços florestais
	Promover a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

**Quadro 23. Objetivos e ações relativos à silvopastorícia**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à gestão e melhoramento de pastagens
	Apoiar o estabelecimento de pastagens experimentais
	Promover o aproveitamento do potencial silvopastoril dos espaços florestais
	Promover o contributo da silvopastorícia para a diversificação do rendimento dos espaços florestais

Quadro 24. Objetivos e ações relativos ao aproveitamento de biomassa para energia

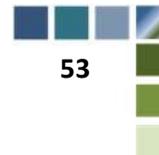
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Promover o aproveitamento de biomassa para energia	Discriminar positivamente o aproveitamento de biomassa para energia
	Promover modelos de gestão florestal vocacionados para ou integrando a produção de biomassa para energia

Quadro 25. Objetivos e ações relativos à produção silvícola

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Aumentar a produtividade por unidade de área	Promover o aumento de densidade dos povoamentos sublotados
	Promover a arborização com material genético de melhor qualidade e adaptação à estação
Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação.	Promover a aplicação das melhores técnicas silvícolas disponíveis
	Promover a constituição de ZIF
	Promover o aumento da área certificada
	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à produção silvícola

Quadro 26. Objetivos e ações relativos à recuperação das galerias ripícolas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Recuperação das galerias ripícolas	Discriminar positivamente o apoio financeiro para ações de restauro e consolidação de galerias ripícolas
	Promover a conservação e a recuperação das galerias ripícolas

**Quadro 27. Objetivos e ações relativos à recuperação do montado de sobro**

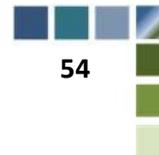
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Recuperação do montado de sobro e promoção da regeneração natural	Proceder ao levantamento periódico e regular do estado de vitalidade do montado
	Promover a melhoria da gestão das áreas de montado
	Promover o aumento de densidade do montado de sobro
	Promover a expansão das áreas de montado de sobro

Quadro 28. Objetivos e ações relativos à redução do impacto de invasoras lenhosas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Reduzir o impacto de invasoras lenhosas	Implementar campanhas de erradicação de espécies lenhosas invasoras
	Discriminar positivamente o apoio financeiro para ações de erradicação de espécies invasoras lenhosas

Quadro 29. Objetivos e ações relativos à revitalização da atividade apícola

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Revitalizar a atividade apícola	Implementar programas de erradicação da Vespa Asiática
	Promover o associativismo específico para a atividade apícola
	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à atividade apícola



2.8. Fomento da gestão florestal – Planos de Gestão Florestal

Considerando a necessidade de gerir os espaços florestais de forma sustentável assume-se de especial relevância o facto de se contrariar situações de abandono. A definição da área das explorações florestais e agroflorestais acima da qual é obrigatória a elaboração de Plano de Gestão Florestal (PGF), assim como a indicação de outras circunstâncias em que a elaboração do PGF seja obrigatória é apresentada neste ponto.

Tal como referido no Capítulo B do Documento Estratégico do PROF-LVT (ponto 3.5.1 “Espaços florestais sujeitos a planos de gestão florestal”), os PGF são instrumentos de ordenamento florestal destinados a explorações agrícolas ou florestais, nos quais são planeadas, no tempo e no espaço, as intervenções de natureza cultural e/ou de exploração. Encontram-se regulamentados pelo DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro, com as alterações conferidas pelos DL n.º 114/2010, de 22 de outubro, DL n.º 27/2014 de 18 de fevereiro e DL n.º 65/2017, de 12 de junho. O conteúdo deste instrumento de planeamento está definido nas “Normas Técnicas de Elaboração dos PGF”, homologadas pelo Despacho n.º 15183/2009 de 6 de julho.

Os objetivos de gestão dos proprietários ficam expressos nesses planos, no respeito pelas normas orientadoras dos PROF e tendo presentes os modelos de silvicultura mais adequados para as funções que os espaços florestais desempenham em cada local (ENF, 2015).

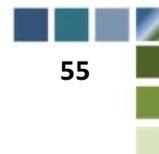
A determinação de uma área mínima das explorações florestais acima da qual existe uma obrigatoriedade de realização de PGF encontra-se regulamentada na Lei de Bases da Política Florestal (Artigo 6.º ponto 2), que atribui ao PROF a função de fixar este valor.

A decisão relativa à dimensão das explorações florestais e agroflorestais privadas sujeitas à obrigatoriedade de elaboração de um PGF foi tomada tendo por base a dimensão média das propriedades por concelho e por SRH no Recenseamento Agrícola de 2009 (ver Anexo II).

As áreas mínimas decorrem da definição de exploração florestal e agro-florestal estabelecida na alínea c) do artigo 2.º da regulamentação acima referida, como o prédio ou conjunto de prédios ocupados, total ou parcialmente, por espaços florestais, pertencentes a um ou mais proprietários e que estão submetidos a uma gestão única. Assim, os prédios que não contenham total ou parcialmente espaços florestais não são considerados para efeito da determinação da dimensão dessa área mínima.

De acordo com o referido, a obrigatoriedade de elaboração de um PGF ocorre em 4 situações:

- Explorações florestais e agroflorestais públicas e comunitárias;
- Explorações florestais e agroflorestais objeto de candidatura a fundos nacionais ou comunitários quando exigido pelo próprio programa/ação;
- Zonas de Intervenção Florestal;
- Explorações florestais e agroflorestais privadas de dimensão igual ou superior a 25 ou 100 ha, consoante a autarquia na qual se situem (ver Quadro 30).



Quadro 30. Área das explorações florestais e agroflorestais privadas com obrigatoriedade de apresentação de PGF por concelho ou freguesia

25 ha	100 ha
Abrantes (apenas nas freguesias de Carvalhal, Fontes, Martinchel, Mouriscas, Rio de Moinhos, União das freguesias de Abrantes - São Vicente e São João - e Alferrarede, União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto)	Abrantes (neste município apenas nas freguesias de Bemposta, Pego, Tramagal, União das freguesias de Alvega e Concavada, União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós, União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo)
Alcanena	Alcochete
Alcobaça	Almada
Alenquer	Almeirim
Amadora	Alpiarça
Arruda dos Vinhos	Azambuja
Bombarral	Barreiro
Cadaval	Benavente
Caldas da Rainha	Cartaxo
Cascais	Chamusca
Entroncamento	Constância
Ferreira do Zêzere	Coruche
Lisboa	Golegã
Loures	Moita
Lourinhã	Montijo
Mação	Palmela
Mafra	Salvaterra de Magos
Nazaré	Seixal
Odivelas	Sesimbra
Óbidos	Setúbal
Oeiras	
Ourém	
Peniche	
Rio Maior	
Santarém	
Sardoal	
Sintra	
Sobral de Monte Agraço	
Tomar	
Torres Novas	
Torres Vedras	
Vila Franca de Xira	
Vila Nova da Barquinha	

2.9. Rede de matas modelo

No âmbito dos PROF em vigor foi criada uma rede de Florestas Modelo (Matas Modelo), constituídas por Matas Nacionais, Perímetros Florestais e áreas florestais privadas, representativas de uma gestão florestal sustentável.

As Matas Modelo consideradas na região PROF-LVT (Figura 18) são a Companhia das Lezírias (Benavente), o Parque Florestal de Monsanto (Lisboa) e a Quinta do Furadouro (Óbidos).

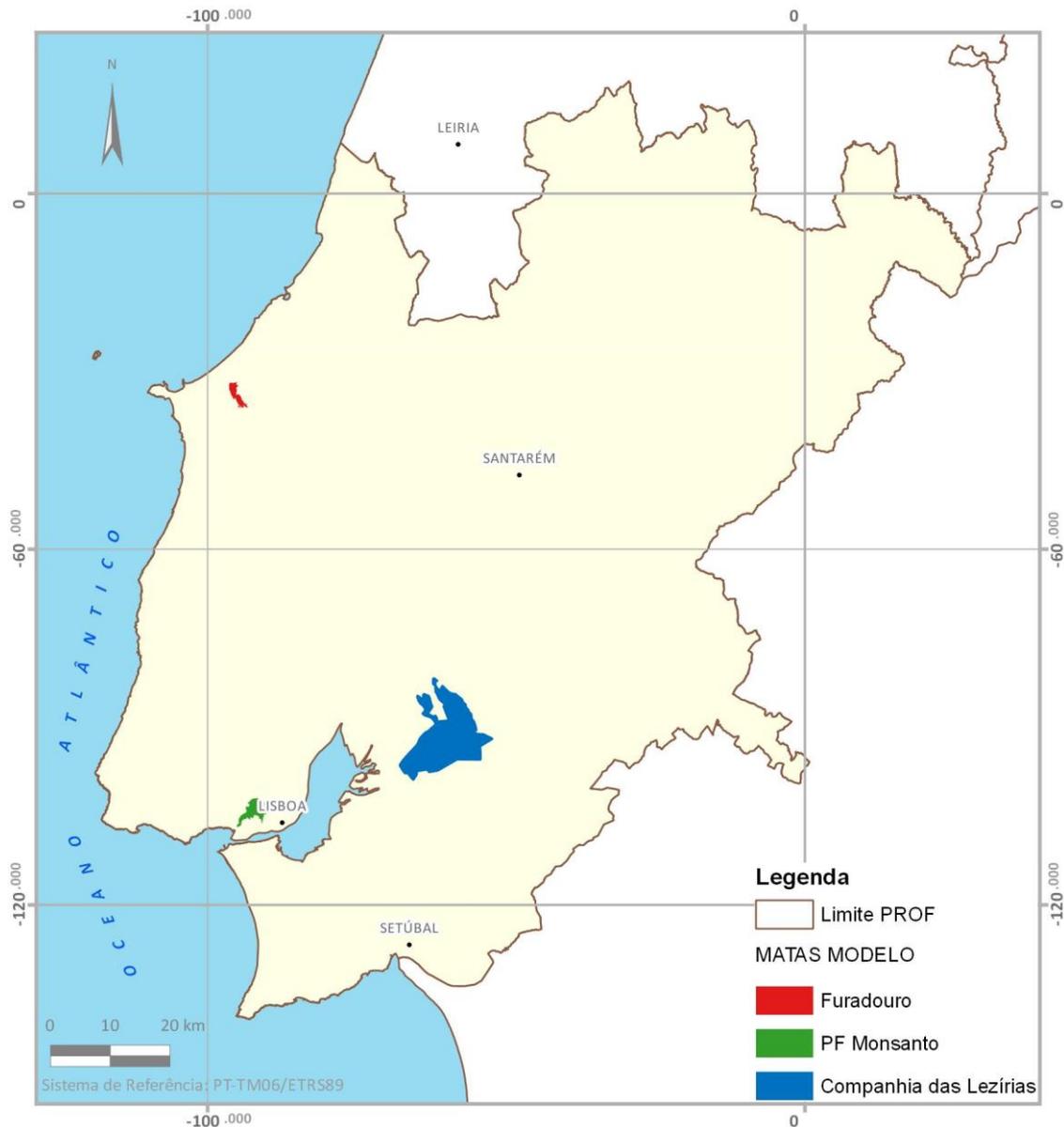
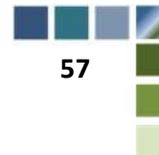


Figura 18. Matas Modelo na região PROF-LVT

Fonte: DGT, 2015 e ICNF, 2016.



3. ESPÉCIES A PRIVILEGIAR

De acordo com o Artigo 15.º da Portaria n.º 364/2013 de 20 de dezembro, “o PROF integra as orientações e normas de gestão dos espaços florestais essenciais para alcançar os respetivos objetivos” e do seu conteúdo deverá constar “o elenco de espécies e sistemas a privilegiar na expansão e reconversão de povoamentos florestais”.

Consequentemente, com vista à obtenção de um ordenamento florestal que vise o equilíbrio económico, ambiental, e social dos espaços florestais, e permita prosseguir os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, os PROF definem as espécies florestais a privilegiar. A sua identificação visa ainda orientar a escolha das espécies que mais se adequam ao território quando se pretenda instalar, expandir ou reconverter povoamentos florestais.

Para a identificação das espécies a privilegiar, foi considerada a aptidão das sub-regiões homogéneas para as várias espécies (propostas e analisadas no Capítulo B.), as funções a privilegiar nas sub-regiões homogéneas e a necessidade de diversificação da composição da floresta.

A metodologia definida para todos os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, neste processo de revisão, teve por base critérios técnico-científicos de identificação das espécies e outras orientações complementares.

1. Espécies a privilegiar em cada Sub-Região Homogénea (SRH)

- GRUPO I
Espécies com aptidão Boa e Regular numa área $\geq 50\%$ da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.
- GRUPO II
Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área $> 0\%$ da área da SRH.

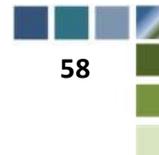
A aplicação da metodologia supra foi complementada com a avaliação das espécies preconizadas nos PROF de 1ª geração, com vista a avaliar se as alterações se justificam tecnicamente e reintroduzir ou eliminar aquelas que se considerarem adequadas.

Atendendo à grande diversidade de estações ecológicas específicas existentes nas SRH, a aplicação destes critérios contempla a utilização de outras espécies não identificadas, com base em análises casuísticas desde que devidamente fundamentadas em termos técnicos e em cumprimento do restante normativo legal aplicável, mediante autorização da autoridade florestal nacional.

Eventuais reconversões¹ de áreas da SRH ocupadas com espécies do Grupo I só podem ser feitas com espécies do mesmo Grupo e desde que o regime legal geral o admita. Esta restrição não se aplica ao azevinho, azinheira e sobreiro².

¹ Rearborização de uma área de povoamento com uma espécie diferente daquela que o constitui.

² Espécies protegidas por regimes legais específicos, que determinam a proteção e fomento das mesmas.



2. Funções gerais dos espaços florestais (FGEF) em cada Sub-Região Homogénea (SRH)

A determinação das funções prioritárias dos espaços florestais para cada SRH, resultou da identificação das 3 principais FGEF para cada SRH, conforme descrito no Capítulo C. As FGEF prioritárias foram usadas na contextualização das espécies à SRH, permitindo uma melhor adequação destas às funções com maior potencial e enquadramento nos objetivos estratégicos subjacentes.

A definição das espécies a privilegiar, não é influenciada diretamente pela análise de tendências das alterações climáticas, apesar das mesmas serem intrinsecamente consideradas nas variáveis climáticas usadas na elaboração dos índices que permitiram a determinação da aptidão das espécies. Em processos futuros de revisão do PROF deverá ser feita a aferição das espécies, em função da expressão efetiva das tendências que se vierem a verificar.

Considerou-se que a proximidade às indústrias do setor florestal, atendendo à dimensão das SRH e à mobilidade dos fluxos de matéria prima que caracteriza a prática do setor e a própria dinâmica das empresas, sem prejuízo de algumas pequenas unidades fabris poderem ter uma atuação localizada, não era suscetível de afetar as espécies e funções a privilegiar, ao nível do presente programa de ordenamento, uma vez que a oferta de matéria prima que provirá dos povoamentos instalados na vigência do programa só se virá a refletir no mercado a médio-longo prazo.

3.1. Identificação de sistemas e espécies a privilegiar em cada SRH

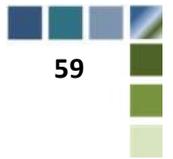
A identificação do conjunto de espécies a privilegiar por SRH nas ações de expansão, reconversão ou reflorestação com base na sua aptidão produtiva, foi realizada para um conjunto de espécies previamente definidas. Deste modo, de acordo com os critérios referidos no ponto anterior, enquadraram-se as espécies em causa nos Grupos em que se inseririam em termos de prioridade de escolha.

Os resultados obtidos para as 5 principais espécies e por SRH são apresentados das Figura 19 à Figura 43. Nas situações em que a Aptidão das 5 principais espécies não é “Boa” (ou devido aos objetivos preconizados para a SRH e suas funções principais), são também apresentadas as aptidões obtidas para as restantes espécies.

Contudo, é muito importante proceder à avaliação das espécies que melhor se adaptam do ponto de vista ecológico a cada região e escolher, entre estas, aquelas que, dadas as condições de mercado presentes e previsíveis, garantam a maior rentabilidade económica.

Refira-se, também, no âmbito do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, estão considerados os conjuntos de espécies arbóreas considerados indígenas (Quadro III-1 e Quadro III-2 do Anexo III) e as espécies não indígenas introduzidas que podem ser consideradas como espécies indígenas (Quadro III-3 e Quadro III-4 do Anexo III).

De acordo com a informação científica mais atualizada disponível (Pinto Gomes, 2017), o *Quercus estremadurensis* é um carvalho endémico do Oeste ibérico, ameaçado de extinção, que urge conservar e valorizar, razão pela qual está proposto integrar a “Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental”



que é considerada uma ferramenta de fulcral importância para o desenvolvimento de políticas de conservação da biodiversidade a nível nacional. Como tal, sugere-se a arborização com *Q. estremadurensis*, em todas as situações em que surge o recurso a *Quercus robur*, tendo em conta a qualidade da madeira e o seu efeito profilático no risco de incêndio florestal, e para a conservação e valorização da biodiversidade, uma vez que está devidamente adaptada a muitas estações existentes no território do PROF-LVT.

De igual forma, considera-se que o recurso a vegetação ripícola não poderá, nem deverá ser restrito a um pequeno subconjunto de espécies cuja aptidão tenha sido estudada, pelo que se propõe o uso genérico das “espécies ripícolas” que constam no Anexo IV.

3.2. Espécies a privilegiar na SRH Alto Nabão

Na SRH Alto Nabão, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Eucalipto (93%), Pinheiro-bravo (69%) e Sobreiro (69%), entre as 5 espécies principais.

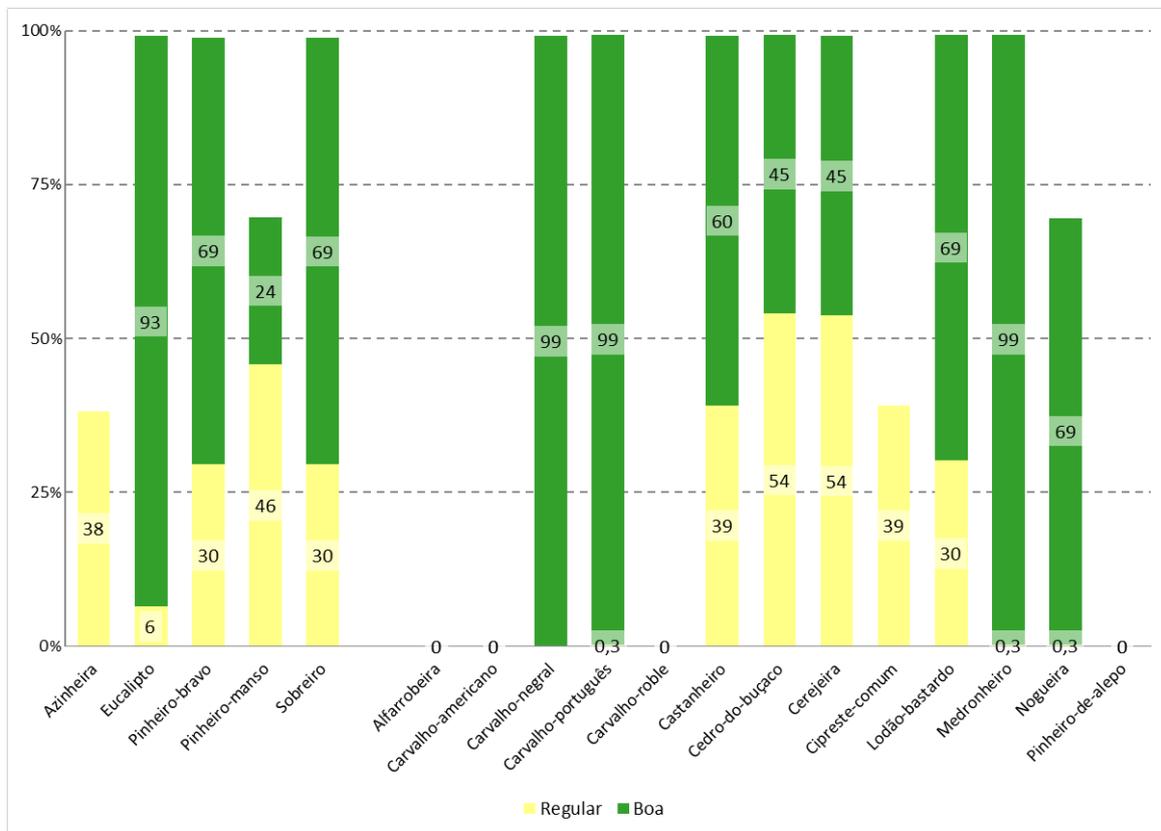


Figura 19. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Alto Nabão

O Quadro 31 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 31. Espécies a privilegiar na SRH Alto Nabão

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>) castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) cerejeira (<i>Prunus avium</i>) eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.) lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) noqueira (<i>Juglans</i> , ssp.) pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) sobreiro (<i>Quercus suber</i>) ripícolas*	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.3. Espécies a privilegiar na SRH Arribas

Na SRH Arribas, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (20%) e à Azinheira (13%), entre as 5 espécies principais.

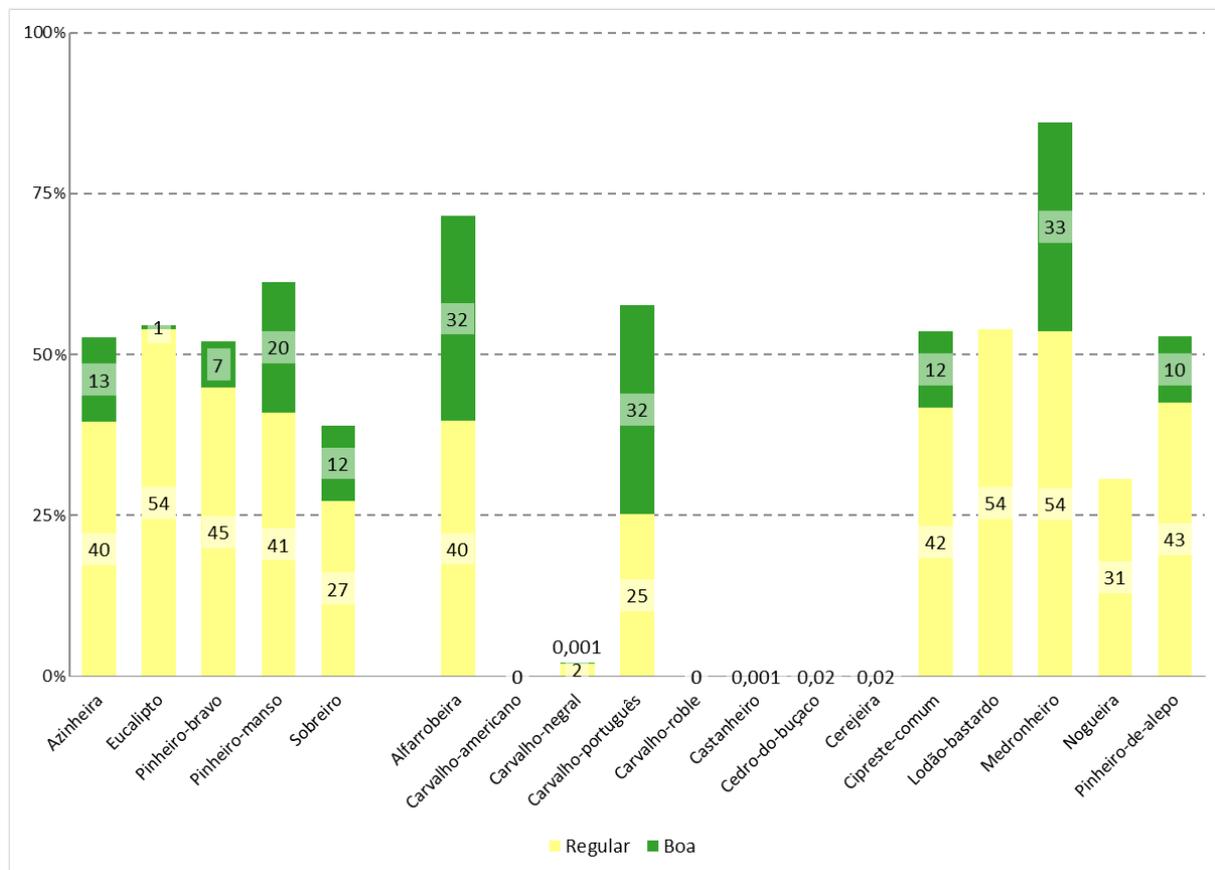


Figura 20. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Arribas

O Quadro 32 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 32. Espécies a privilegiar na SRH Arribas

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.4. Espécies a privilegiar na SRH Arribas-Arrábida

Na SRH Arribas – Arrábida, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (41%) e ao Sobreiro (27%), entre as 5 espécies principais.

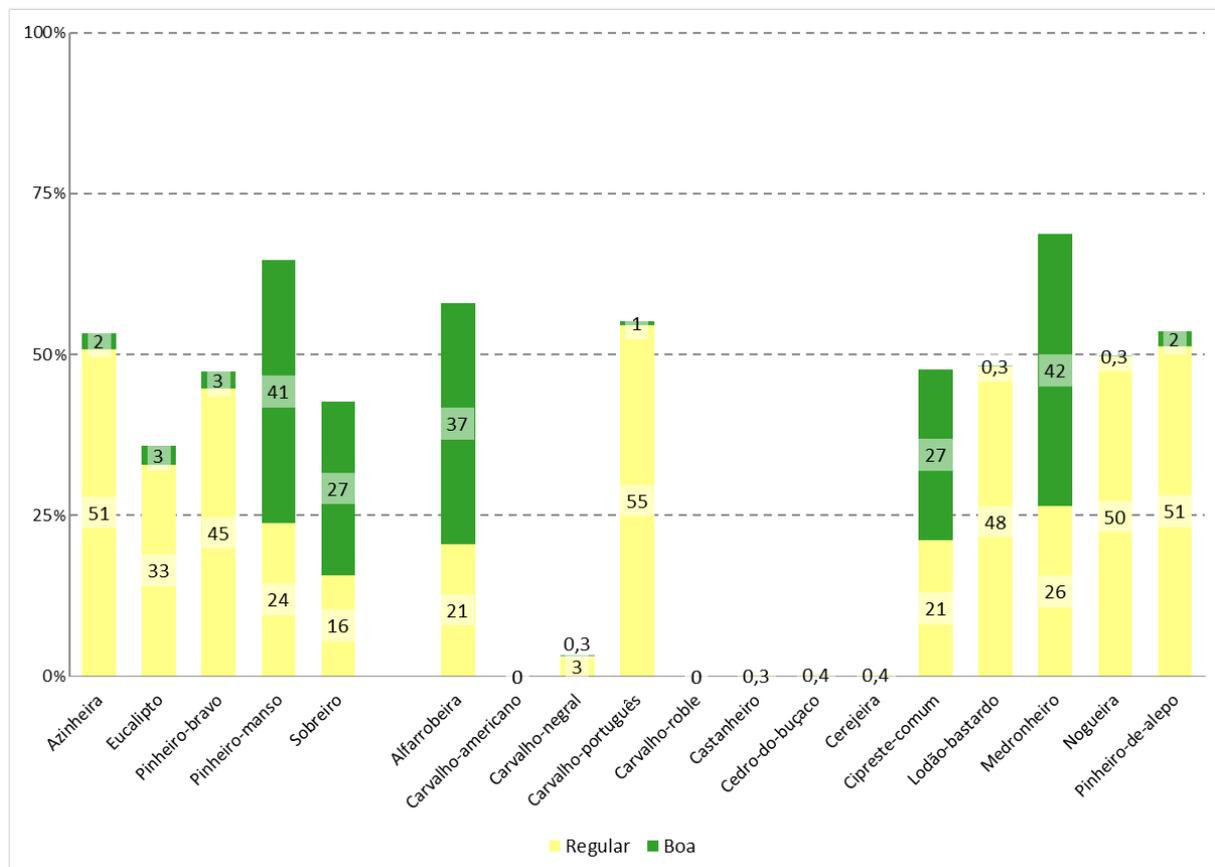


Figura 21. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Arribas – Arrábida

O Quadro 33 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 33. Espécies a privilegiar na SRH Arribas – Arrábida

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)
ripícolas*	lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)
	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.5. Espécies a privilegiar na SRH Bairro

Na SRH Bairro, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (17%) e ao Sobreiro (17%), entre as 5 espécies principais.

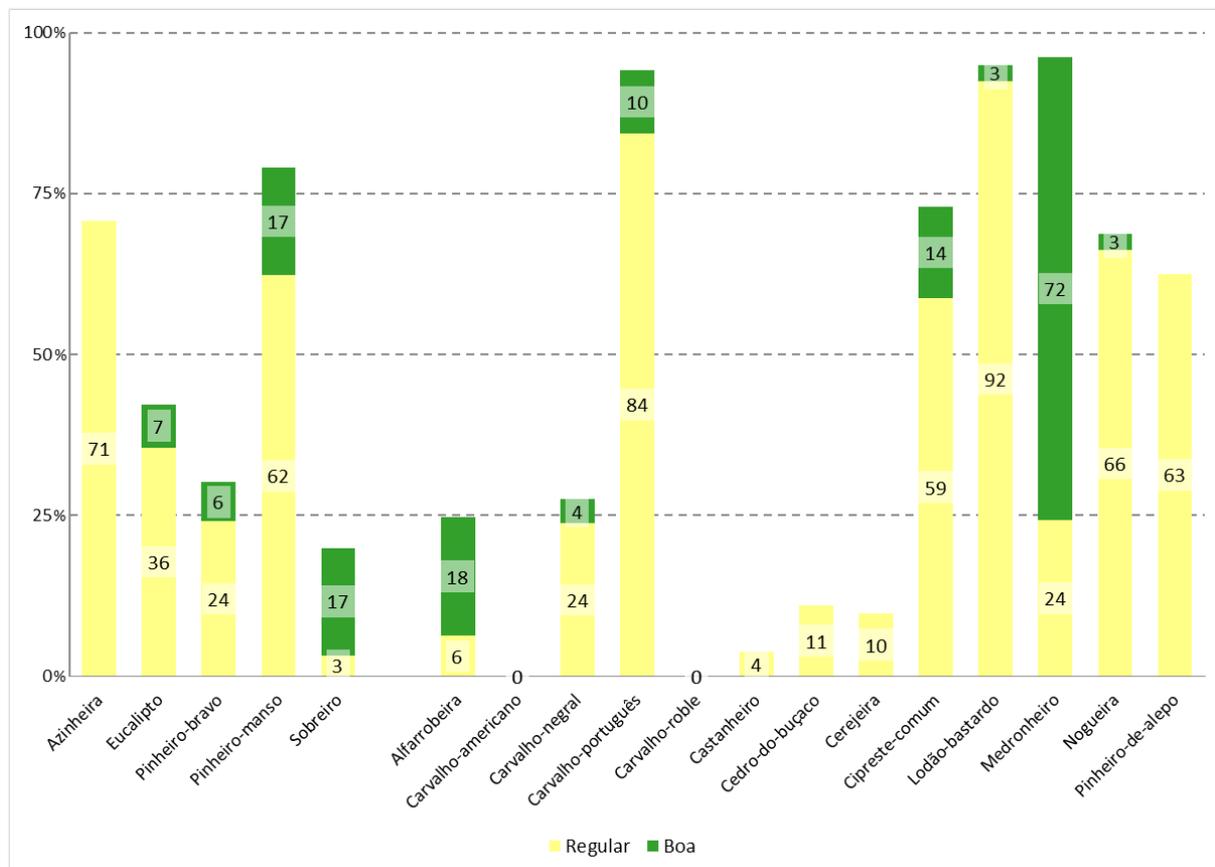


Figura 22. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Bairro

O Quadro 34 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 34. Espécies a privilegiar na SRH Bairro

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)
ripícolas*	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.6. Espécies a privilegiar na SRH Charneca

Na SRH Charneca, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (75%) e ao Sobreiro (69%), entre as 5 espécies principais.

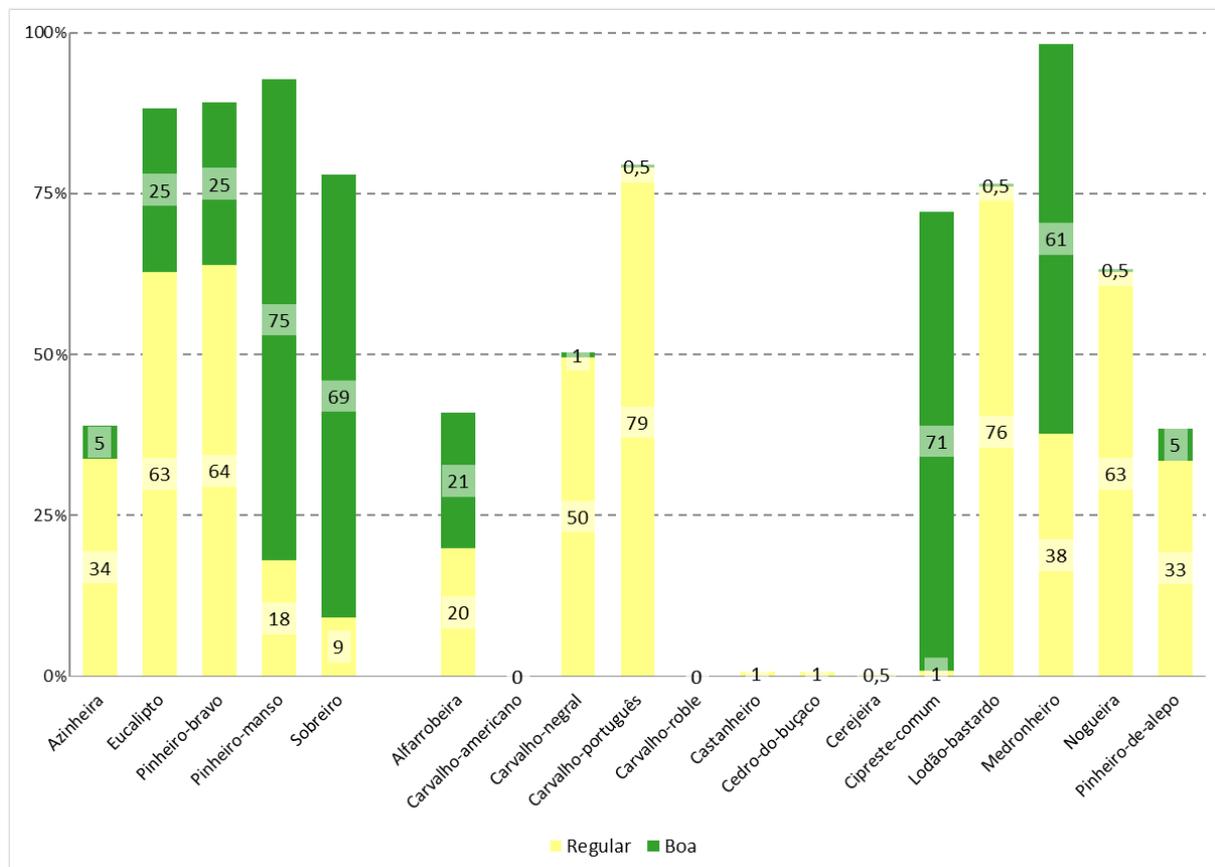


Figura 23. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca

O Quadro 35 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 35. Espécies a privilegiar na SRH Charneca

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.7. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo

Na SRH Charneca do Tejo, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (41%) e ao Sobreiro (43%), entre as 5 espécies principais.

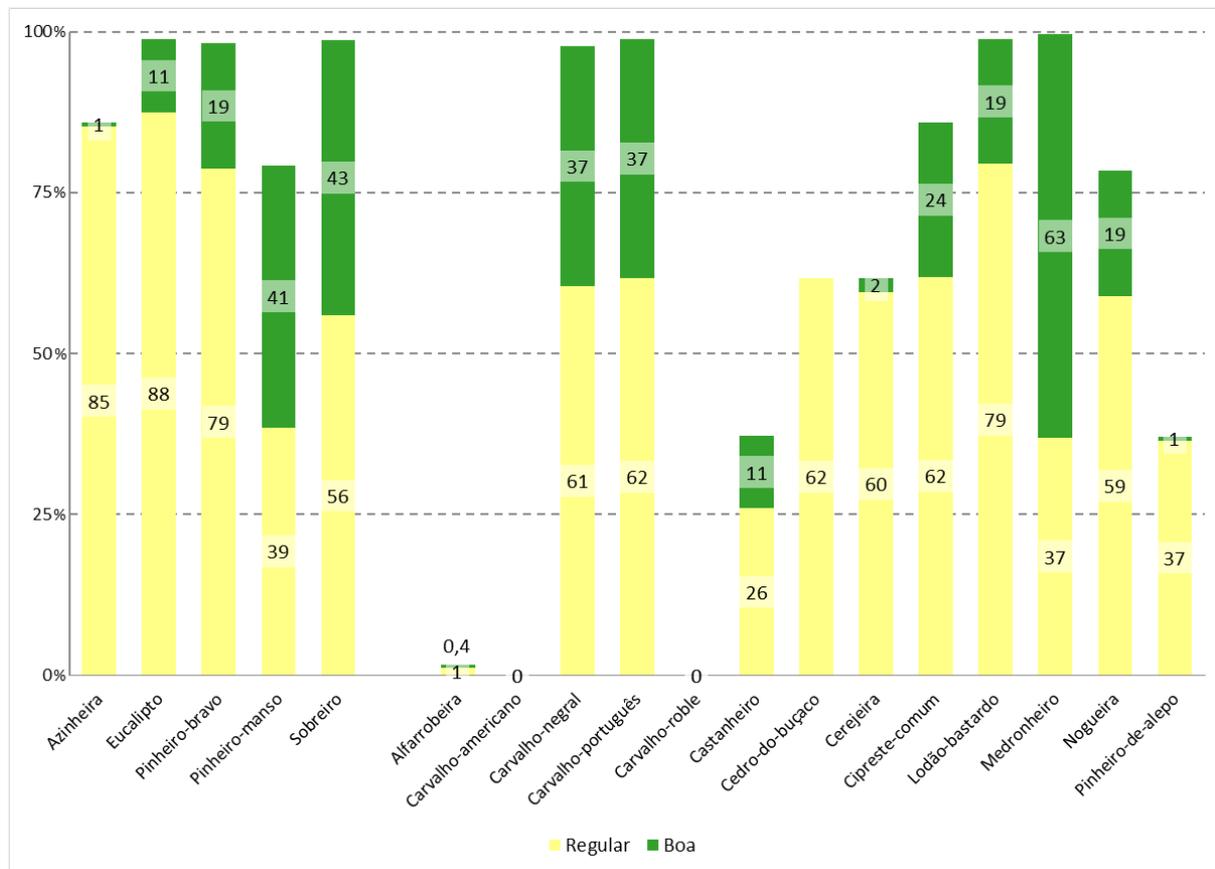


Figura 24. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca do Tejo

O Quadro 36 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 36. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>) cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) cerejeira (<i>Prunus avium</i>) eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.) lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) noqueira (<i>Juglans</i> , ssp.) pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) sobreiro (<i>Quercus suber</i>) ripícolas*	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>) castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.8. Espécies a privilegiar na SRH Charneca Margem Direita

Na SRH Charneca Margem Direita, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (64%) e ao Sobreiro (64%), entre as 5 espécies principais.

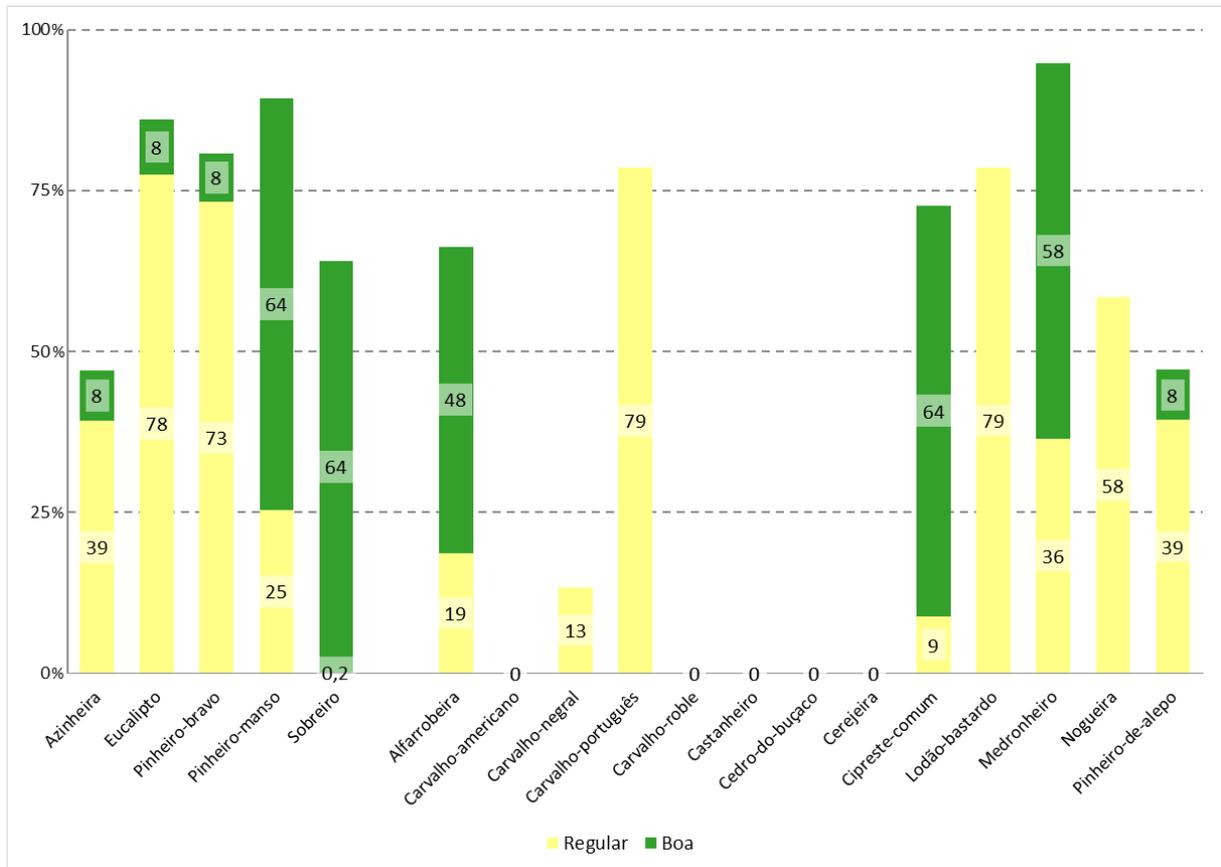


Figura 25. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca Margem Direita

O Quadro 37 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 37. Espécies a privilegiar na SRH Charneca Direita

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinhêira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.9. Espécies a privilegiar na SRH Dunas Litoral

Na SRH Dunas Litoral, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-bravo (49%), Pinheiro-manso (50%) e Sobreiro (49%), entre as 5 espécies principais.

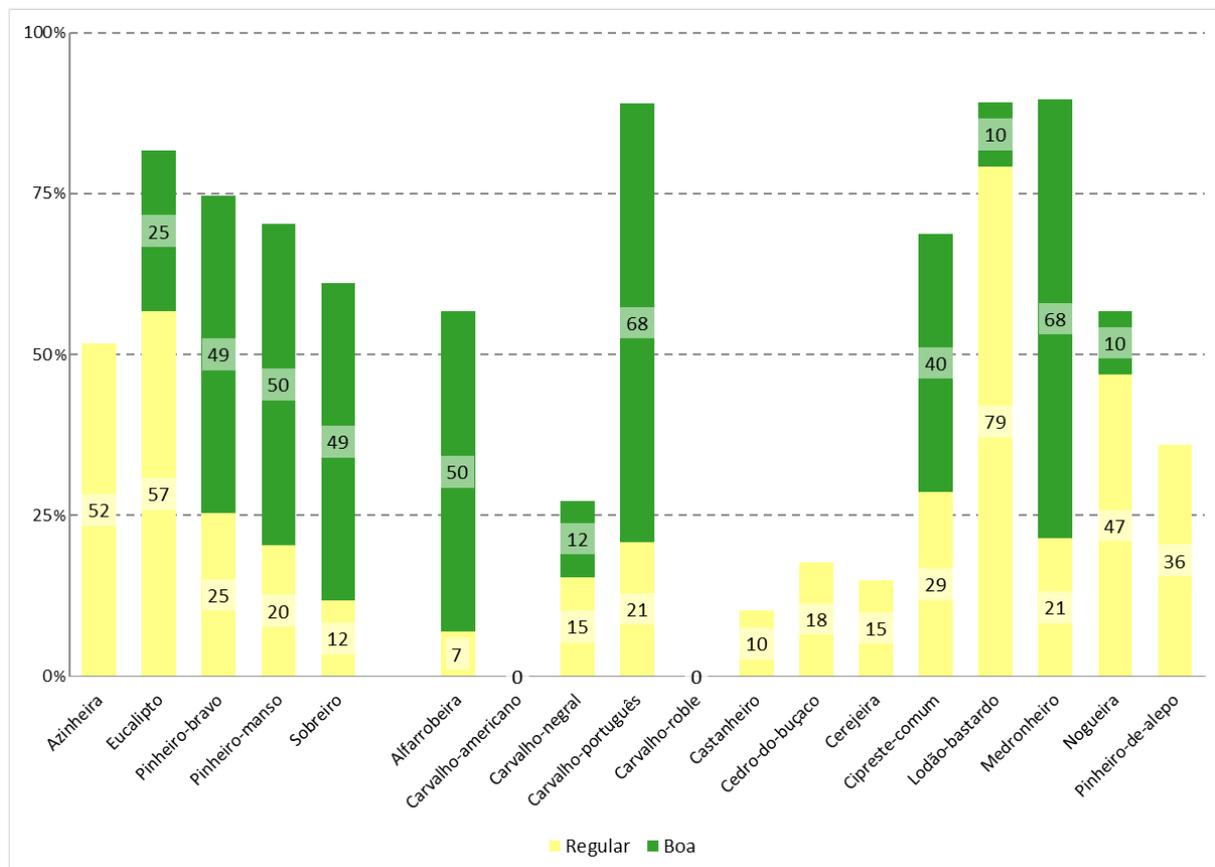


Figura 26. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Dunas litoral

O Quadro 38 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 38. Espécies a privilegiar na SRH Dunas litoral

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.10. Espécies a privilegiar na SRH Estuário

Na SRH Estuário, a espécie para a qual a Aptidão “Boa” é maior corresponde ao Pinheiro-manso (58%), entre as 5 espécies principais.

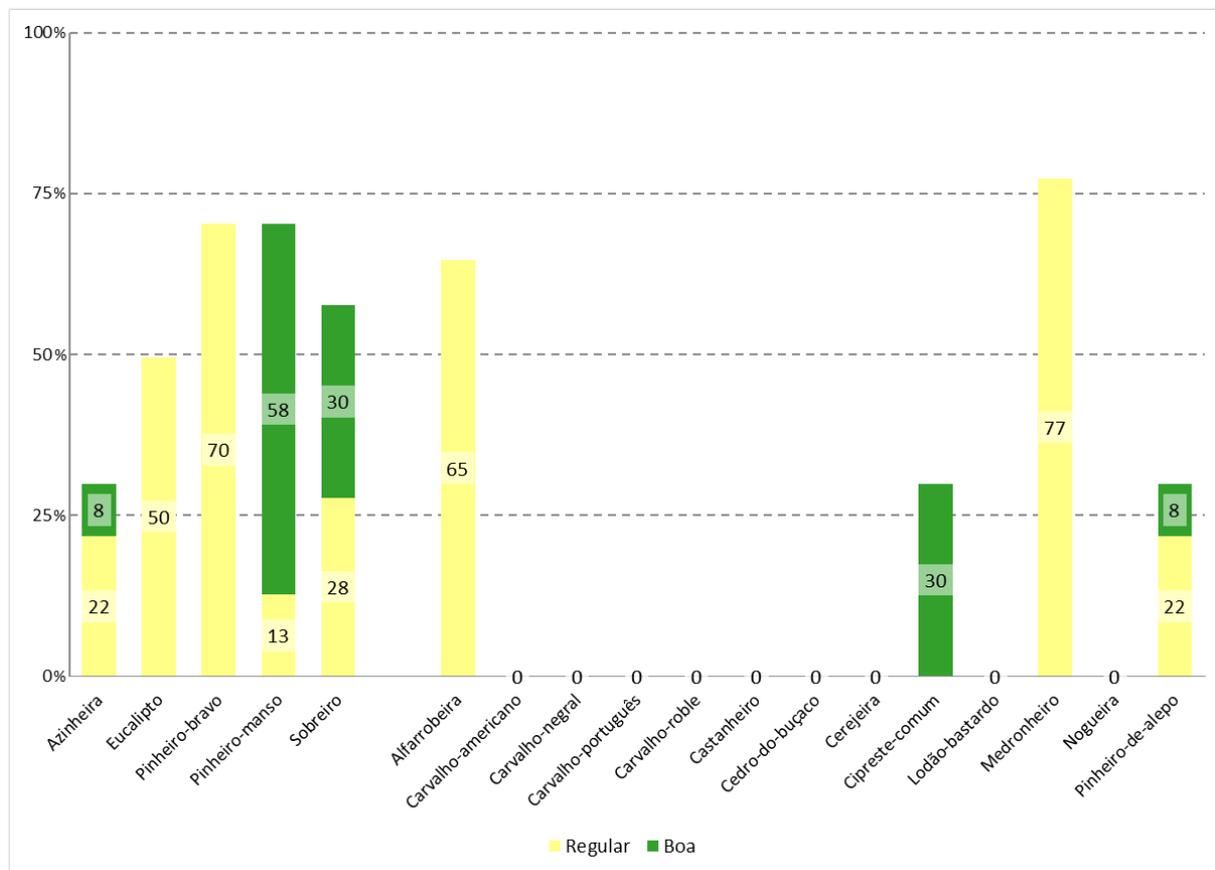


Figura 27. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário

O Quadro 39 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 39. Espécies a privilegiar na SRH Estuário

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.11. Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Sado

Na SRH Estuário do Sado, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (61%) e ao Sobreiro (42%), entre as 5 espécies principais.

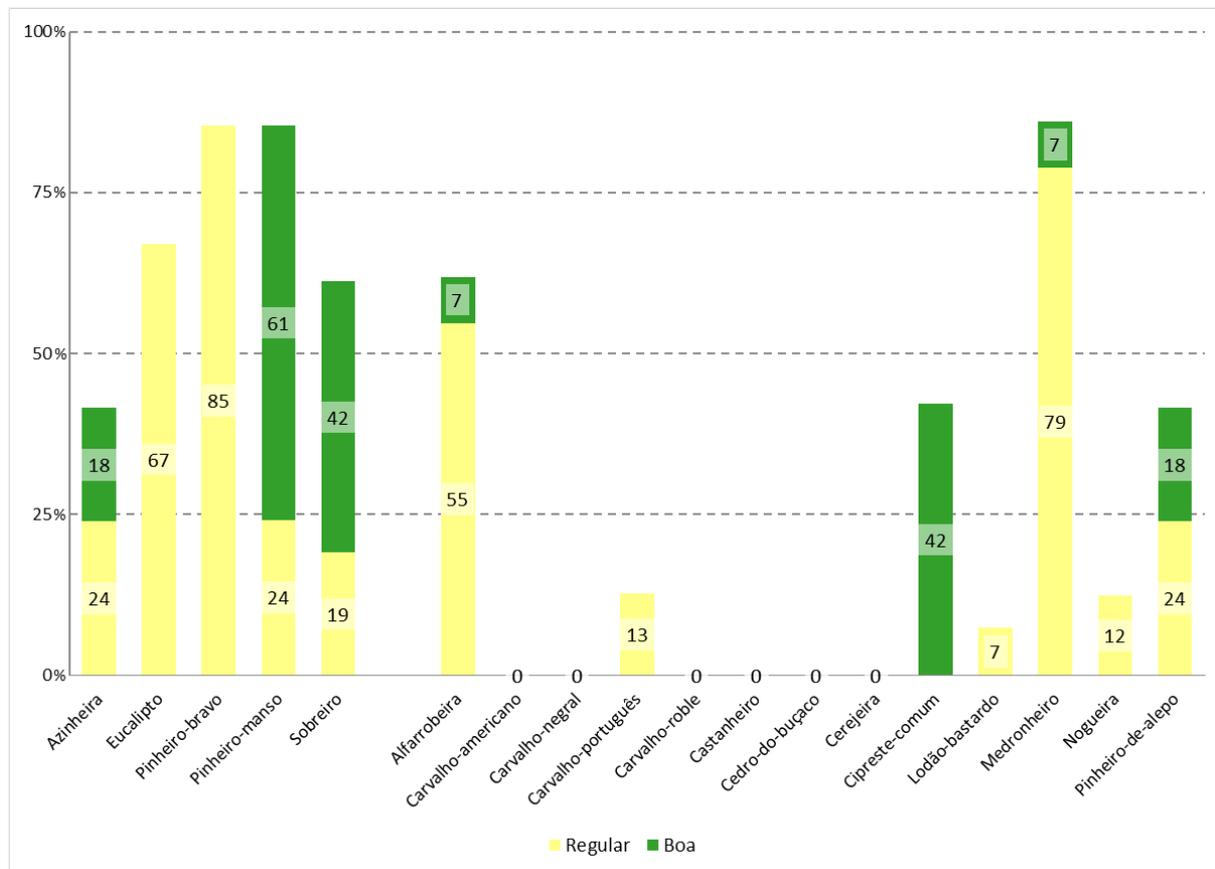


Figura 28. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário do Sado

O Quadro 40 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 40. Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Sado

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.12. Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Tejo

Na SRH Estuário do Tejo as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (14%) e ao Sobreiro (13%), entre as 5 espécies principais.

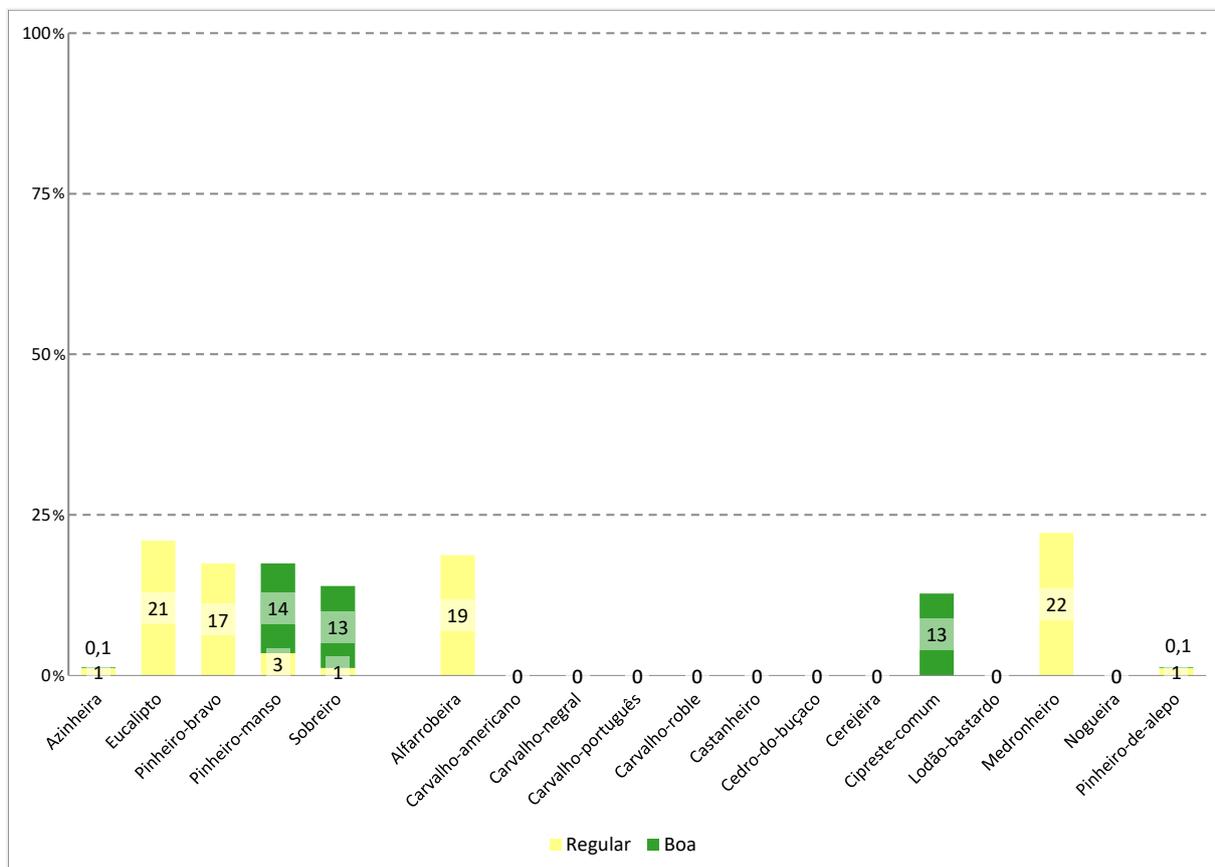


Figura 29. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário do Tejo

O Quadro 41 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 41. Espécies a privilegiar na SRH Estuário do Tejo

GRUPO I	GRUPO II
ripícolas*	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>) azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>) medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>) pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.13. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Meio

Na SRH Floresta do Meio, a espécie para a qual a Aptidão “Boa” é maior corresponde ao Eucalipto (24%), entre as 5 espécies principais.

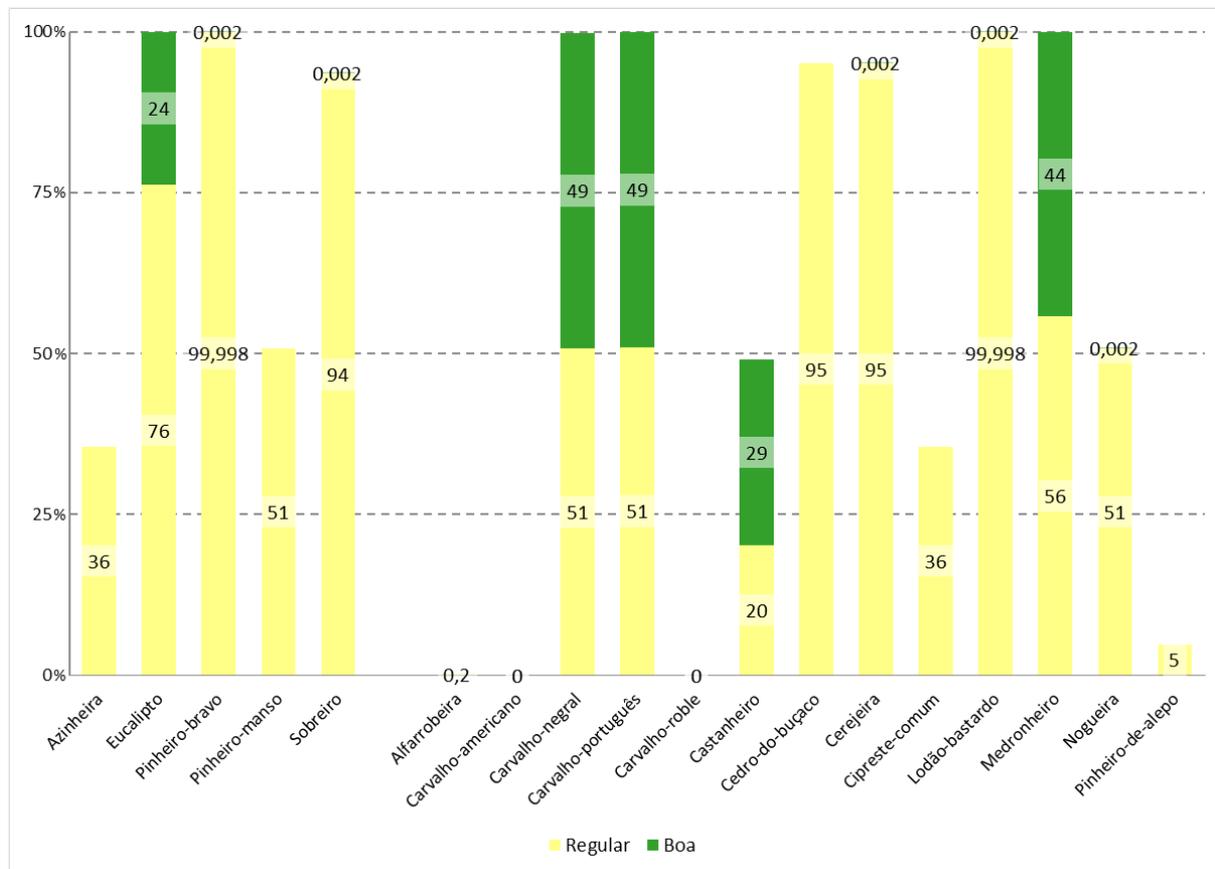


Figura 30. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta do Meio

O Quadro 42 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 42. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Meio

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
cerejeira (<i>Prunus avium</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	
nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.14. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Interior

Na SRH Floresta do Oeste Interior, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (60%) e ao Sobreiro (60%), entre as 5 espécies principais.

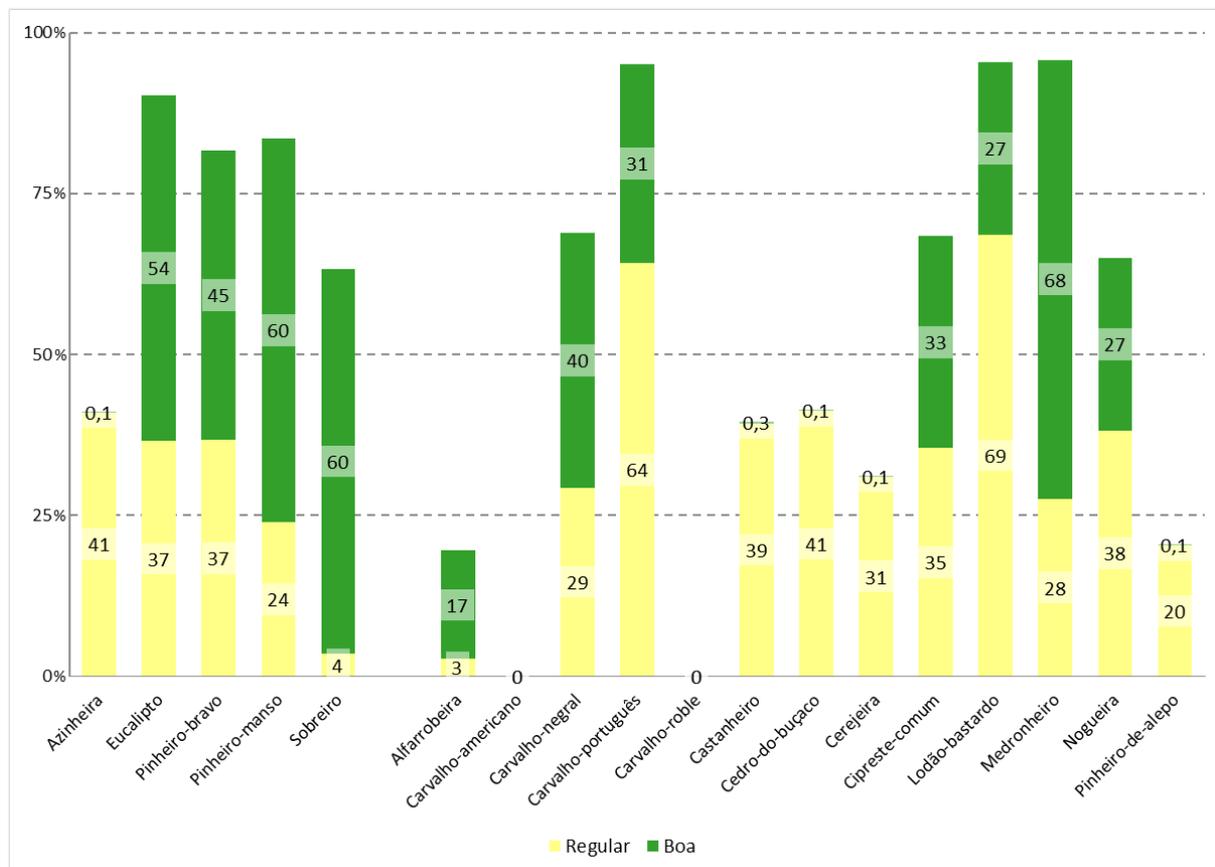


Figura 31. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta do Oeste interior

O Quadro 43 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 43. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Interior

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.15. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Litoral

Na SRH Floresta do Oeste Litoral, a espécie para a qual a Aptidão “Boa” é maior corresponde ao Eucalipto (40%), entre as 5 espécies principais.

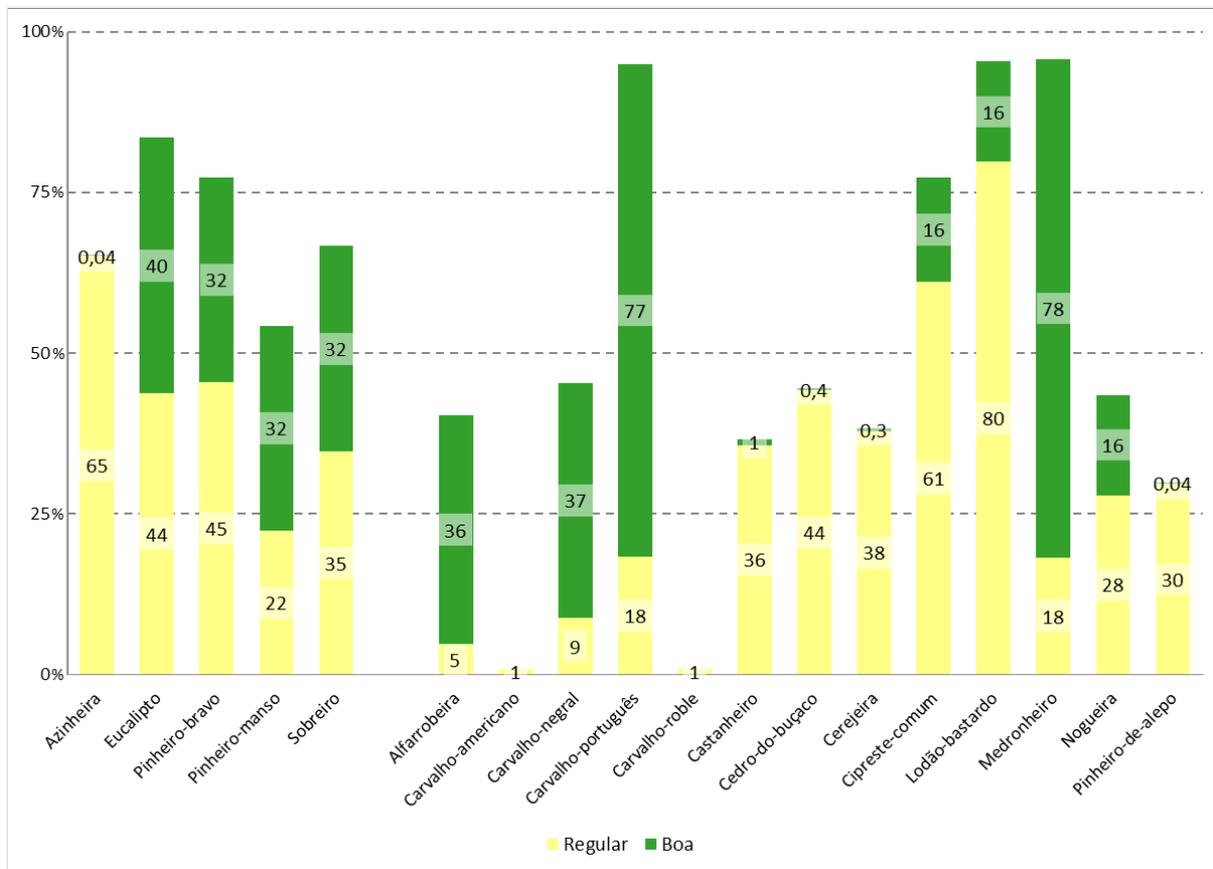


Figura 32. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta do Oeste Litoral

O Quadro 44 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 44. Espécies a privilegiar na SRH Floresta do Oeste Litoral

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur</i> subsp. <i>broteroana</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
ripícolas*	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.16. Espécies a privilegiar na SRH Floresta dos Templários

Na SRH Floresta dos Templários, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (36%) e ao Sobreiro (38%), entre as 5 espécies principais.

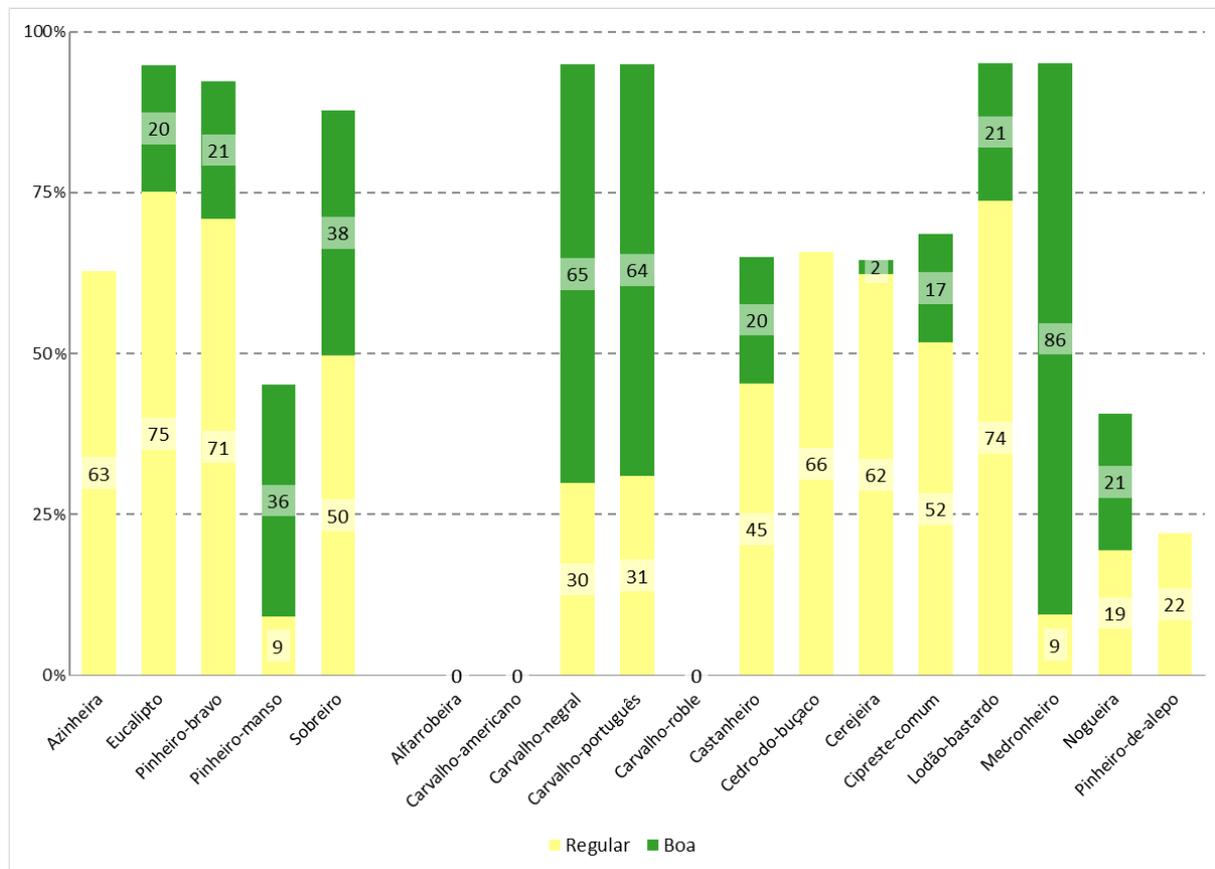


Figura 33. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Floresta dos Templários

O Quadro 45 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 45. Espécies a privilegiar na SRH Floresta dos Templários

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)	
cerejeira (<i>Prunus avium</i>)	
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.17. Espécies a privilegiar na SRH Gândaras Sul

Na SRH Gândaras Sul, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-bravo (92%), Pinheiro-manso (92%) e Sobreiro (92%), entre as 5 espécies principais.

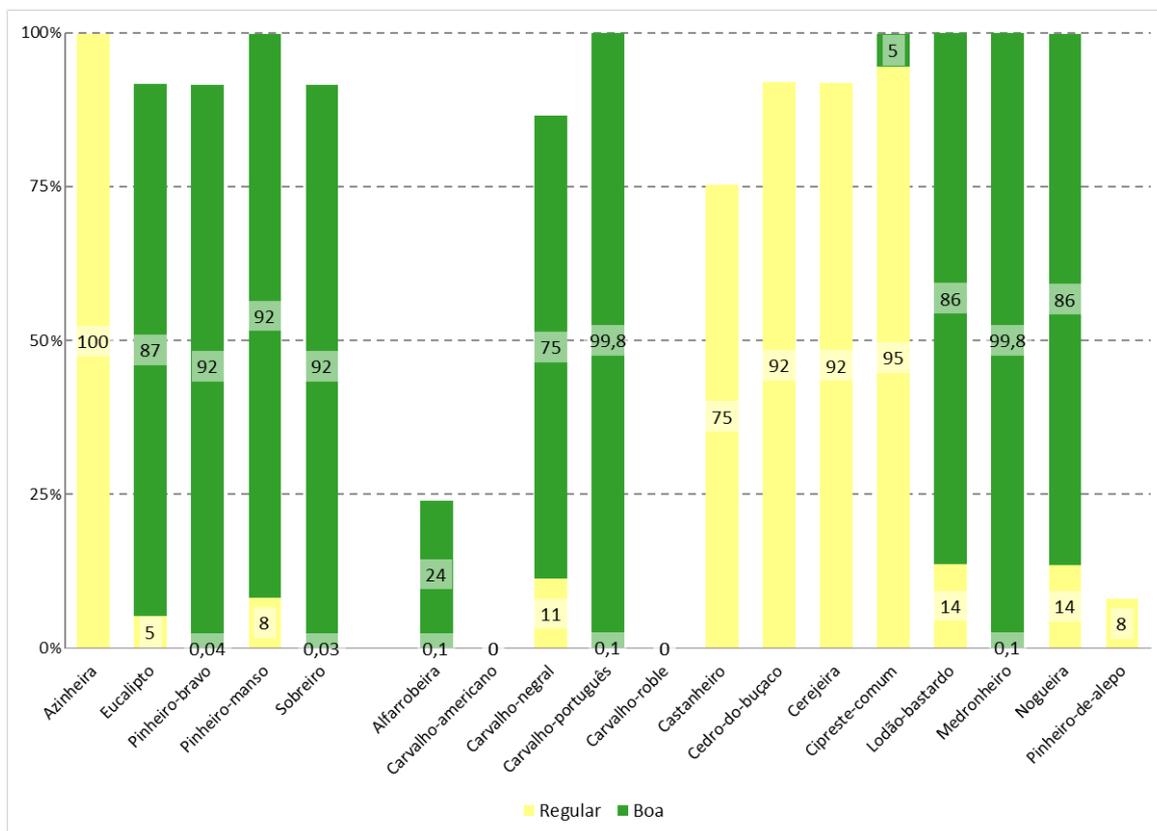


Figura 34. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Gândaras Sul

O Quadro 46 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 46. Espécies a privilegiar na SRH Gândaras Sul

GRUPO I	GRUPO II
azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>) carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>) castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) cerejeira (<i>Prunus avium</i>) eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.) lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) noqueira (<i>Juglans</i> , ssp.) pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) sobreiro (<i>Quercus suber</i>) ripícolas*	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>) cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.18. Espécies a privilegiar na SRH Grande Lisboa

Na SRH Grande Lisboa, a Aptidão “Boa” é reduzida para as espécies principais e para as secundárias, mas atendendo aos objetivos específicos considerados para esta SRH de melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer e fomentar os valores paisagísticos dos espaços florestais, importa promover a Floresta de modo a garantir a preservação dos valores fundamentais do solo e da água.

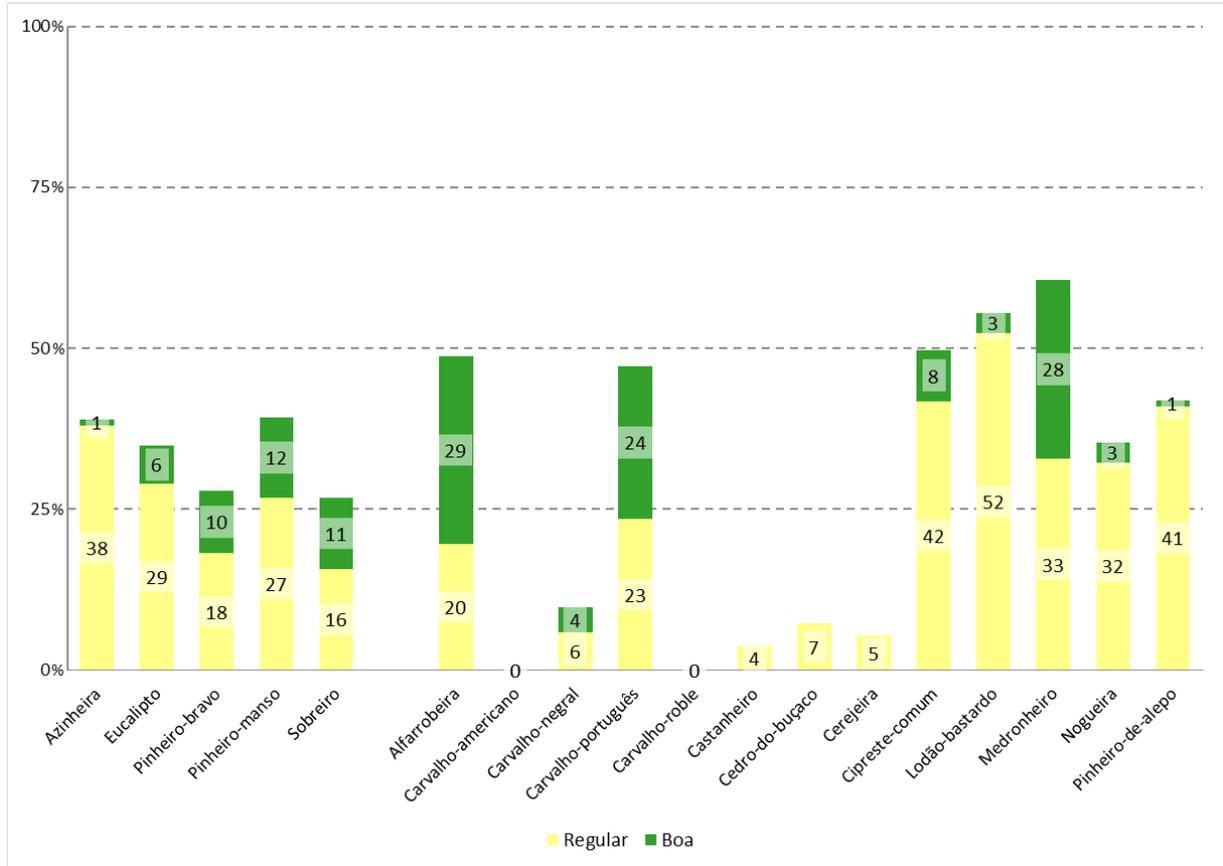


Figura 35. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Grande Lisboa

O Quadro 47 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 47. Espécies a privilegiar na SRH Grande Lisboa

GRUPO I	GRUPO II
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
ripícolas*	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)
	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.19. Espécies a privilegiar na SRH Lezíria

Na SRH Lezíria, a Aptidão “Boa” também é bastante reduzida para as espécies principais e para as secundárias, destacando-se o Pinheiro-manso (4%) e o Sobreiro (4%) entre as 5 espécies principais.

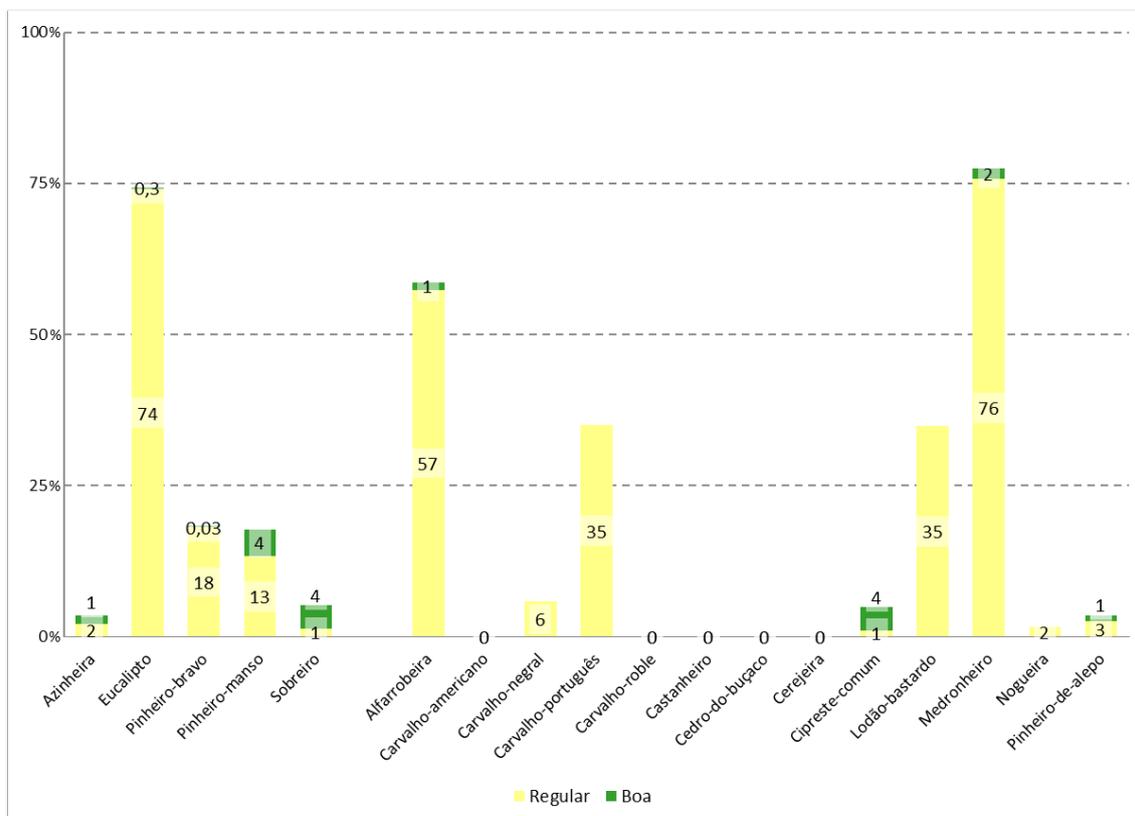
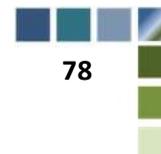


Figura 36. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Lezíria



O Quadro 48 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 48. Espécies a privilegiar na SRH Lezíria

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
ripícolas*	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)
	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.20. Espécies a privilegiar na SRH Península de Setúbal

Na SRH Península de Setúbal, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-manso (67%) e Sobreiro (53%), entre as 5 espécies principais.

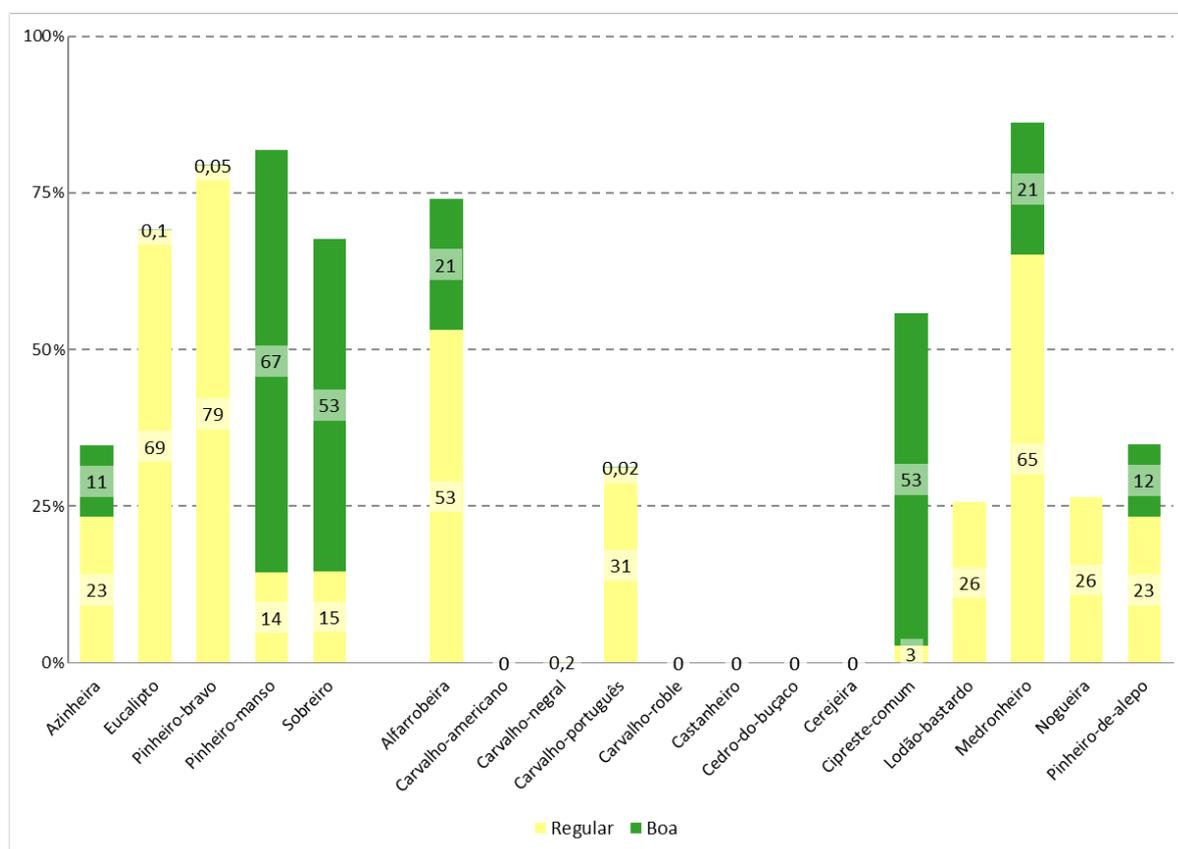


Figura 37. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Península de Setúbal

O Quadro 49 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 49. Espécies a privilegiar na SRH Península de Setúbal

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
ripícolas*	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.21. Espécies a privilegiar na SRH Região Oeste Sul

Na SRH Região Oeste Sul, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior corresponde ao Eucalipto (22%), entre as 5 espécies principais.

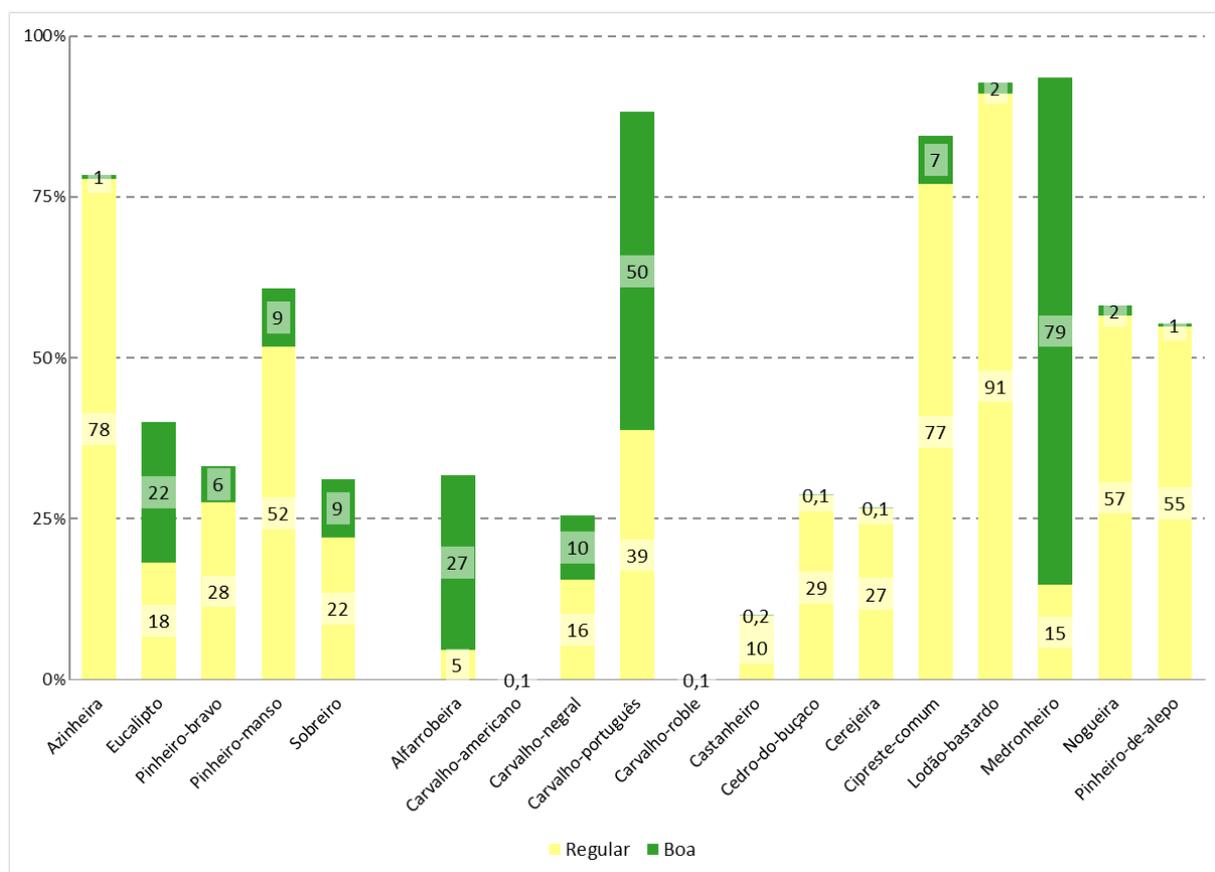


Figura 38. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Região Oeste Sul

O Quadro 50 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 50. Espécies a privilegiar na SRH Região Oeste Sul

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur</i> subsp. <i>broteroana</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
ripícolas*	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.2.2. Espécies a privilegiar na SRH Região Saloia

Na SRH Região Saloia, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Eucalipto (25%), Pinheiro-manso (23%) e Sobreiro (23%), entre as 5 espécies principais.

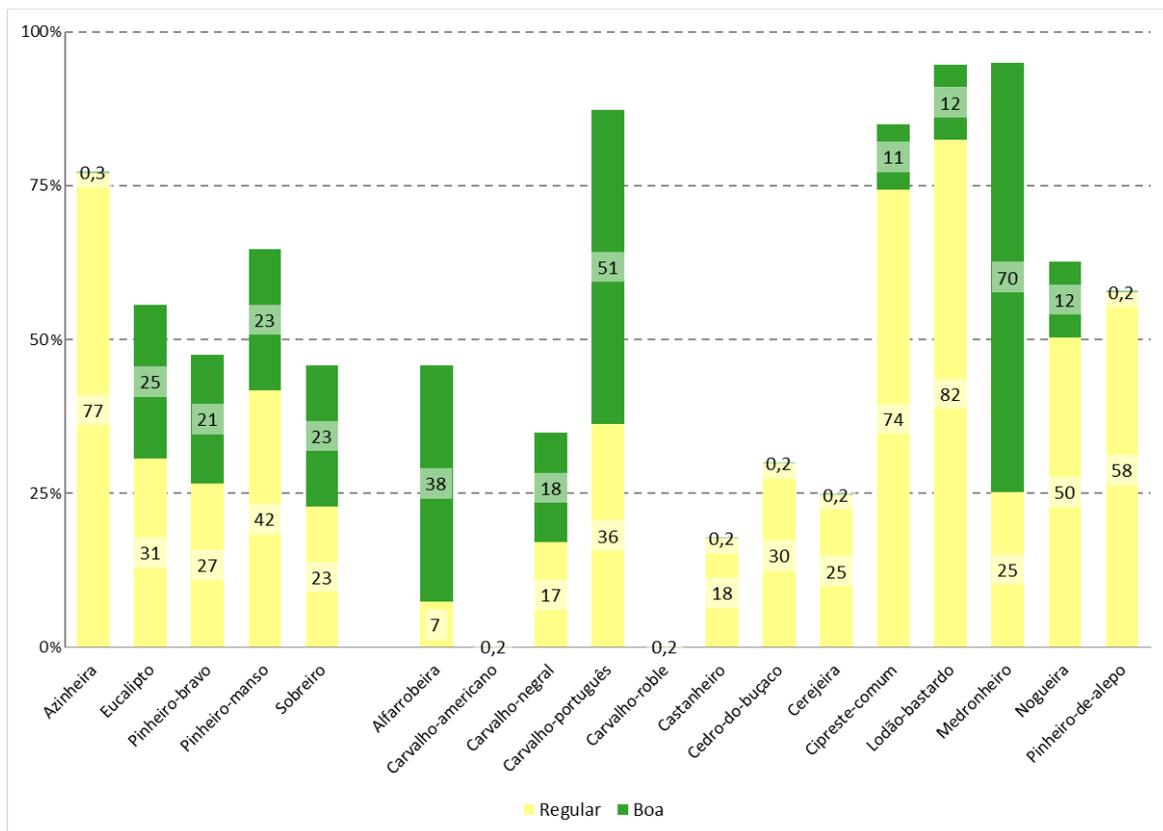
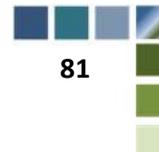


Figura 39. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Região Saloia



O Quadro 51 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 51. Espécies a privilegiar na SRH Região Saloia

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur</i> subsp. <i>broteroana</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
ripícolas*	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.23. Espécies a privilegiar na SRH Serras de Aires e Candeeiros

Na SRH Serras de Aires e Candeeiros, a espécie para a qual a Aptidão “Boa” é maior corresponde ao Eucalipto (59%), entre as 5 espécies principais.

Dado que os objetivos preconizados para a SRH Serras de Aires e Candeeiros são melhorar a qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes, a diminuição do n.º de incêndios, da área ardida, minimização dos danos e preservar os valores fundamentais do solo e da água, importa também referir a Aptidão “Boa” das restantes espécies, nomeadamente do Carvalho-negral (66%), do Carvalho-português ou Carvalho-português (77%) e do Medronheiro (71%).

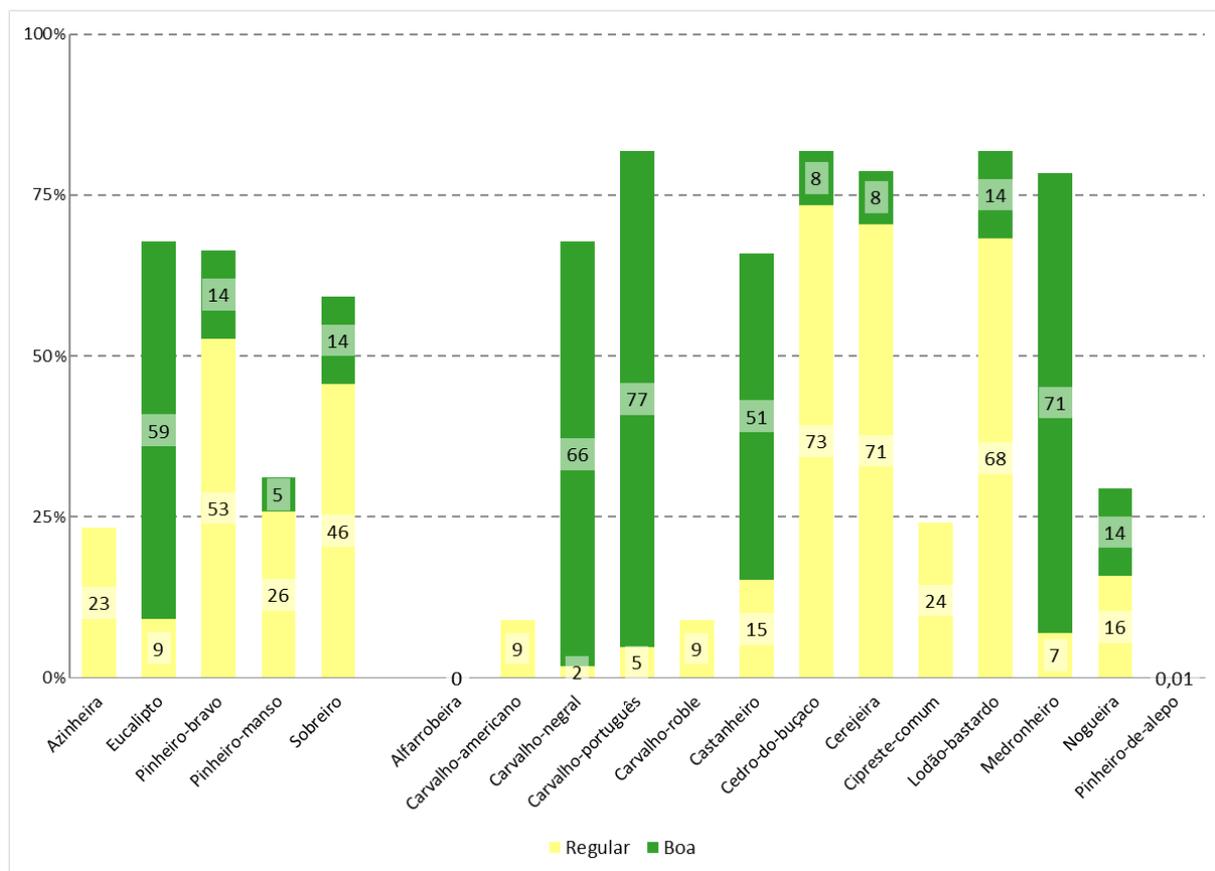


Figura 40. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serras de Aire e Candeeiros

O Quadro 52 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 52. Espécies a privilegiar na SRH Serras de Aire e Candeeiros

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)	carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur</i> subsp. <i>broteroana</i>)
cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
cerejeira (<i>Prunus avium</i>)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.24. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Montejunto

Na SRH Serra de Montejunto, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Eucalipto (27%) e com menor expressão o Pinheiro-bravo (15%) e o Sobreiro (12%), entre as 5 espécies principais.

O Eucalipto, ainda que com Aptidão “Boa”, não deverá ser considerado nesta área como espécie de uso prioritário porque se trata de uma zona protegida, caracterizada pela sua vegetação de interesse nacional (com áreas rupícolas de orquídeas e outras espécies sensíveis), pelo valor da sua fauna contendo espécies ameaçadas (morcegos) e pelo seu valor em termos geológicos.

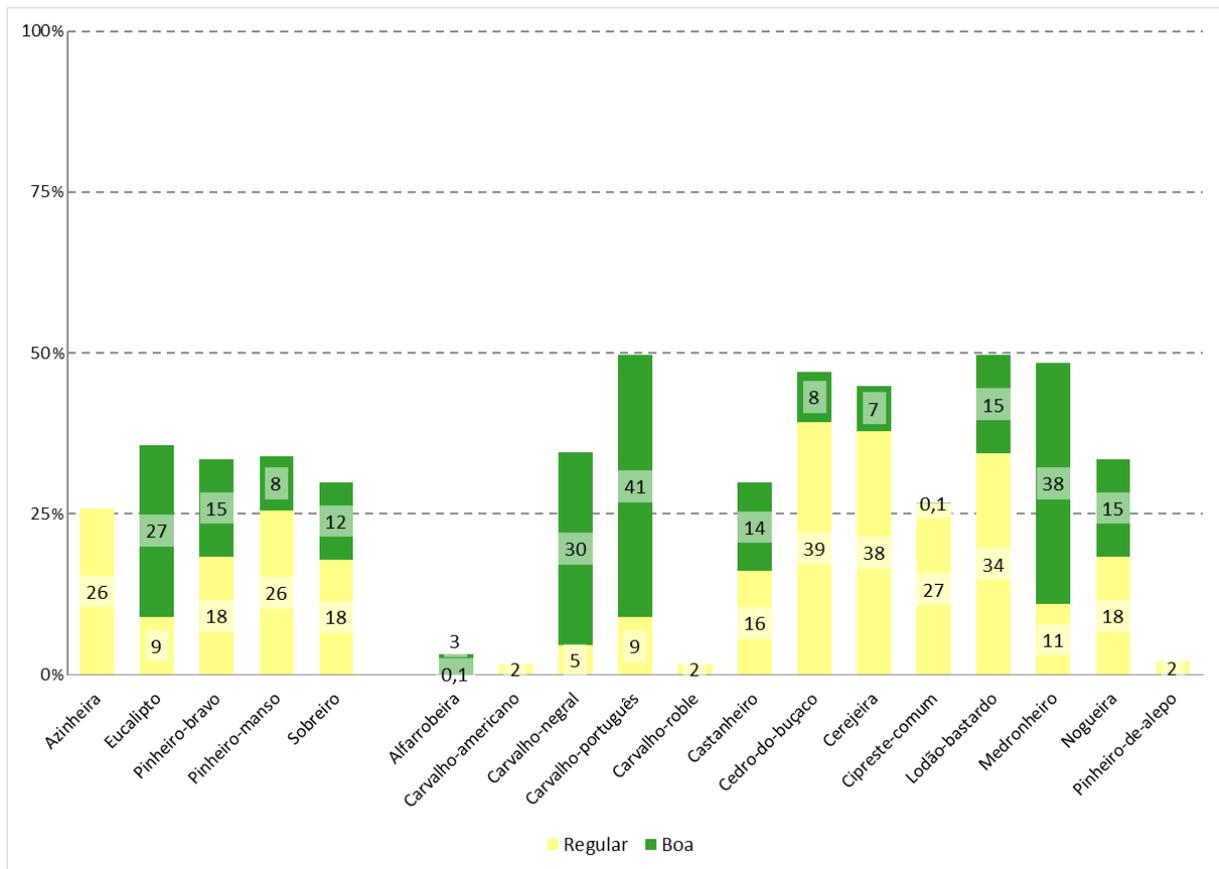
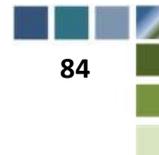


Figura 41. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra de Montejunto

O Quadro 53 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

**Quadro 53. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Montejunto**

GRUPO I	GRUPO II
ripícolas*	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>) azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>) carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>) carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur</i> subsp. <i>broteroana</i>) castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) cerejeira (<i>Prunus avium</i>) cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.) lóvão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) noqueira (<i>Juglans</i> , ssp.) pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>) pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.25. Espécies a privilegiar na SRH Sicó - Alvaiázere Sul

Na SRH Sicó - Alvaiázere Sul, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-bravo (36%), Pinheiro-manso (38%) e Sobreiro (39%), entre as 5 espécies principais.

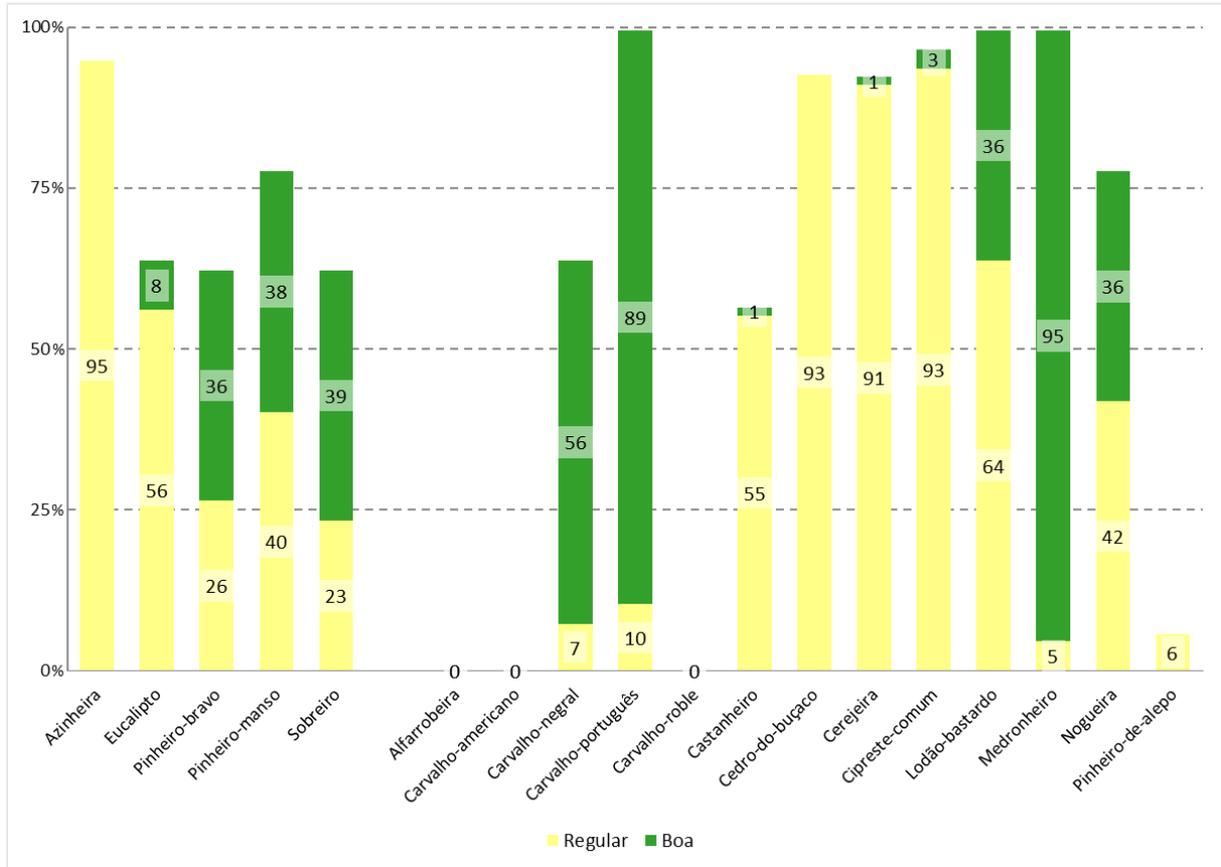


Figura 42. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Sicó - Alvaiázere sul

O Quadro 54 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 54. Espécies a privilegiar na SRH Sicó- Alvaiázere Sul

GRUPO I	GRUPO II
azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>) carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>) carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) cerejeira (<i>Prunus avium</i>) eucalipto (<i>Eucalyptus, spp.</i>) lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>) medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) noqueira (<i>Juglans, ssp.</i>) pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) sobreiro (<i>Quercus suber</i>) ripícolas*	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.26. Espécies a privilegiar na SRH Sintra

Na SRH Sintra, as espécies para as quais a Aptidão “Boa” é maior correspondem ao Pinheiro-bravo (12%), Pinheiro-manso (12%) e Sobreiro (12%), entre as 5 espécies principais.

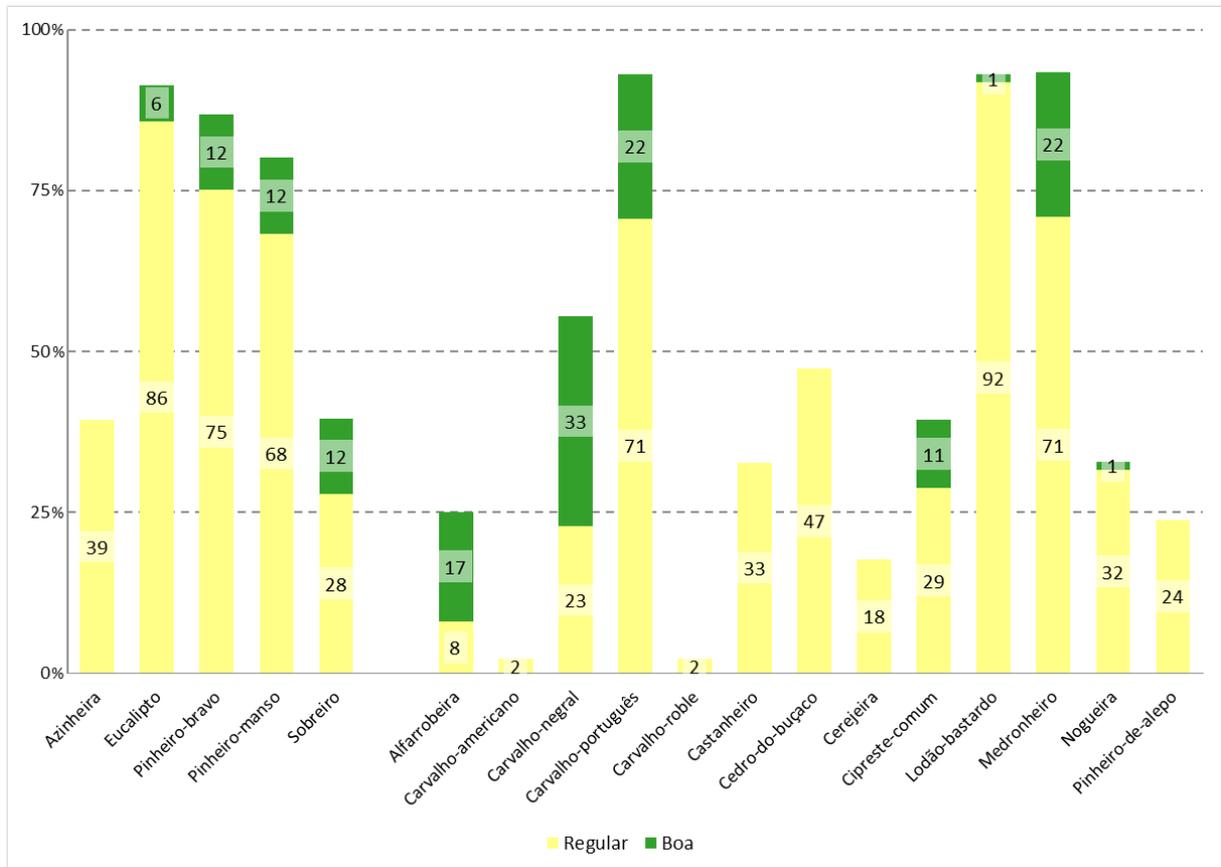


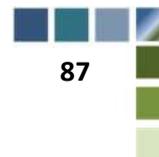
Figura 43. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Sintra

O Quadro 55 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar nesta SRH para os Grupos I e II.

Quadro 55. Espécies a privilegiar na SRH Sintra

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> , spp.)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
lódão-bastardo (<i>Celtis australis</i>)	carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur</i> subsp. <i>broteroana</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
ripícolas*	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

**BIBLIOGRAFIA**

AIFF, 2013. *Estudo prospetivo para o Setor Florestal. Relatório Final.* Santa Maria de Lamas: Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal.

APA, 2013. *Relatório de Progresso da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Relatório Integrado.* Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.

APA, 2016. *SNIBAmb - Sistema Nacional de Informação de Ambiente. Atlas do Ambiente e Atlas da Água.* Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. Consulta realizada em: <http://sniamb.apambiente.pt/home/default.htm>

Centro PINUS, 2016. *Revisão PROF - Informação relativa à Fileira do Pinho na Região PROF Lisboa e Vale do Tejo.* Documento não publicado. Viana do Castelo: Centro PINUS.

Decreto Regulamentar n.º 14/2006, de 17 de outubro. D.R. n.º 200, Série I. *Aprova o PROF do Oeste.* Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto Regulamentar n.º 15/2006, de 19 de outubro. D.R. n.º 202, Série I. *Aprova o PROF da Área Metropolitana de Lisboa.* Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de outubro. D.R. n.º 202, Série I. *Aprova o PROF do Ribatejo.* Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro. D.R. n.º 9, Série I. *Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF).* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. (Alterado por Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de outubro, D.R. n.º 206, Série I; Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, D.R. n.º 34, Série I e Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho, D.R. n.º 113, Série I).

Decreto-Lei n.º 565/99 de 21 de dezembro. D.R. n.º 295, Série I-A. *Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e fauna. Publica, em Anexo, os quadros das espécies não indígenas e das espécies introduzidas em Portugal Continental.* Lisboa: Ministério do Ambiente. (O n.º 2 do Artigo 8.º foi parcialmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de Setembro, D.R. n.º 211, Série I-A).

Despacho n.º 15183/2009, de 6 de julho. D.R. n.º 128, Série II. *Normas Técnicas para a elaboração dos Planos de Gestão Florestal (PGF).* Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

DGADR, 2017. *Informação disponibilizada pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Carta de Solos de Portugal (escala 1:25.000).* Cartas elaboradas pelo SROA / CNROA / IEADR / IHERA / IDRHa / DGADR. Lisboa: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DGF, 2003. *Princípios de Boas Práticas Florestais*. Depósito legal: n.º 198440/03; ISBN: 972-8097-51-4. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.

DGT, 2015. *Carta Administrativa Oficial de Portugal – Versão 2015*. Lisboa: Direcção-Geral do Território, Ministério do Ambiente. Consultada a 11 de abril de 2016 em:
http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop__download_/carta_administrativa_oficial_de_portugal__versao_2015/

Dias, S. S., Ferreira, A. G., Gonçalves, A. C., 2008. *Definição de zonas de aptidão para espécies florestais com base em características edafo-climáticas*. Silva Lusitana, n.º especial, ano XVI, Junho 2008, pp. 17-37.

ENAAC, 2015. Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho. D. R. n.º 147/2015, Série I. *Anexo III – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 41/2015, de 17 de setembro)

ENF, 2015. Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro. D.R. n.º 24/2015, Série I, 1.º Suplemento. *Aprova a primeira atualização da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Fernandes, P. M., 2013. *Fire-smart management of forest landscapes in the Mediterranean basin under global change*. Elsevier: Landscape and Urban Planning, Volume 110, February 2013, Pages 175–182. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2012.10.014>

Ferreira, A.G. e Gonçalves, A.C., 2006 (eds.). Bases de Ordenamento Florestal – Alentejo Litoral. Universidade de Évora.

FORESTIS, 2014. *Boas Práticas no aproveitamento da biomassa florestal primária. ATIVIDADE 2 - Gestão sustentável do recurso Florestal*. Porto: FORESTIS - Associação Florestal de Portugal

Pinto Gomes, C., 2017. *Porquê Quercus estremadurensis O. Schwartz no PROF LVT*. Évora: Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento. Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora.

ICLEI, 2000. *Changing Climate, Changing Communities: Guide and Workbook for Municipal Climate Adaptation*. Canada: Local Governments for Sustainability.

ICNF, 2013. *Adaptação das Florestas às Alterações Climáticas – Trabalho no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

ICNF, 2016. *Informação disponibilizada pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

ICNF, 2017. *Espécies Arbóreas Florestais Utilizáveis em Portugal continental*. Consulta realizada a 15 de julho de 2017 em: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/prdflo/eafu-pt>.

IPCC, 2007. *Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Solomon, S., D. Qin, M. Manning, Z. Chen, M. Marquis, K.B. Averyt, M. Tignor and H.L. Miller (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

IPCC, 2014. *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp.

IPMA, 2016. *Portal do Clima*. Programa AdaPT - Alterações climáticas em Portugal (EEA-Grants). Lisboa: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.. Consulta realizada em: <http://portaldoclima.pt/pt/>

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. D.R. n.º 190, Série I-A. *Lei de Bases da Política Florestal (LBPF)*. Lisboa: Assembleia da República.

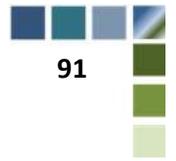
PROVIA, 2013. *Guidance on Assessing Vulnerability, Impacts and Adaptation to Climate Change*. Consultation document, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya, 198 pp.

Rego, F.C., 2016. *Wildfire Risk Assessment in the Santarém District – Portugal. ENHANCE Deliverable 7.3*. Lisboa: Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves”.

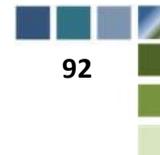
Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, L.V. Alexander, S.K. Allen, N.L. Bindoff, F.-M. Bréon, J.A. Church, U. Cubasch, S. Emori, P. Forster, P. Friedlingstein, N. Gillett, J.M. Gregory, D.L. Hartmann, E. Jansen, B. Kirtman, R. Knutti, K. Krishna Kumar, P. Lemke, J. Marotzke, V. Masson-Delmotte, G.A. Meehl, I.I. Mokhov, S. Piao, V. Ramaswamy, D. Randall, M. Rhein, M. Rojas, C. Sabine, D. Shindell, L.D. Talley, D.G. Vaughan y S.-P. Xie, 2013: *Resumen técnico. En: Cambio climático 2013. Bases físicas. Contribución del Grupo de trabajo I al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático* [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex y P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido y Nueva York, NY, Estados Unidos de América.

UN-Water Partners, 2010. *Climate Change Adaptation: The Pivotal Role of Water, Policy Brief*.

Vizinho A., et al., 2016. *Plano de Adaptação de Mértola às Alterações Climáticas - Setor das Florestas e Agricultura*. Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Mértola, 34pp.



ANEXOS



Anexo I – Cenários de aptidão produtiva da região para as restantes espécies

Aptidão potencial estimada para o Medronheiro

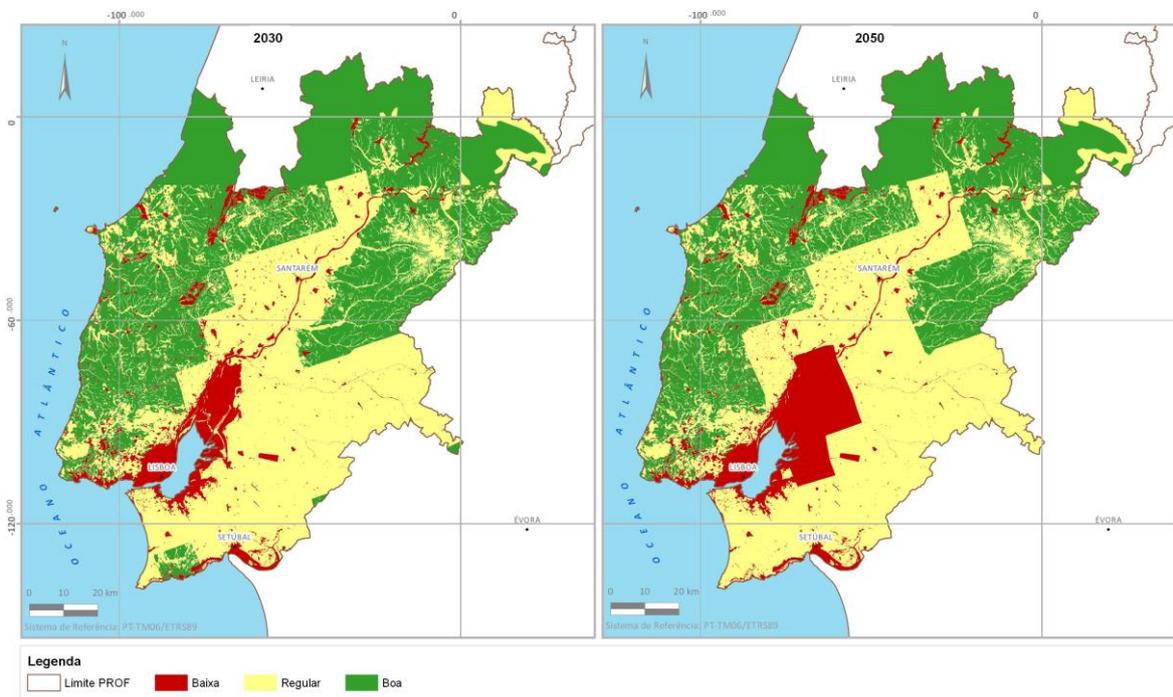


Figura I-1. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (*Arbutus unedo*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

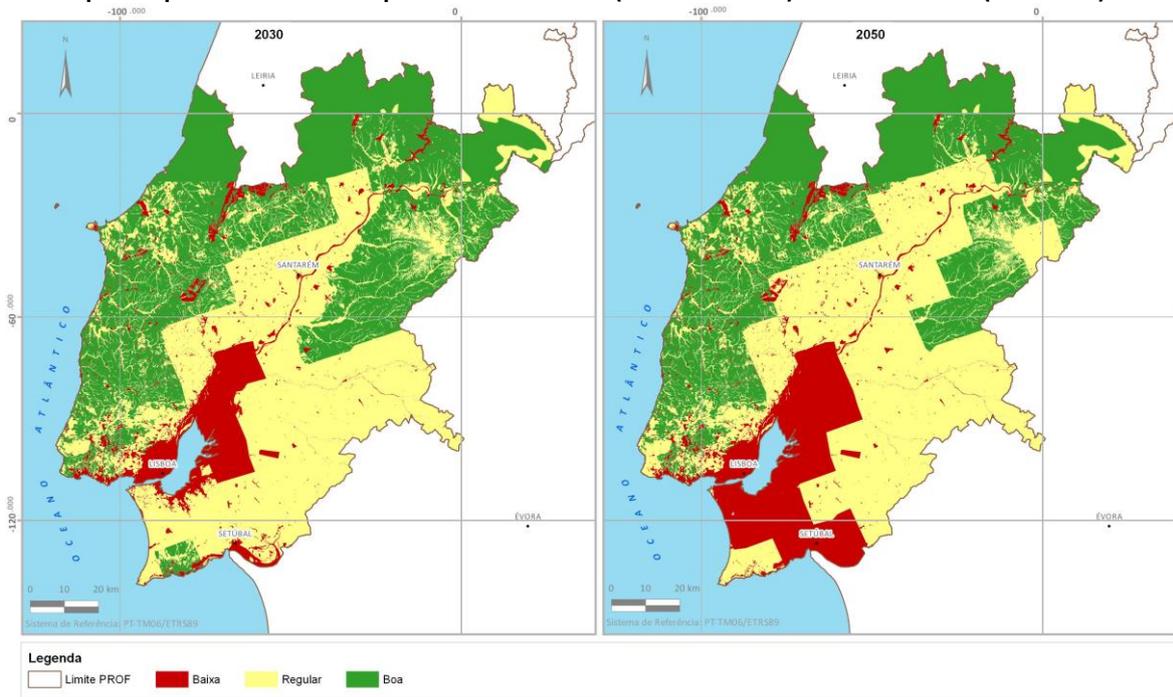
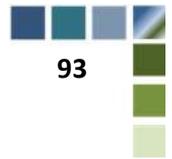


Figura I-2. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (*Arbutus unedo*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Castanheiro

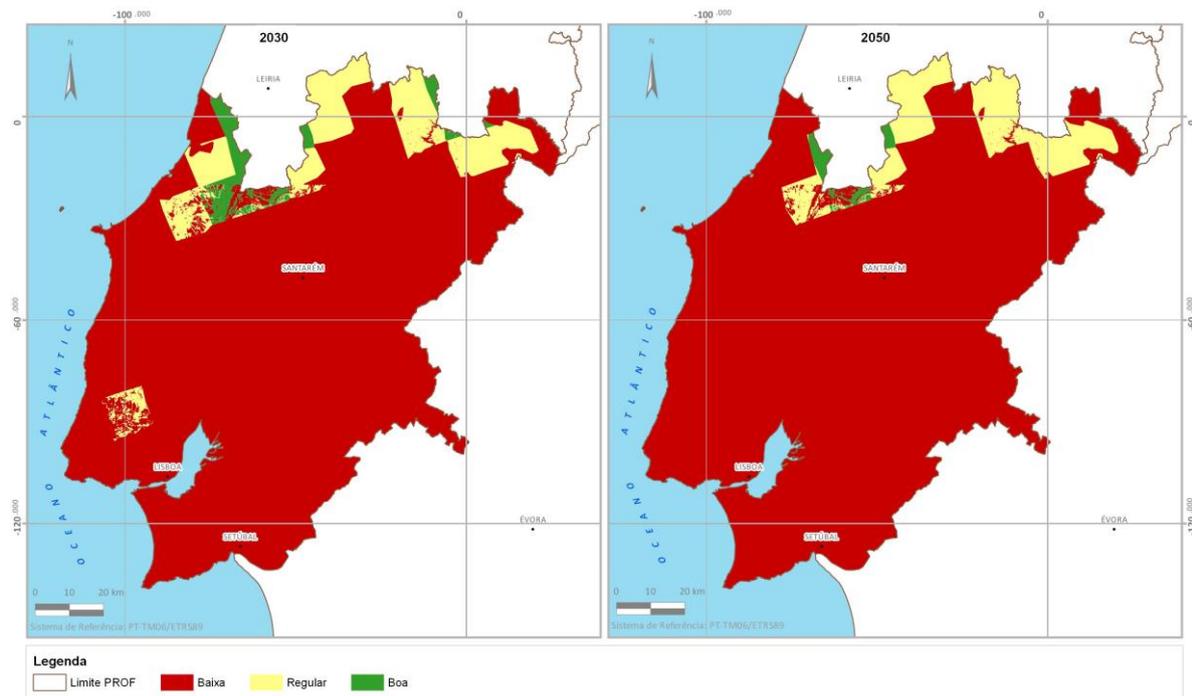


Figura I-3. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (*Castanea sativa*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

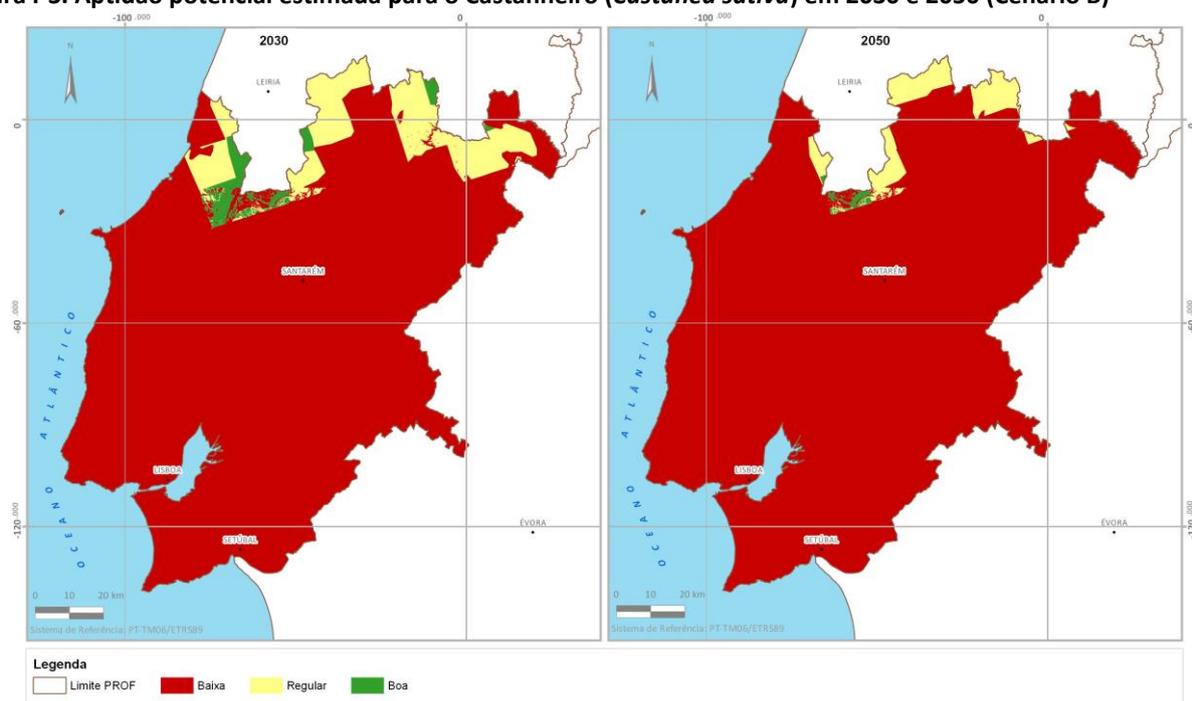
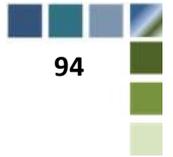


Figura I-4. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (*Castanea sativa*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Lódão-bastardo

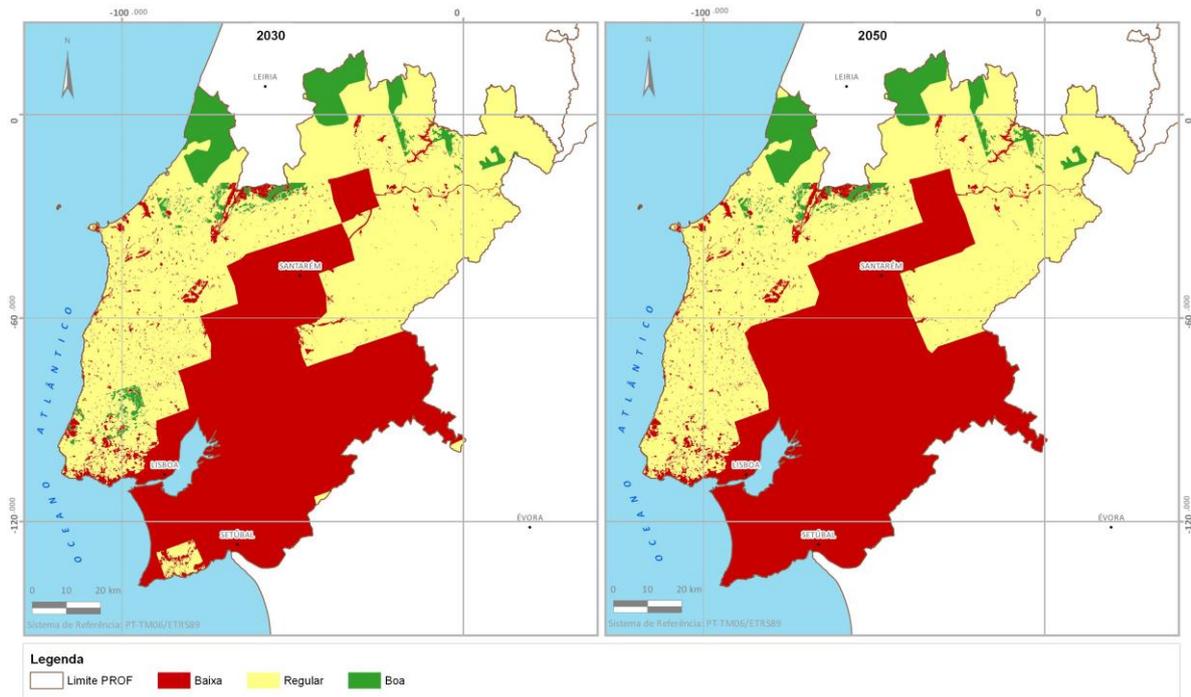


Figura I-5. Aptidão potencial estimada para o Lódão-bastardo (*Celtis australis*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

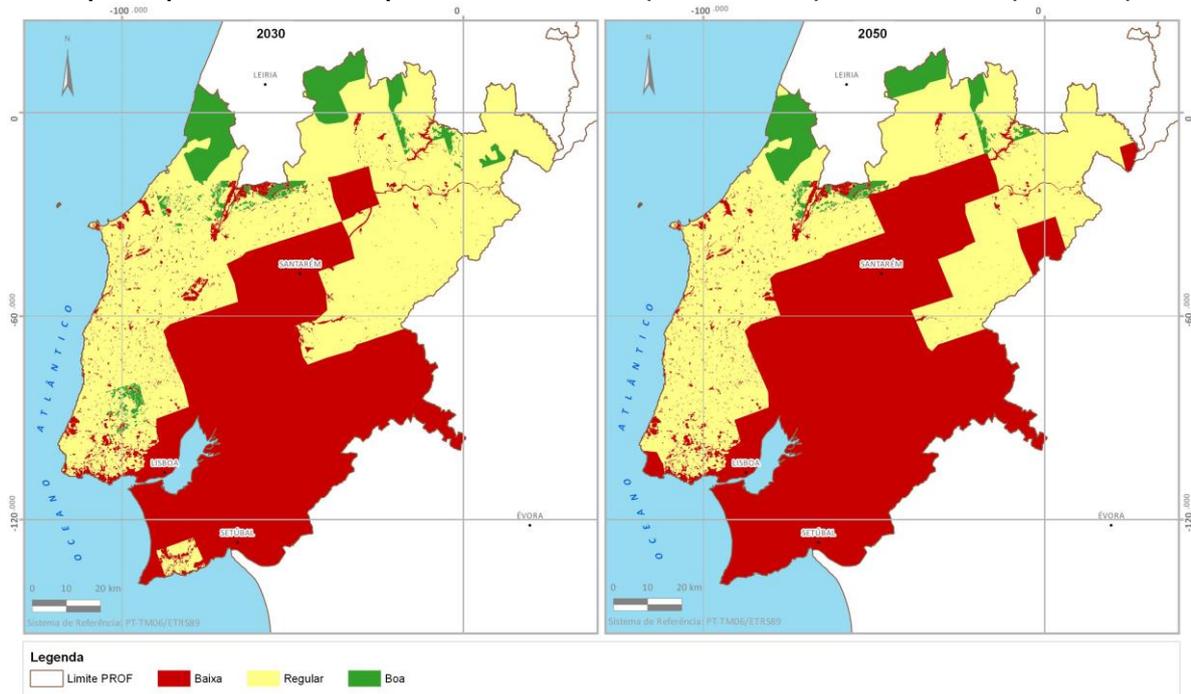
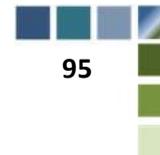


Figura I-6. Aptidão potencial estimada para o Lódão-bastardo (*Celtis australis*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira

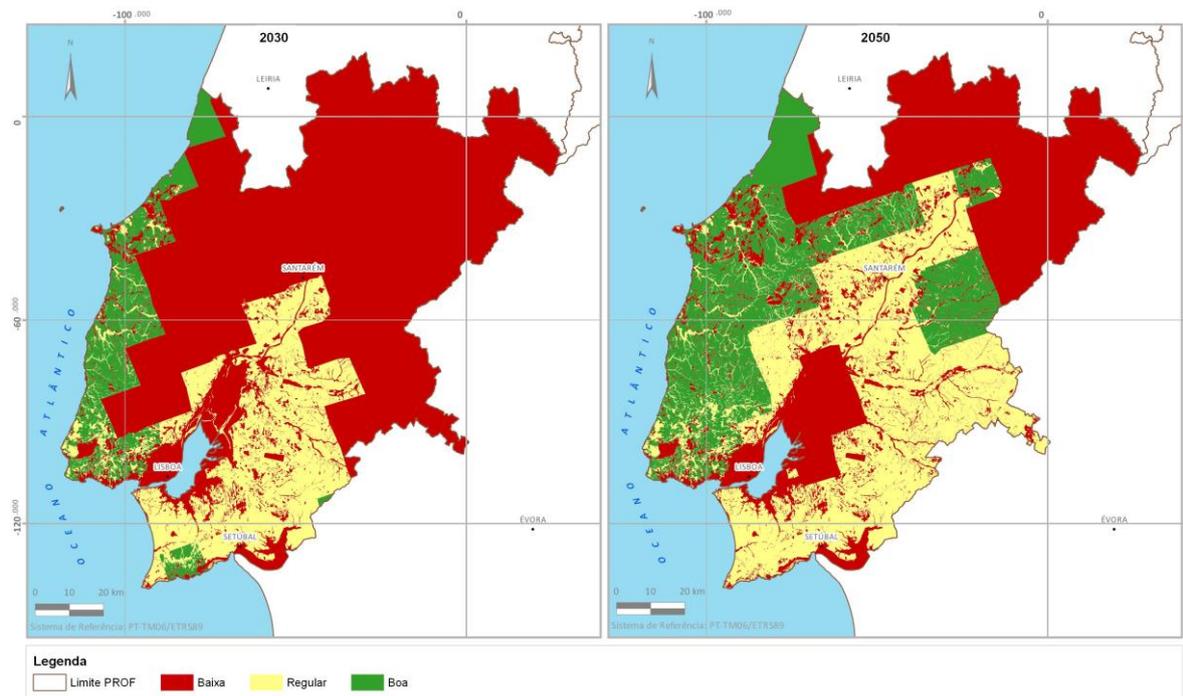


Figura I-7. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (*Ceratonía siliqua*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

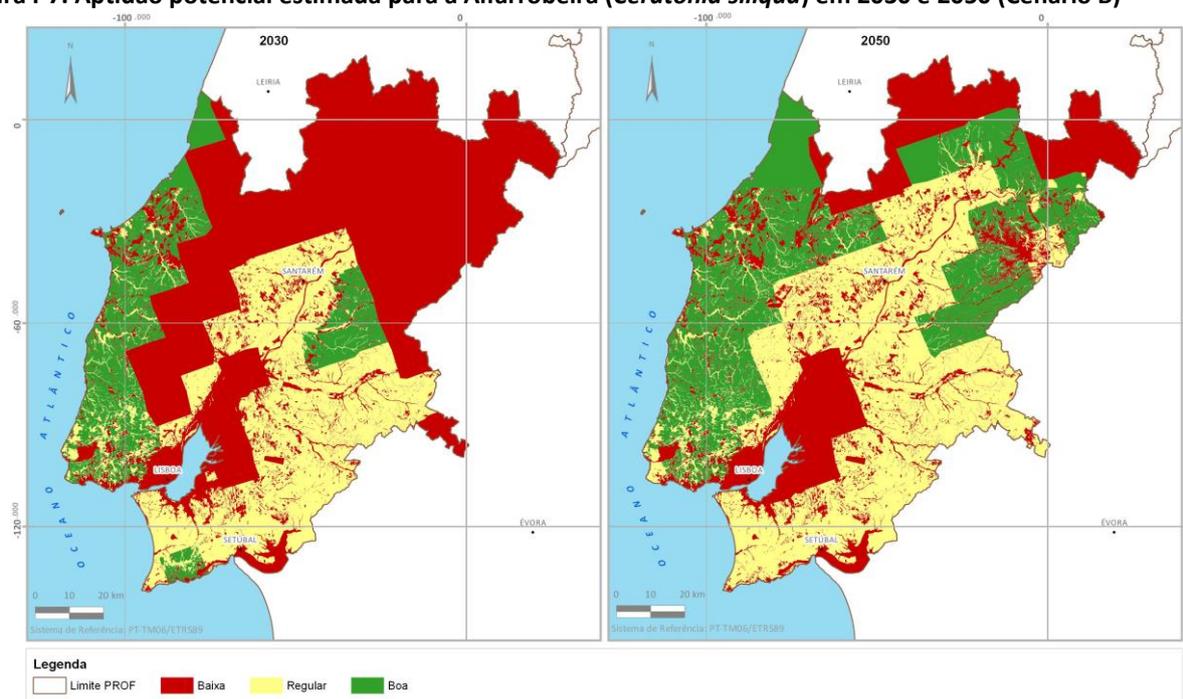
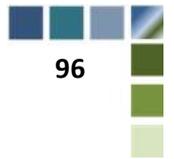


Figura I-8. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (*Ceratonía siliqua*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum

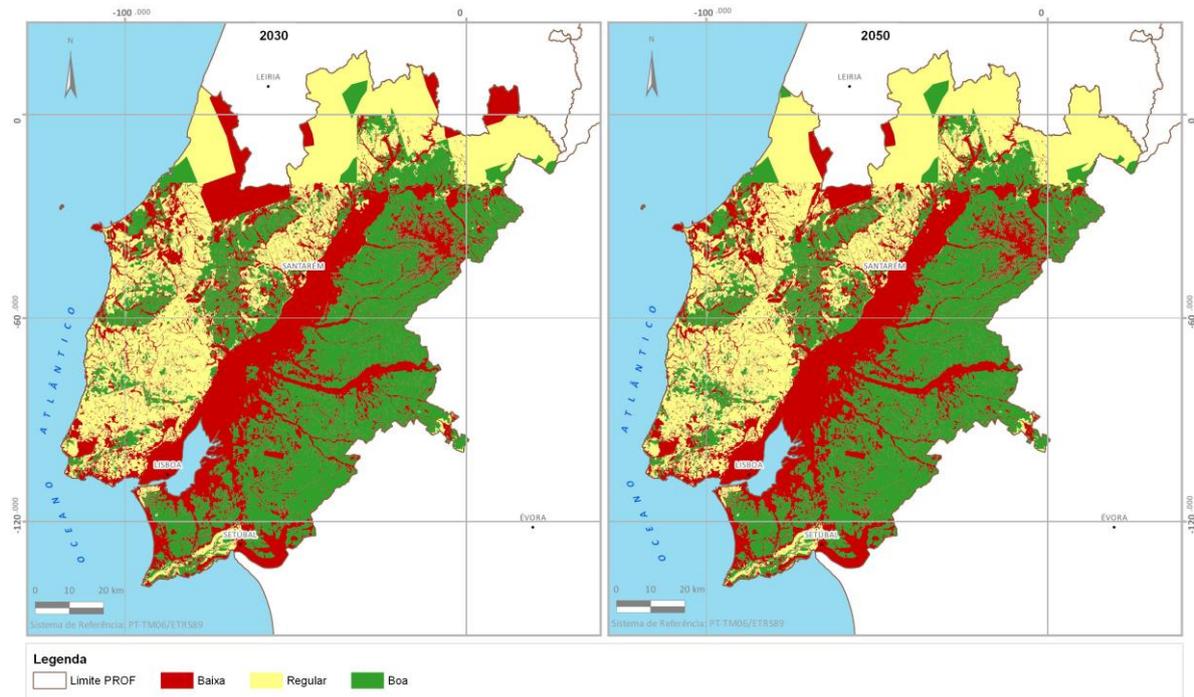


Figura I-9. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

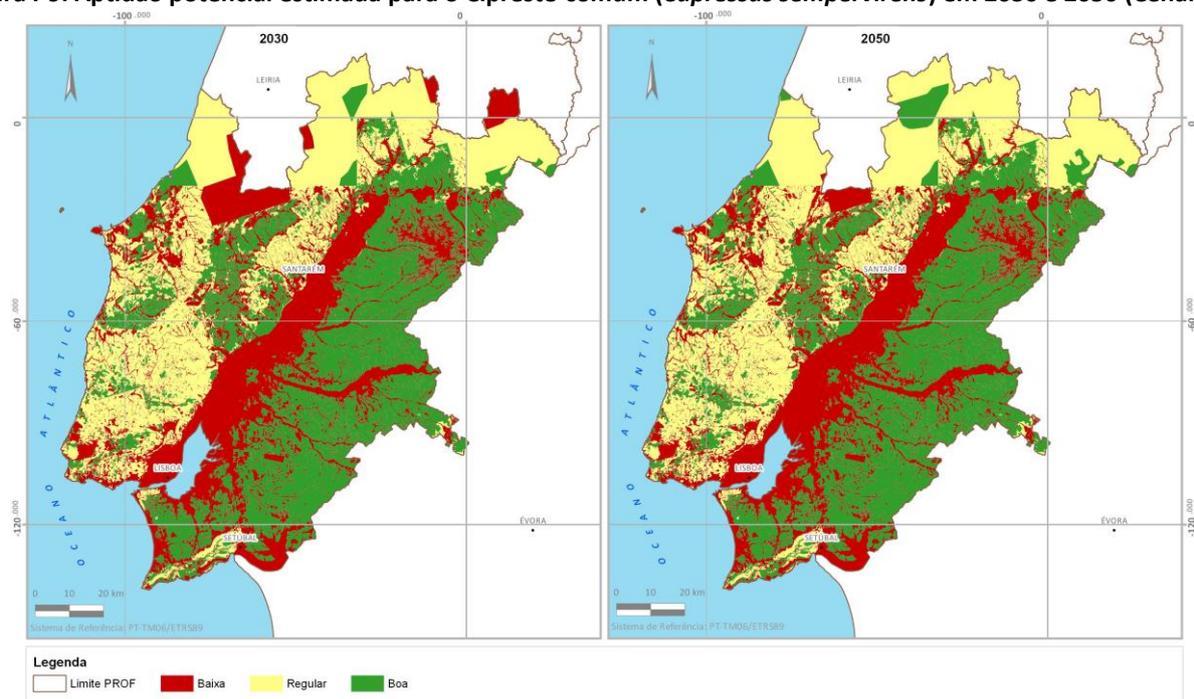
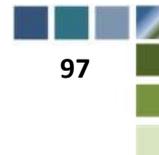


Figura I-10. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco

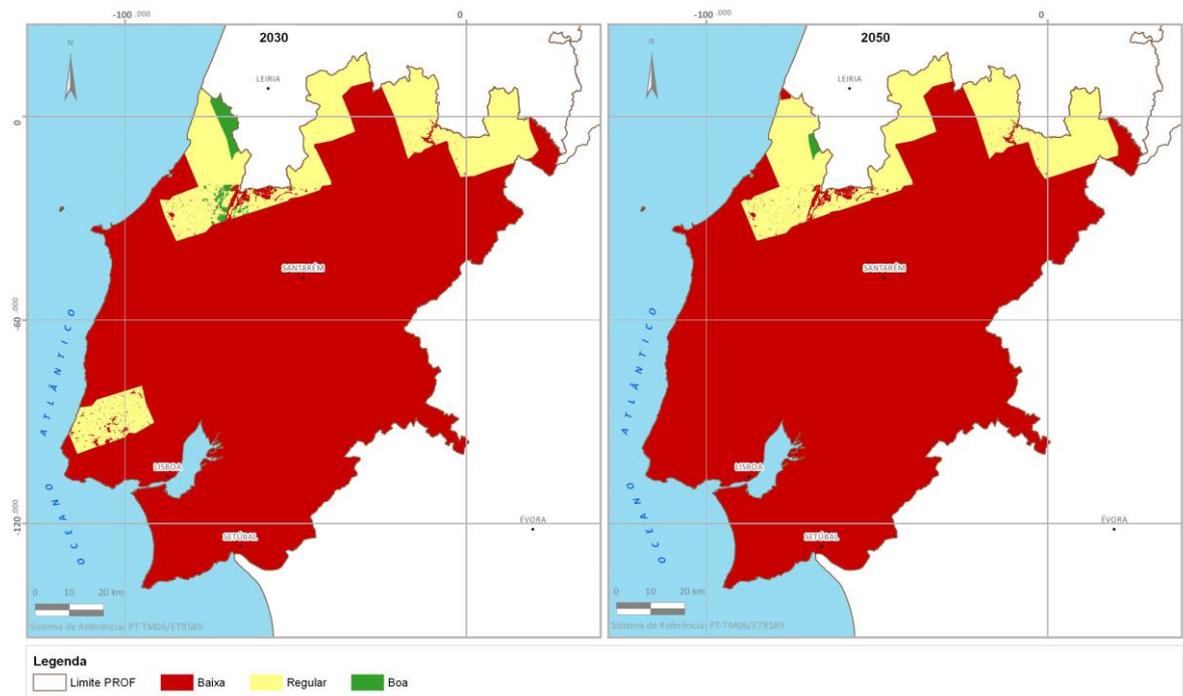


Figura I-11. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

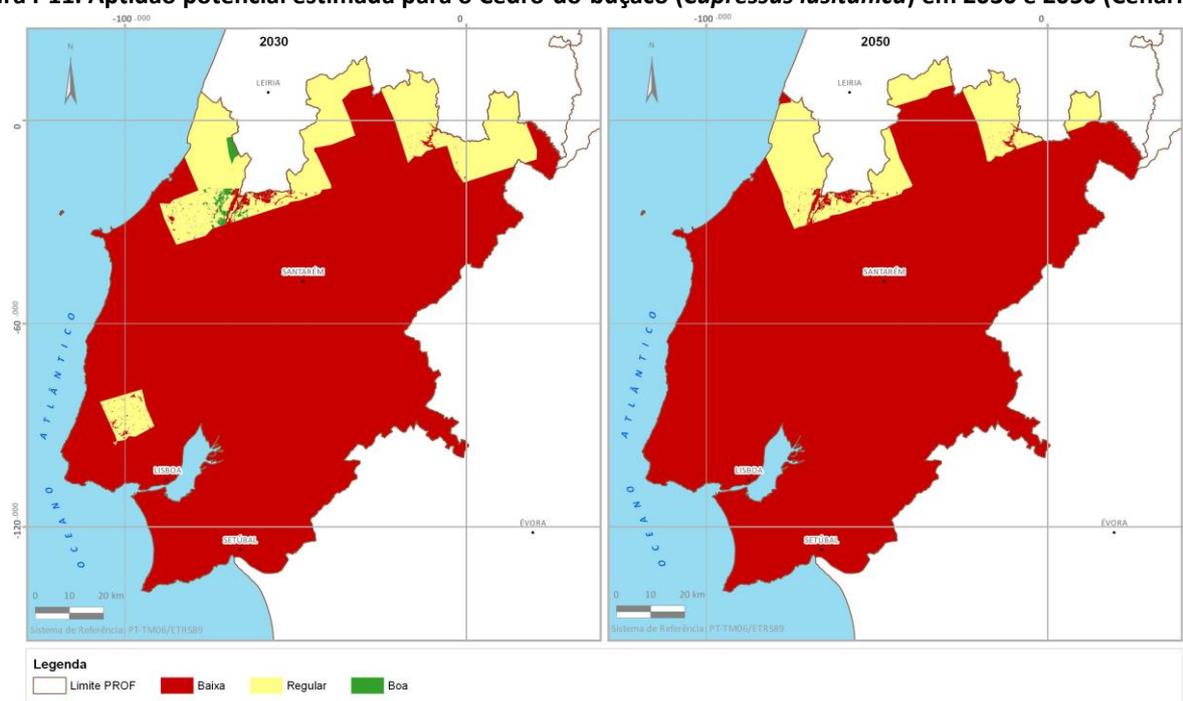
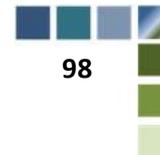


Figura I-12. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para a Nogueira

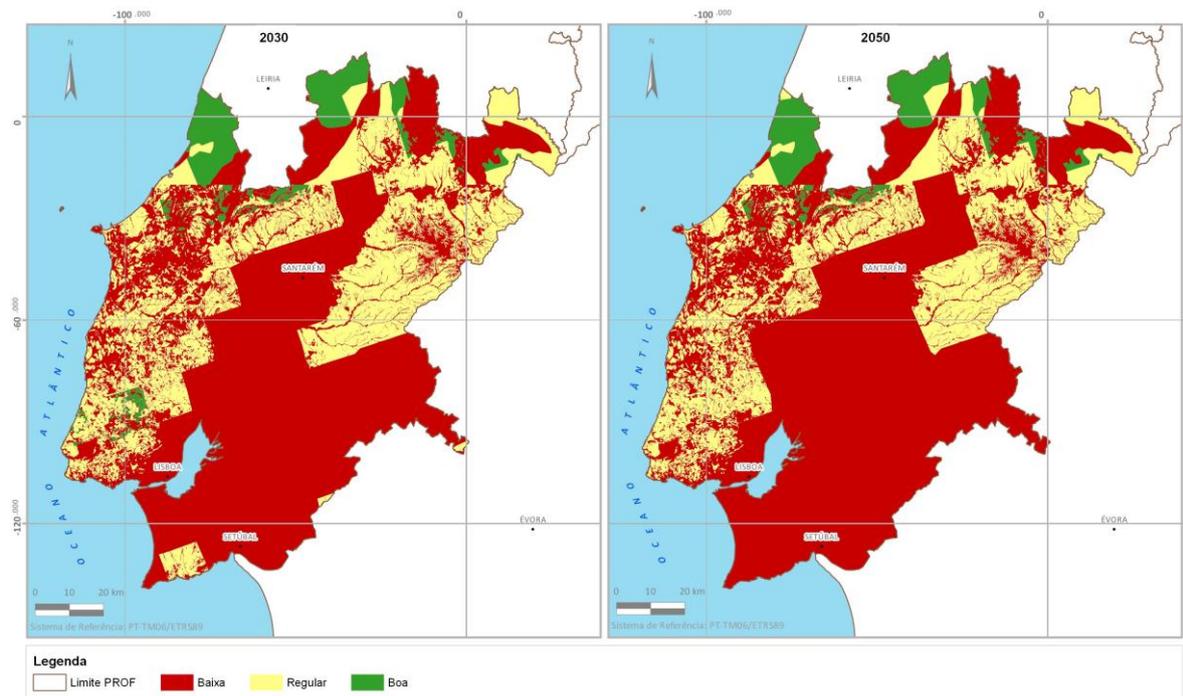


Figura I-13. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (*Juglans regia*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

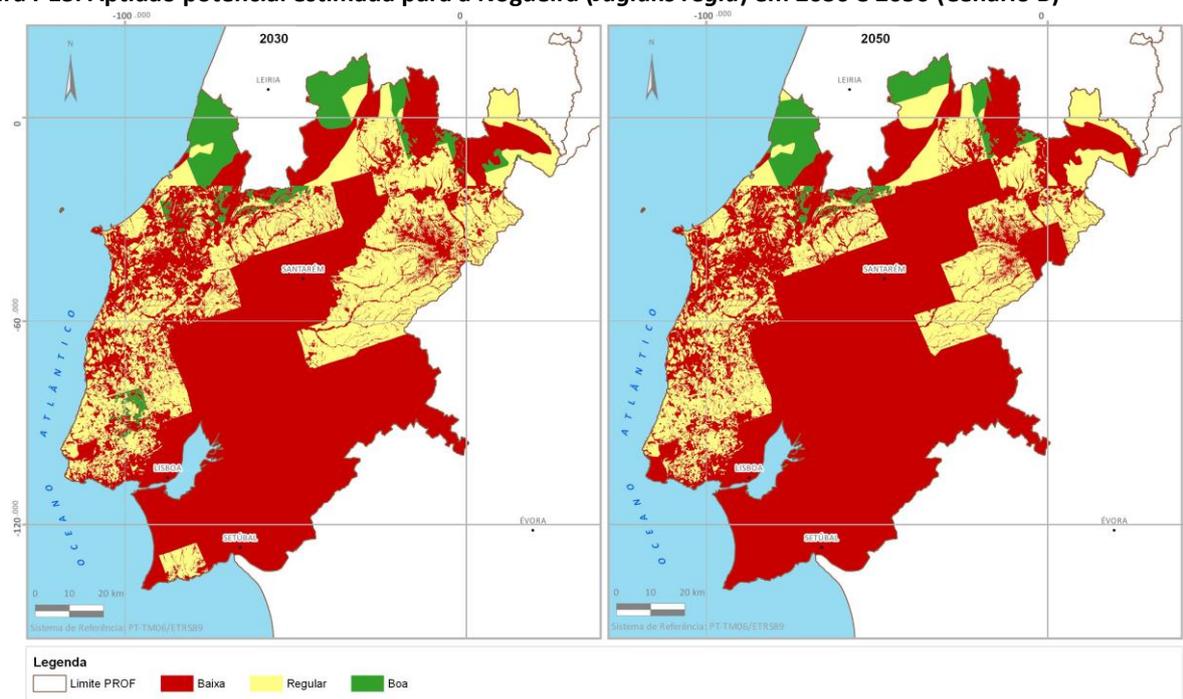
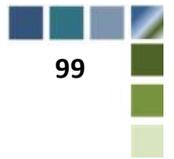


Figura I-14. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (*Juglans regia*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo

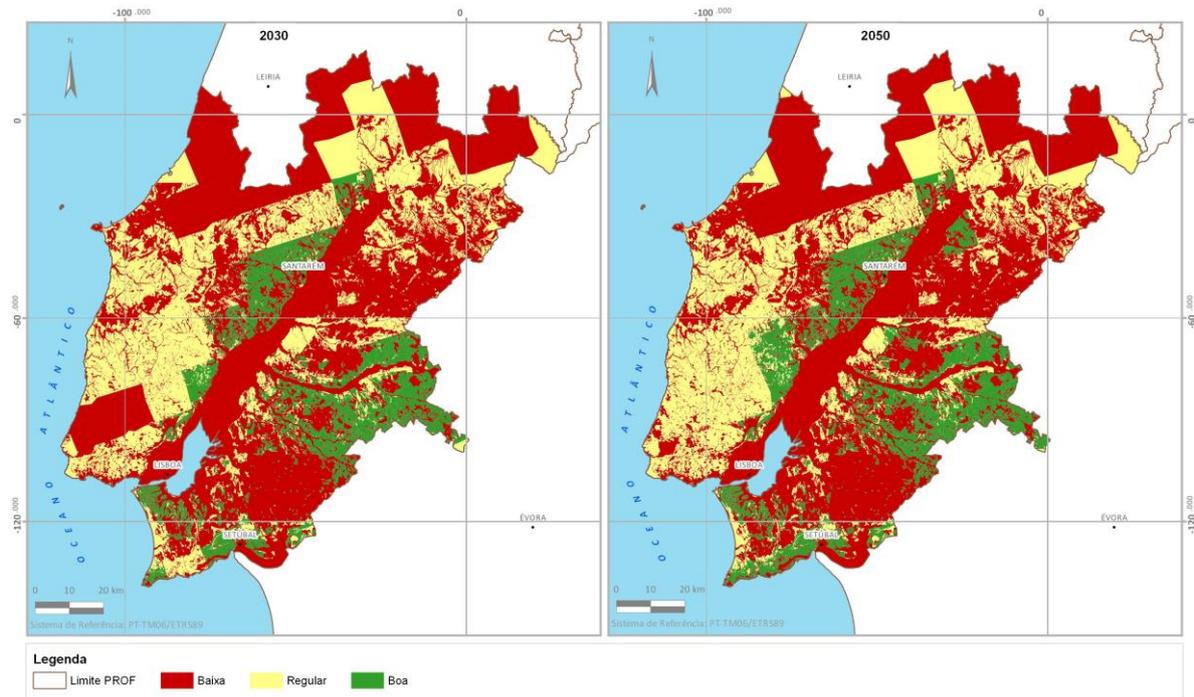


Figura I-15. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

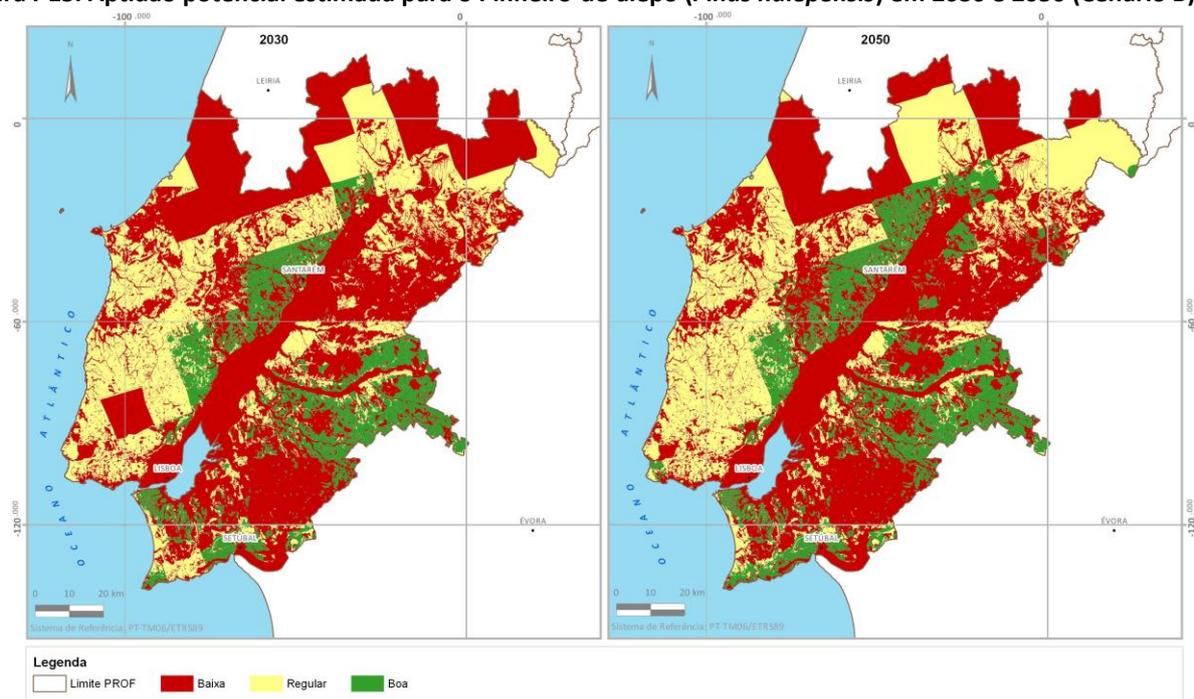
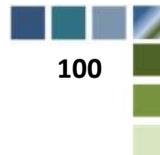


Figura I-16. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cerejeira

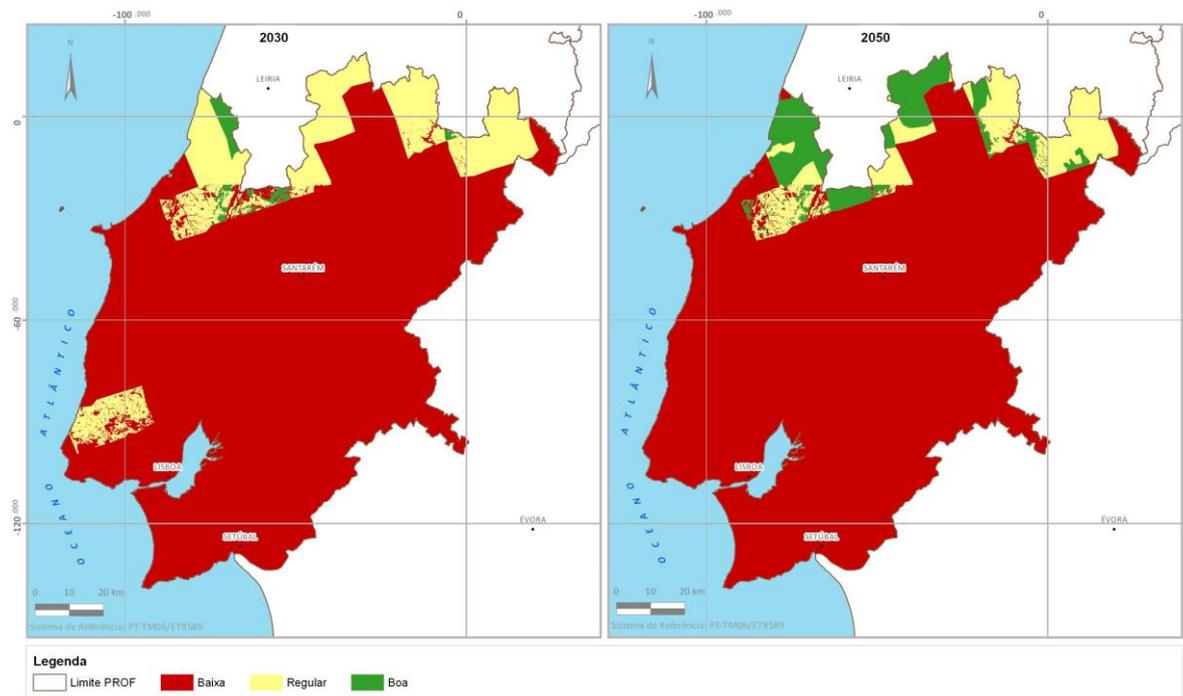


Figura I-17. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (*Prunus avium*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

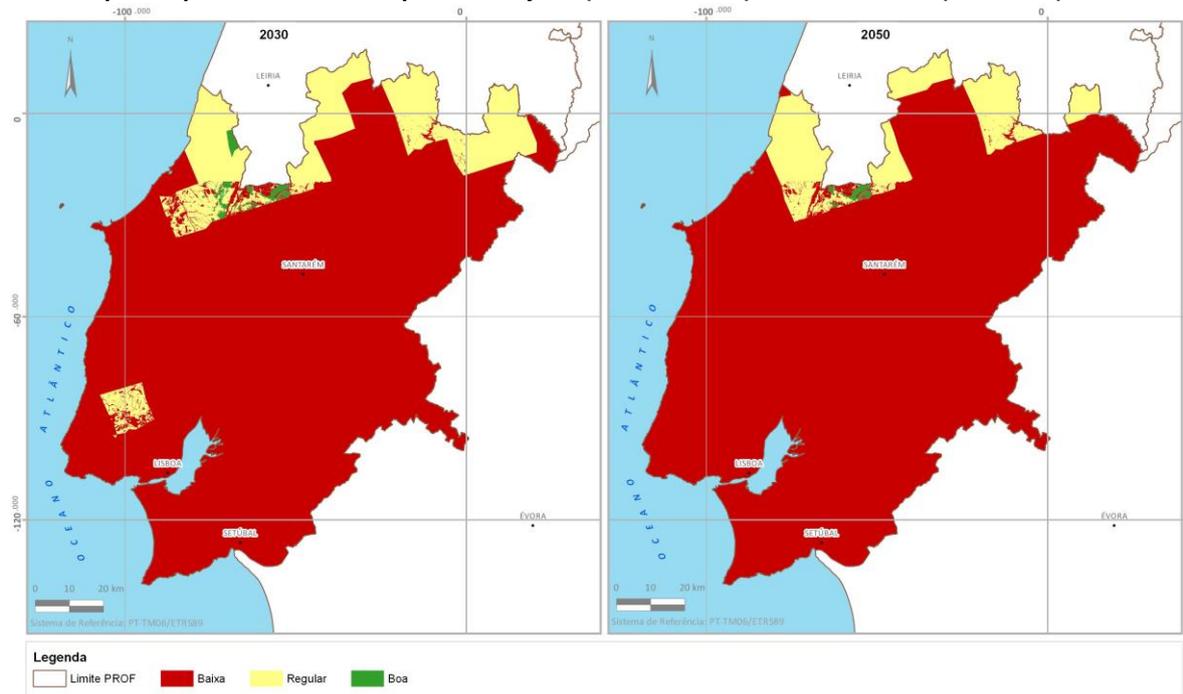
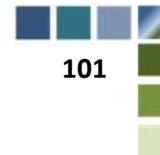


Figura I-18. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (*Prunus avium*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português

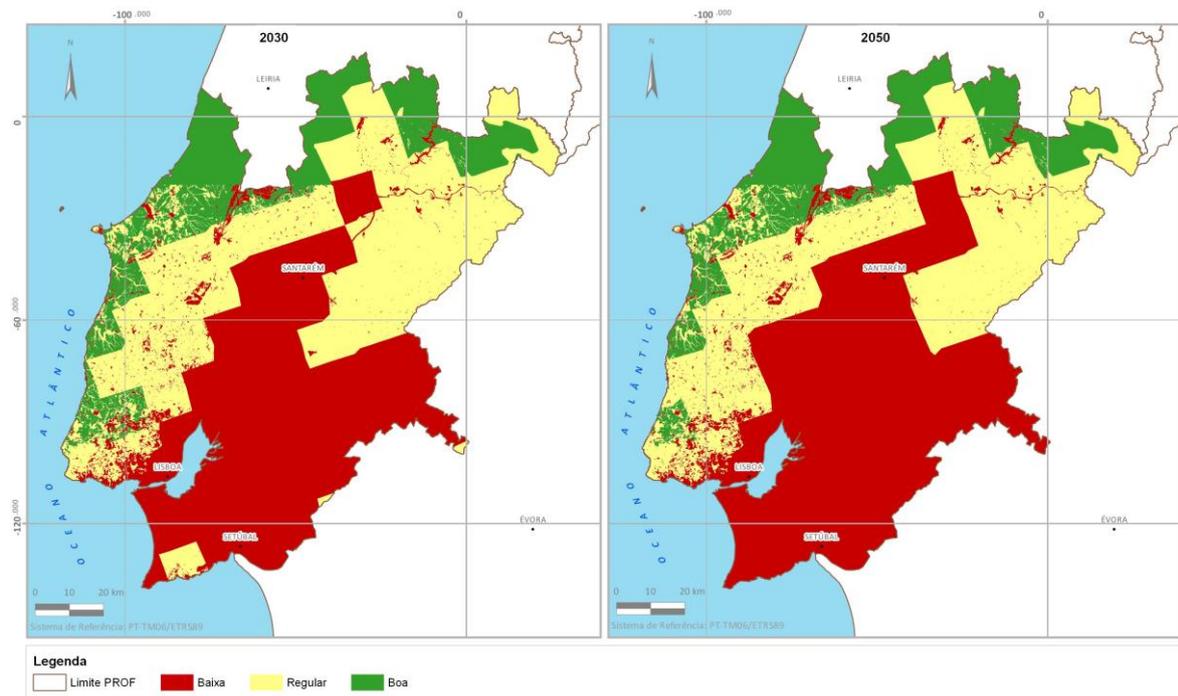


Figura I-19. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (*Quercus faginea*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

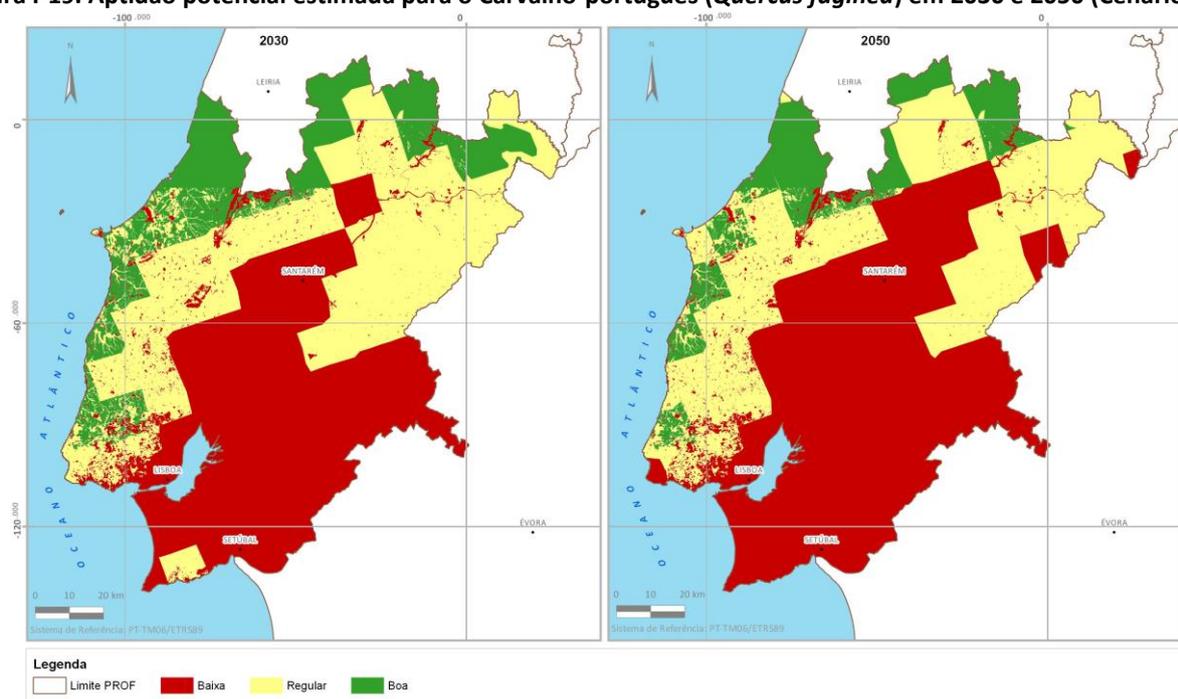
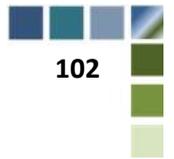


Figura I-20. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (*Quercus faginea*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral

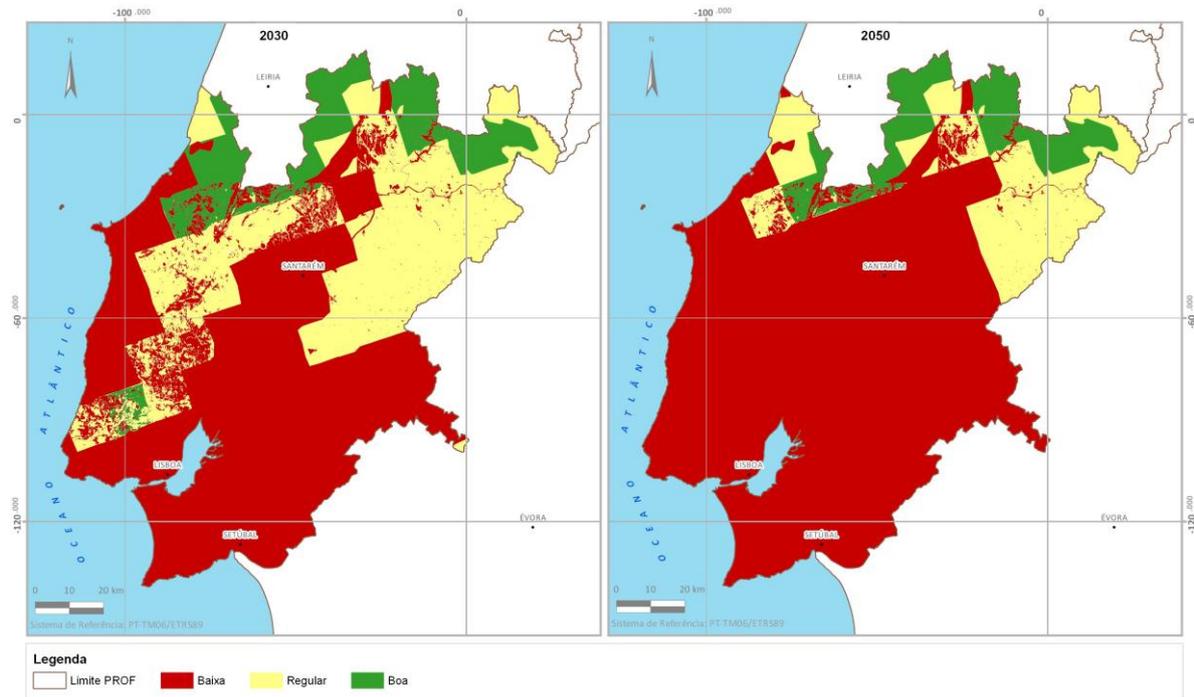


Figura I-21. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

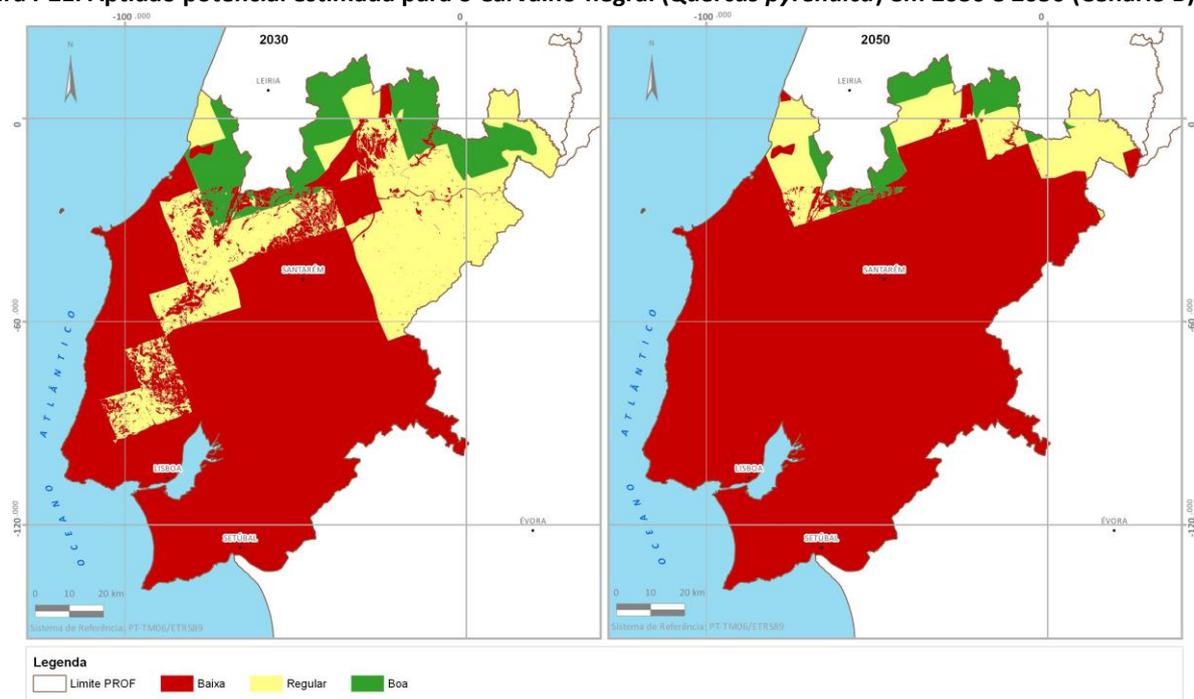
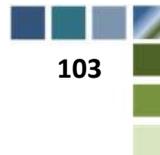


Figura I-22. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-roble

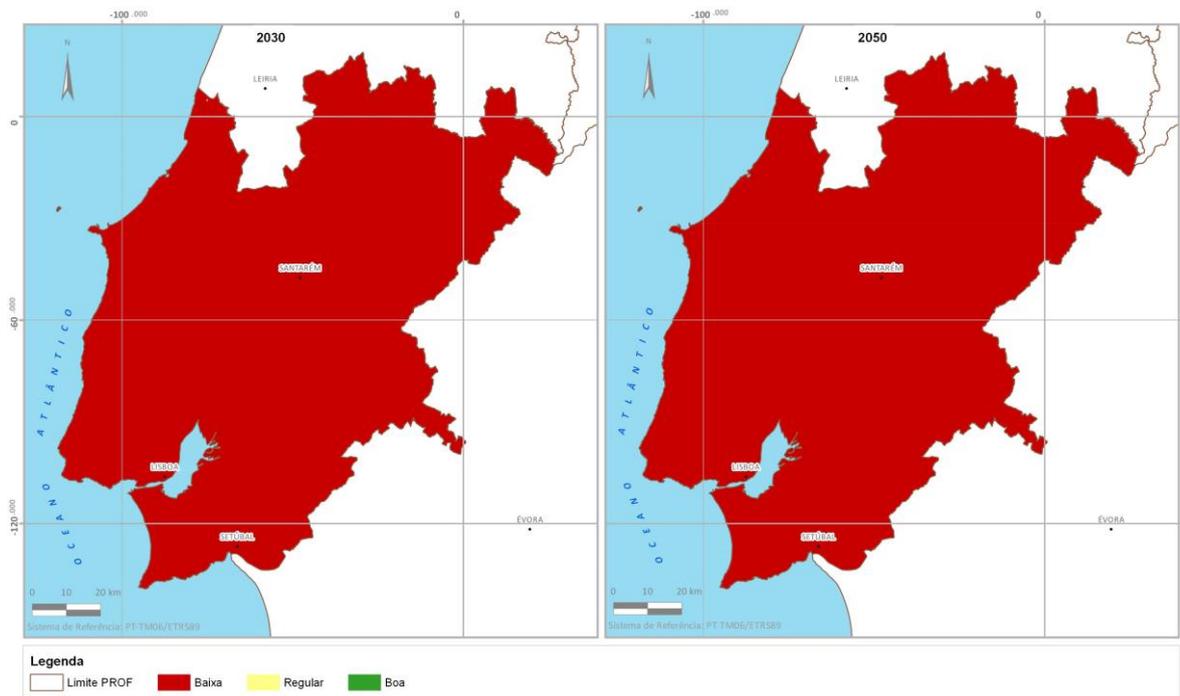


Figura I-23. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-roble (*Quercus robur*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

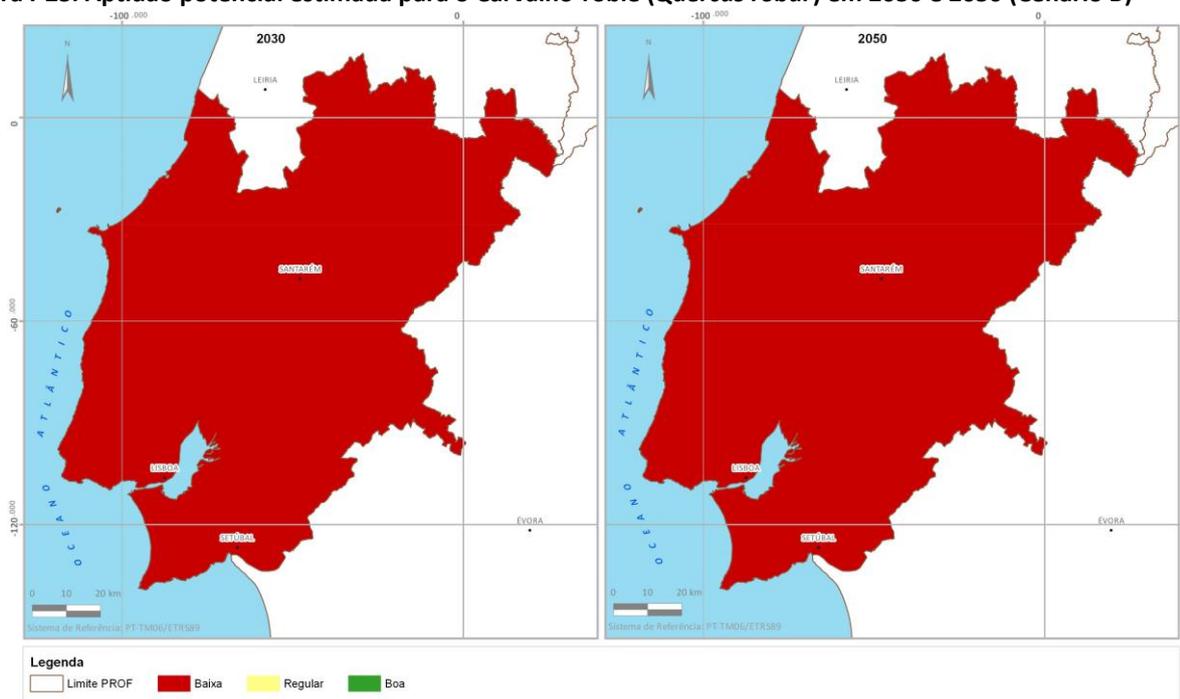
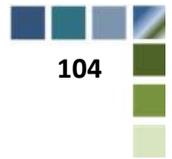


Figura I-24. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-roble (*Quercus robur*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano

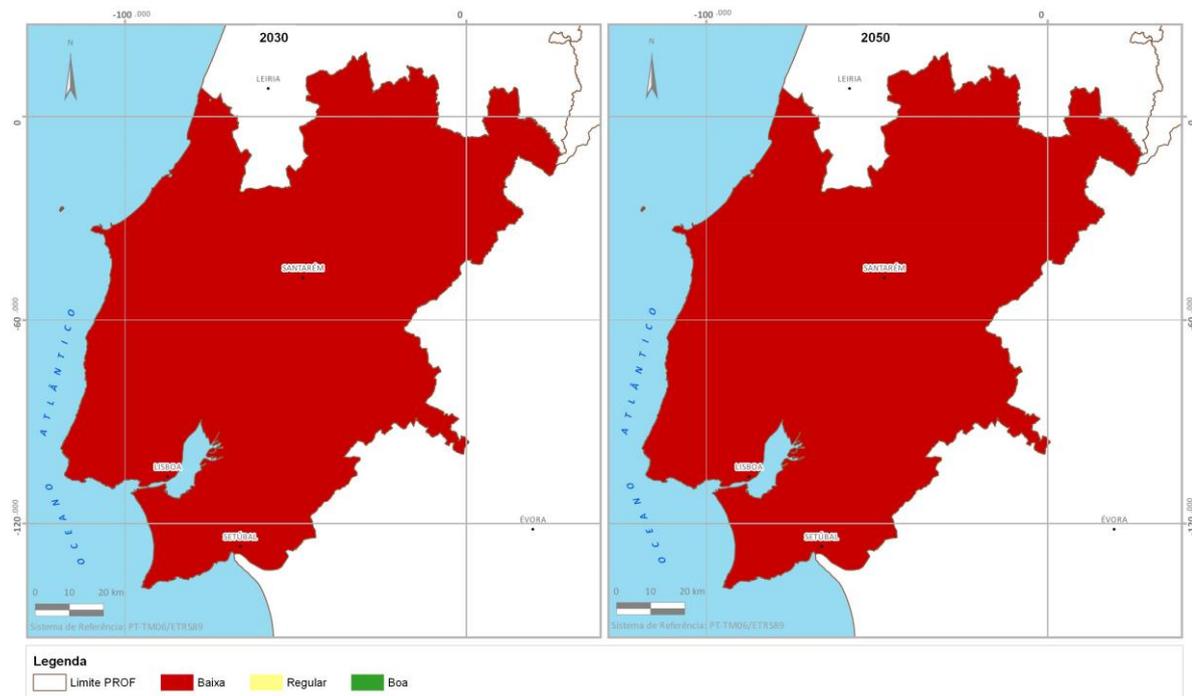


Figura I-25. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (*Quercus rubra*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

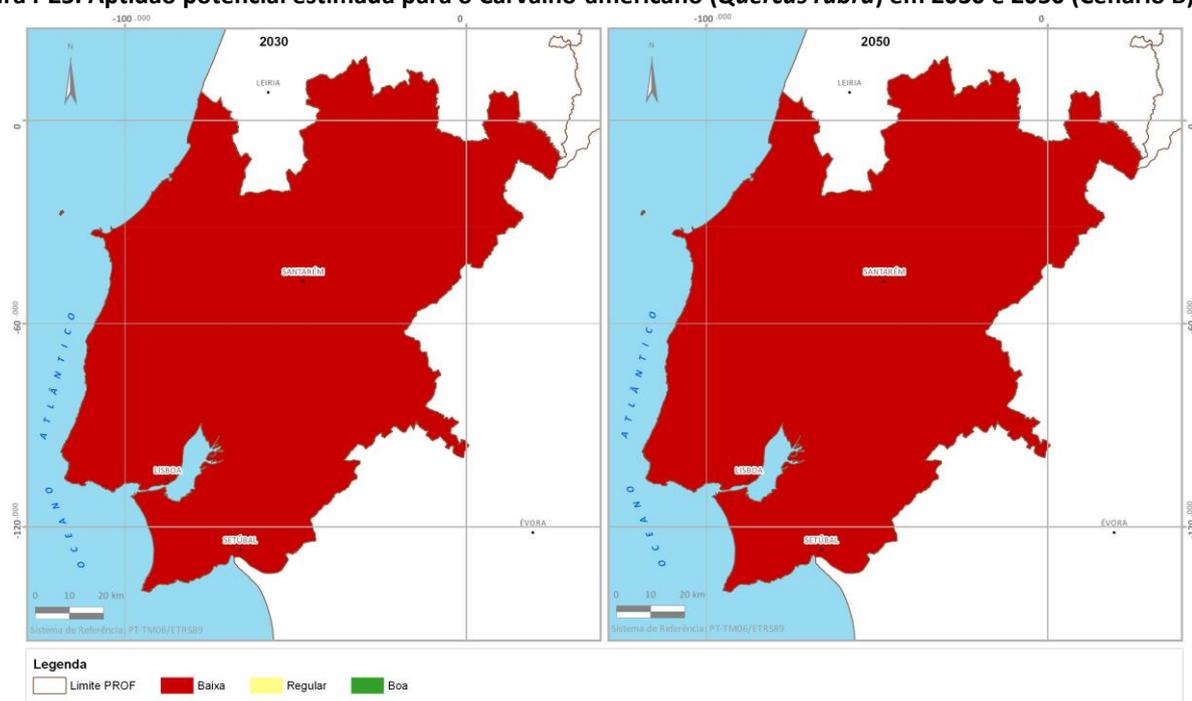
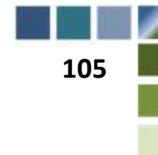


Figura I-26. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (*Quercus rubra*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

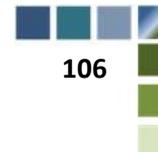
Fonte: APA, 2016; DGADR, 2017; DGT, 2015; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



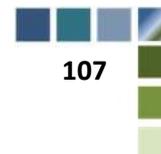
Anexo II – Dimensão média das propriedades

Quadro II-1. Dimensão média (ha) da propriedade por concelho e SRH em 2009

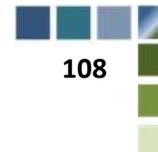
SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH
01 Alto Nabão				3,53
Ourém	3,40	34763	93%	
Tomar	5,24	2633	7%	
02 Arribas				7,36
Cascais	8,47	1052	8%	
Óbidos	6,36	318	3%	
Lourinhã	4,83	815	6%	
Mafra	5,96	930	7%	
Peniche	6,67	2630	21%	
Sintra	8,86	3078	24%	
Torres Vedras	7,29	3773	30%	
03 Arribas - Arrábida				21,00
Almada	4,07	2161	8%	
Palmela	16,41	1929	7%	
Seixal	13,19	1162	4%	
Sesimbra	35,42	10596	37%	
Setúbal	13,08	12409	44%	
04 Bairro				8,63
Alcanena	6,67	5004	6%	
Azambuja	14,47	2533	3%	
Cartaxo	13,04	1518	2%	
Entroncamento	14,08	1370	2%	
Golegã	32,01	3288	4%	
Rio Maior	10,84	3045	4%	
Santarém	8,36	33554	40%	
Tomar	5,24	11672	14%	
Torres Novas	6,17	22088	26%	
Vila Nova da Barquinha	8,40	36	0%	
05 Charneca				60,52
Abrantes	24,54	47582	13%	
Alcochete	24,26	1606	0%	
Almeirim	11,03	19300	5%	
Alpiarça	13,07	7273	2%	
Benavente	97,50	29831	8%	



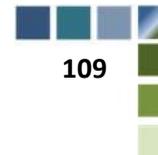
SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH
Chamusca	103,24	69171	19%	
Constância	8,04	5569	2%	
Coruche	80,38	105334	29%	
Montijo	31,69	29174	8%	
Palmela	16,41	21837	6%	
Salvaterra de Magos	15,30	21745	6%	
Setúbal	13,08	11	0%	
06 Charneca do Tejo				8,47
Mação	8,47	14960		
07 Charneca Margem Direita				12,55
Azambuja	14,47	1865	17%	
Cartaxo	13,04	7654	68%	
Santarém	8,36	1754	16%	
08 Dunas Litoral				5,55
Alcobaça	5,32	2231	21%	
Caldas da Rainha	5,08	3645	34%	
Óbidos	6,36	3183	29%	
Nazaré	5,33	1768	16%	
09 Estuário				97,50
Benavente	97,50	15873		
10 Estuário do Sado				14,82
Palmela	16,41	3591	52%	
Setúbal	13,08	3269	48%	
11 Estuário do Tejo				27,81
Alcochete	24,26	7786	37%	
Loures	9,59	124	1%	
Palmela	16,41	7	0%	
Vila Franca de Xira	30,10	13087	62%	
12 Floresta do Meio				8,47
Mação	8,47	25038		
13 Floresta do Oeste Interior				11,21
Alcanena	6,67	809	2%	
Alenquer	8,86	4393	8%	
Azambuja	14,47	15561	29%	
Cadaval	7,42	253	0%	
Cartaxo	13,04	892	2%	



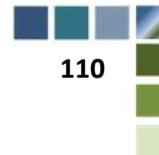
SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH
Rio Maior	10,84	21050	40%	
Santarém	8,36	10322	19%	
14 Floresta do Oeste Litoral				6,08
Alcobaça	5,32	22178	18%	
Alenquer	8,86	397	0%	
Bombarral	6,69	9129	8%	
Cadaval	7,42	14121	12%	
Caldas da Rainha	5,08	21924	18%	
Óbidos	6,36	10655	9%	
Lourinhã	4,83	13903	12%	
Mafra	5,96	2383	2%	
Nazaré	5,33	400	0%	
Peniche	6,67	5125	4%	
Torres Vedras	7,29	20484	17%	
15 Floresta dos Templários				11,46
Abrantes	24,54	21907	32%	
Constância	8,04	1503	2%	
Entroncamento	14,08	3	0%	
Ferreira do Zêzere	4,38	14762	21%	
Sardoal	5,13	9215	13%	
Tomar	5,24	16800	24%	
Torres Novas	6,17	1	0%	
Vila Nova da Barquinha	8,40	4692	7%	
16 Gândaras Sul				5,32
Alcobaça	5,32	11725	66%	
Nazaré	5,33	6076	34%	
17 Grande Lisboa				13,84
Amadora	9,00	2378	4%	
Cascais	8,47	7773	13%	
Lisboa	29,80	10005	17%	
Loures	9,59	5908	10%	
Mafra	5,96	0	0%	
Odivelas	11,31	2576	4%	
Oeiras	12,73	4588	8%	
Sintra	8,86	22386	38%	
Vila Franca de Xira	30,10	2562	4%	



SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH
18 Lezíria				40,74
Abrantes	24,54	1981	3%	
Alenquer	8,86	2479	4%	
Almeirim	11,03	2912	5%	
Alpiarça	13,07	2264	4%	
Azambuja	14,47	6307	10%	
Benavente	97,50	6435	11%	
Cartaxo	13,04	5753	9%	
Chamusca	103,24	5430	9%	
Constância	8,04	964	2%	
Coruche	80,38	6238	10%	
Entroncamento	14,08	1	0%	
Golegã	32,01	5144	8%	
Salvaterra de Magos	15,30	2648	4%	
Santarém	8,36	3606	6%	
Torres Novas	6,17	306	1%	
Vila Franca de Xira	30,10	8271	14%	
Vila Nova da Barquinha	8,40	225	0%	
19 Península de Setúbal				17,44
Alcochete	24,26	3444	5%	
Almada	4,07	4840	7%	
Barreiro	5,94	3639	5%	
Moita	4,47	5526	8%	
Montijo	31,69	5687	8%	
Palmela	16,41	19149	29%	
Seixal	13,19	8384	13%	
Sesimbra	35,42	8976	13%	
Setúbal	13,08	7344	11%	
20 Região Oeste Sul				7,83
Alenquer	8,86	22169	43%	
Arruda dos Vinhos	6,41	7796	15%	
Cadaval	7,42	271	1%	
Sobral de Monte Agraço	7,35	5210	10%	
Torres Vedras	7,29	16458	32%	
21 Região Saloia				10,97
Loures	9,59	10692	22%	



SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH
Mafra	5,96	25852	54%	
Odivelas	11,31	79	0%	
Sintra	8,86	3145	7%	
Vila Franca de Xira	30,10	7900	17%	
22 Serras de Aire e Candeeiros				6,60
Alcanena	6,67	6920	23%	
Alcobaça	5,32	4680	15%	
Ourém	3,40	5098	17%	
Rio Maior	10,84	3181	10%	
Santarém	8,36	6018	20%	
Tomar	5,24	230	1%	
Torres Novas	6,17	4605	15%	
23 Serra de Montejunto				
Alenquer	8,86	984	26%	
Cadaval	7,42	2844	74%	
24 Sicó - Alvaiázere Sul				4,53
Ferreira do Zêzere	4,38	4276	43%	
Ourém	3,40	1806	18%	
Tomar	5,24	3784	38%	
25 Sintra				8,77
Cascais	8,47	915	22%	
Sintra	8,86	3314	78%	



Anexo III – Espécies Arbóreas a utilizar em Portugal Continental

Nota Explicativa

Ocorrência (Oc)

De acordo com a sua ocorrência em espaços silvestres, parques florestais, grandes parques urbanos e arborizações especiais, as espécies podem ser:

Predominantes (P) – espécies que formam extensos povoamentos, distribuídos ao longo do país. Tipos: pinheiro-bravo, sobreiro.

Abundantes (A) – espécies que formam extensos povoamentos em regiões ou localidades restritas ou que ocorrem disseminadas em diversos tipos de povoamentos numa extensa área de distribuição. Tipo: vidoeiro.

Frequentes (F) – espécies que ocorrem disseminadas em diversos tipos de formações em várias regiões do país. Tipo: oxicedro.

Ocasionais (O) – espécies que ocorrem disseminadas em diversos tipos de formações, embora de distribuição restrita no território ou de forma isolada. Tipo: cerejeira.

Raras (R) – espécies que ocorrem em pequenos núcleos ou através de indivíduos dispersos, em regiões ou localidades muito restritas. Tipo: carvalho-de-monchique.

Estatuto de Conservação (E) – Portugal Continental (Categorias UICN)

Extinta (Ex)

Em perigo de extinção (E)

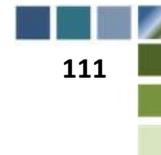
Vulnerável (V)

Rara (R)

Possivelmente extinta (?Ex)

Provisoriamente é utilizado o estatuto de conservação atribuído na Lista de Espécies Botânicas a Proteger em Portugal Continental (documento de trabalho), elaborado em 1990 pelo Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza. Atendendo ao período de tempo já decorrido, durante o qual foram descobertas novas espécies e aprofundado o estudo relativo à distribuição das restantes, esta classificação será oportunamente retificada.

Note-se que por vezes diz respeito a variedades/proveniências originárias do território nacional, como sucede com o pinheiro-silvestre, cuja relativa abundância se deve, na maior parte das vezes, a plantações e sementeiras com material de reprodução não indígena, devendo por isso a classificação “Em perigo de extinção” ser entendida como referindo-se às populações indígenas da serra do Gerês ou estabelecidas com semente dessa origem.

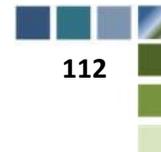

Quadro III-1. Espécies indígenas – Resinosas

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Juniperus communis</i> L.ssp. <i>nana</i> Syme	zimbros-comum	F	V		arbustivo
<i>Juniperus navicularis</i> Gand.	piorro	F			arbustivo
<i>Juniperus oxycedrus</i> L.	oxicedro	F			
<i>Juniperus turbinata</i> Guss.	sabina-da-praia	F			
<i>Pinus pinaster</i> Aiton	pinheiro-bravo	P			
<i>Pinus pinea</i> L.	pinheiro-manso	P			
<i>Pinus sylvestris</i> L.	pinheiro-silvestre	F	E		
<i>Taxus baccata</i> L.	teixo	O	E		

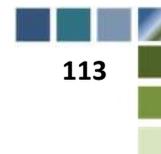
Fonte: ICNF, 2017.

Quadro III-2. Espécies indígenas - Folhosas

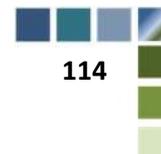
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Acer monspessulanum</i> L.	zelha	O			
<i>Acer pseudoplatanus</i> L.	padreiro	O			invas. no AMd
<i>Alnus glutinosa</i> (L.) Gaertner	amieiro	A			
<i>Amelanchier ovalis</i> Medik.	guilhomo	R			arbustivo
<i>Arbutus unedo</i> L.	medronheiro	A			
<i>Betula pubescens</i> Ehrhart	videeiro	A			
<i>Buxus sempervirens</i> L.	buxo	O			arbustivo
<i>Castanea sativa</i> L.	castanheiro	P			
<i>Celtis australis</i> L.	lódão-bastardo	O			
<i>Ceratonia siliqua</i> L.	alfarrobeira	P			
<i>Chamaerops humilis</i> L.	palmeira-das-vassouras	O			arbustivo
<i>Cornus sanguinea</i> L.	corniso	R			arbustivo
<i>Corylus avellana</i> L.	aveleira	O			arbustivo



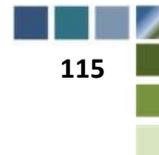
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Crataegus monogyna</i> Jacques	pilriteiro	A			arbustivo
<i>Erica arborea</i> L.	urze-branca	A			
<i>Erica scoparia</i> L.	urze-das-vassouras	A			arbustivo
<i>Euonymus europaeus</i> L.	evónimo	R			arbustivo
<i>Fagus sylvatica</i> L.	faia	F			
<i>Frangula alnus</i> Miller	sanguinho	A			
<i>Fraxinus angustifolia</i> Vahl	freixo	A			
<i>Ilex aquifolium</i> L.	azevinho	F	E	LN	
<i>Laurus nobilis</i> L.	loureiro	F			
<i>Ligustrum vulgare</i> L.	alfenheiro	O			arbustivo
<i>Malus sylvestris</i> (L.) Miller	macieira-brava	O			
<i>Myrica faya</i> Aiton	samouco	F			
<i>Myrica gale</i> L.	samouco-do-brabante	R			
<i>Myrtus communis</i> L.	murta	A			arbustivo
<i>Nerium oleander</i> L.	cevadilha	F			arbustivo
<i>Olea europaea</i> L.	zambujeiro	A			
<i>Phillyrea angustifolia</i> L.	lentisco	A			
<i>Phillyrea latifolia</i> L.	aderno-de-folhas-largas	A			
<i>Pistacia lentiscus</i> L.	aroeira	A			arbustivo
<i>Pistacia terebinthus</i> L.	terebinto	F			arbustivo
<i>Populus alba</i> L.	choupo-branco	F			
<i>Populus nigra</i> L.	choupo-negro	F			
<i>Populus tremula</i> L.	choupo-tremedor	R			
<i>Prunus avium</i> L.	cerejeira-brava	A			
<i>Prunus insititia</i> L.	cagoiceiro	O			
<i>Prunus lusitanica</i> L.	azereiro	O	E		



ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Prunus mahaleb</i> L.	cerejeira-de-santa-luzia	R			
<i>Prunus padus</i> L.	azereiro-dos-danados	R			
<i>Prunus spinosa</i> L.	abrunheiro	F			arbustivo
<i>Pyrus bourgaena</i> Decaisne	catapereiro	F			
<i>Pyrus cordata</i> Desvaux	escalheiro	F			
<i>Pyrus pyraeaster</i> Burgsd.	pereira-brava	R			
<i>Quercus x airensis</i> Franco & Vasc.	-	O			
<i>Quercus x andegavensis</i> Hy	-	O			
<i>Quercus canariensis</i> Willdenow	carvalho-de-monchique	R	E		
<i>Quercus coccifera</i> L.	carrasco	A			
<i>Quercus x coutinhoi</i> Samp.		O			
<i>Quercus faginea</i> Lambert	carvalho-português	P			
<i>Quercus x jahandiezii</i>	azinheira-macha	O			
<i>Quercus x mixta</i> Colm.		O			
<i>Quercus x neomarei</i> A. Camus		O			
<i>Quercus pyrenaica</i> Willdenow	carvalho-negral	P			
<i>Quercus rivasmartinezii</i> (Capelo & J. C. Costa) Capelo & J. C. Costa	carrasco-arbóreo	R			
<i>Quercus robur</i> L.	carvalho-alvarinho	P			
<i>Quercus rotundifolia</i> Lambert	azinheira	P	LN		
<i>Quercus suber</i> L.	sobreiro	P	LN		
<i>Retama monosperma</i> (L.) Boiss.	piorno-branco	A			arbustivo
<i>Rhamnus alaternus</i> L.	aderno-bastardo	A			arbustivo
<i>Rhamnus cathartica</i> L. z.	espinheiro-cerval	R			arbustivo
<i>Rhododendron ponticum</i> L. ssp. <i>baeticum</i> (Boiss.&Reuter) Hend.-Maz	rododendro	O	E		arbustivo



ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Salix alba</i> L.	vimeiro-branco	A			
<i>Salix arenaria</i> L.	salgueiro-das-dunas	F	V		arbustivo
<i>Salix atrocinerea</i> Brotero	borrazeira-preta	A			
<i>Salix caprea</i> L.	salgueiro	R			
<i>Salix x erytoclados</i> Simonkai	salgueiro	F			
<i>Salix fragilis</i> L.	vimeiro-francês	F			
<i>Salix x multidentata</i> T.E.Díaz&E.PuentE	salgueiro	F			
<i>Salix x pseudosalviifolia</i> T.E.Díaz&Puente	salgueiro	F			
<i>Salix purpurea</i> L.	salgueiro-de-casca-roxa	F			
<i>Salix x rubens</i> Schrank	salgueiro	F			
<i>Salix salviifolia</i> Brotero	borrazeira-branca	F	V	DH	
<i>Salix x secalliana</i> Pau & C. Vicioso	salgueiro	F			
<i>Salix triandra</i> L.	salg.-de-folhas-de-amendoeira	O			
<i>Sorbus aria</i> (L.) Crantz	botoeiro	R			
<i>Sorbus aucuparia</i> L.	tramazeira	F			
<i>Sorbus domestica</i> L.	sorveira	O			
<i>Sorbus latifolia</i> (Lambert) Persoon	mostajeiro	R			
<i>Sorbus torminalis</i> (L.) Crantz	mostajeiro	R			
<i>Tamarix africana</i> Poiret	tamargueira	A			
<i>Tamarix canariensis</i> Willdenow	tamargueira-rosada	F			
<i>Ulmus minor</i> Miller	ulmeiro-de-folhas-lisas	A			
<i>Ulmus procera</i> Salisbury	ulmeiro	F			
<i>Viburnum lantana</i> L.	viburno	R			arbustivo
<i>Viburnum opulus</i> L.	caneleiro	O			arbustivo



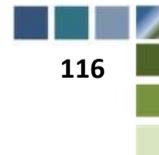
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Viburnum tinus</i> L.	folhado	A			arbustivo

Fonte: ICNF, 2017.

ESPÉCIES NÃO INDÍGENAS INTRODUZIDAS, CONSIDERADAS COMO ESPÉCIES INDÍGENAS PARA EFEITOS DO DECRETO-LEI N.º 565/99, DE 21 DE DEZEMBRO - ARTIGO 1.º E ANEXO I

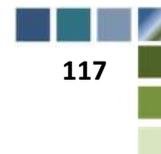
Quadro III-3. Espécies não indígenas – Resinosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	OBSERVAÇÕES
<i>Abies alba</i> L.	abeto-branco	R	
<i>Cedrus atlantica</i> (Endl.) Man. ex Carr.	cedro-do-atlas	O	
<i>Cedrus deodara</i> (Hooker f.) Henry	cedro-do-himalaia	R	
<i>Chamaecyparis lawsoniana</i> (Murray) Parl.	camecáparis-de-lawson	O	
<i>Cupressus lusitanica</i> Miller	cipreste-do-buçaco	F	
<i>Cupressus macrocarpa</i> Hartweg ex Gordon	cipreste-da-califórnia	O	
<i>Cupressus sempervirens</i> L.	cipreste-comum	F	
<i>Pinus halepensis</i> Miller	pinheiro-de-alepo	A	
<i>Pinus nigra</i> Arnold	pinheiro-larício	A	Diversas subespécies e variedades
<i>Pseudotsuga menziesii</i> (Mirbel) Franco	pseudotsuga	A	
<i>Pinus canariensis</i> Chr. Sm. ex Buch	pinheiro-das-canárias	O	
<i>Pinus eldarica</i> Medwedew	pinheiro-da-transcaucásia	O	
<i>Pinus muricata</i> D. Don	pinheiro-do-bispo	R	
<i>Pinus radiata</i> D. Don	pinheiro-insigne	F	
<i>Pinus uncinata</i> Miller ex Mirbel		O	
<i>Pinus wallichiana</i> Jackson	pinheiro-do-himalaia	R	
<i>Podocarpus totara</i> D. Don ex Lambert .	totara	R	
<i>Sequoia sempervirens</i> (D. Don) Endl	sequóia	R	



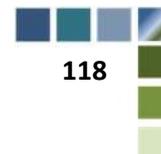
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	OBSERVAÇÕES
<i>Taxodium distichum</i> (L.) Richards	taxódio	O	
<i>Thuja plicata</i> D. Don	tuia-gigante	R	

Fonte: ICNF, 2017.

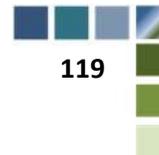


Quadro III-4. Espécies não indígenas – Folhosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC
<i>Acer campestre</i> L.	bordo-comum	R
<i>Aesculus x carnea</i> Hayne	castanheiro-da-índia-de-flores-rosa	R
<i>Aesculus hippocastanum</i> L.	castanheiro-da-índia	O
<i>Albizia julibrissin</i> Durazz.	albízia-de-constantinopla	F
<i>Albizia lophanta</i> (Will.) Benth.	albízia	F
<i>Alnus cordata</i> Desfontaines	amieiro-napolitano	R
<i>Betula pendula</i> Rothwell	vidoeiro	R
<i>Carya illinoensis</i> (Wangenheim) K. Koch	pacana	R
<i>Castanea crenata</i> Siebold & Zuccarini	castanheiro-do-japão	O
<i>Casuarina cunninghamiana</i> Miquel	casuarina-ténue	O
<i>Casuarina equisetifolia</i> L.	casuarina-cavalinha	O
<i>Catalpa bignonioides</i> Walter	catalpa	R
<i>Cinnamomum camphora</i> (L.) Siebold	canforeira	R
<i>Eucalyptus x algeriensis</i> Trabut.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus botryooides</i> Smith	eucalipto	F
<i>Eucalyptus cladocalyx</i> Müller	eucalipto	F
<i>Eucalyptus cornuta</i> Labillardière	eucalipto	O
<i>Eucalyptus dalrympleana</i> Maiden	eucalipto	O
<i>Eucalyptus diversicolor</i> Müller	eucalipto	F
<i>Eucalyptus gomphocephala</i> De Candolle	eucalipto	O
<i>Eucalyptus grandis</i> (Hill.) Maiden	eucalipto	O
<i>Eucalyptus gunnii</i> Hooker f.	eucalipto	R
<i>Eucalyptus x kirtoniana</i> Müller	eucalipto	O
<i>Eucalyptus maidenii</i> Müller	eucalipto	O
<i>Eucalyptus nitens</i> Maiden Smith	eucalipto	O

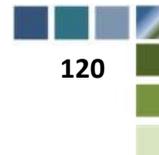


ESPÉCIE	NOME COMUM	OC
<i>Eucalyptus obliqua</i> L'Herit.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus polyanthemos</i> Schauer	eucalipto	O
<i>Eucalyptus resinifera</i> Smith	eucalipto	O
<i>Eucalyptus robusta</i> Smith	eucalipto	O
<i>Eucalyptus rudis</i> Endl.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus sideroxylon</i> (A. Cunn.) Benth.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus smithii</i> R. T. Baker	eucalipto	O
<i>Eucalyptus tereticornis</i> Smith	eucalipto	O
<i>Eucalyptus x trabuti</i> Vilmorin ex Trabut	eucalipto	O
<i>Fraxinus americana</i> L.	freixo-americano	R
<i>Fraxinus excelsior</i> L.	freixo-europeu	O
<i>Fraxinus pennsylvanica</i> Marsh	freixo-americano	R
<i>Juglans nigra</i> L.	nogueira-preta	F
<i>Juglans regia</i> L.	nogueira	F
<i>Liquidambar styraciflua</i> L.	liquidâmbar	O
<i>Liriodendron tulipifera</i> L.	tulipeiro-da-virgínia	O
<i>Melaleuca armilaris</i> Smith	melaleuca	R
<i>Metrosiderus excelsus</i> Soland ex Gaertn.	metrosídero	R
<i>Metrosiderus robustus</i> A. Cunn.	metrosídero-robusto	R
<i>Morus alba</i> L.	amoreira-branca	R
<i>Morus nigra</i> L.	amoreira-preta	R
<i>Nothofagus obliqua</i> (Mirbel) Blume	roble	R
<i>Paulownia tomentosa</i> (Thunberg) Steudel	paulónia	R
<i>Quercus cerris</i> L.	carvalho-turco	R
<i>Quercus palustris</i> Muenchhausen	carvalho-vermelho-americano	F
<i>Sophora japonica</i> L.	sófora-do-japão	R



ESPÉCIE	NOME COMUM	OC
<i>Quercus coccinea</i> Muenchhausen	carvalho-vermelho-americano	F
<i>Tilia cordata</i> Miller	tília-de-folhas-pequenas	R
<i>Tilia platyphyllos</i> Scopoli	tília-de-folhas-grandes	R
<i>Tilia tomentosa</i> Moench	tília-prateada	R

Fonte: ICNF, 2017.



Anexo IV – Vegetação ripícola arbórea

Algumas espécies ripícolas que se situam mais próximas das margens por dependerem mais da água:

- Amieiro, *Alnus glutinosa*
- Choupos, *Populus alba*, *Populus nigra* e alguns híbridos
- Freixo, *Fraxinus angustifolia*, *Fraxinus excelsior*
- Salgueiros, *Salix alba*, *Salix atrocinerea*, *Salix salvifolia*, *Salix viminalis*
- Sanguinho, *Frangula alnus*
- Ulmeiro, *Ulmus minor*
- Videeiro, *Betula* L. (para zonas de maior altitude)

Algumas espécies de zonas relativamente frescas e húmidas (quando a presença da humidade começa a diminuir):

- Aveleira, *Corylus avellana*
- Buxo, *Buxus sempervirens*
- Cerejeira-brava, *Prunus lusitanica*
- Lódão, *Celtis australis*
- Loendro, *Nerium oleander*
- Loureiro, *Laurus nobilis*
- Murta, *Myrtus communis*
- Pilriteiro, *Crataegus monogyna*

